

# Diário do Legislativo de 22/07/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adata - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 87ª Reunião Especial - Abertura do Ciclo de Debates "Transposição das Águas do Rio São Francisco"

1.2 - 88ª Reunião Especial - Prosseguimento do Ciclo de Debates "Transposição das Águas do Rio São Francisco"

1.3 - 89ª Reunião Especial - Encerramento do Ciclo de Debates "Transposição das Águas do Rio São Francisco"

2 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

3 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 87ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 19/6/2000

Presidência dos Deputados Gil Pereira e Maria José Hauelsen

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Luciana Felícia - Palavras do Sr. João Urbano Cagnin - Palavras da Sra. Maria de Lourdes Pereira dos Santos - Palavras do Sr. Paulo Afonso Leme Machado - Palavras do Sr. Luiz Pinguelli Rosa - Palavras da Deputada Maria José Hauelsen - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Gil Pereira - Agostinho Patrús - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - João Paulo - José Henrique - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Bilac Pinto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. João Urbano Cagnin, coordenador do projeto da transposição das águas do rio São Francisco, representante do Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Dr. Rômulo de Macedo; Luciana Felícia, representante da Secretaria de Meio Ambiente; Maria de Lourdes Pereira dos Santos, representante do IGAM; Paulo Afonso Leme Machado, professor da UNESP, Instituto de Biociência (Rio Claro), e Luiz Pinguelli Rosa, Vice-Diretor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia - COPPE - UFRJ.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à abertura do Ciclo de Debates Transposição das Águas do Rio São Francisco, que hoje terá como tema os aspectos técnicos e jurídicos.

Palavras do Sr. Presidente

Sra. Deputada, Srs. convidados, imprensa, galerias, senhoras e senhores; de maneira muito apropriada, o São Francisco é chamado de Rio da Unidade Nacional. Nasceu em Minas Gerais e banhando quatro Estados do Nordeste brasileiro, o Velho Chico, historicamente, vem colaborando no processo de integração do País, ao mesmo tempo em que funciona como gerador de relevante atividade econômica. Assim, devemos encarar todo e qualquer projeto que envolva a bacia - tal como esse da transposição das águas - em termos de

patrimônio da Federação: o rio São Francisco não é propriedade exclusiva de mineiros ou de nordestinos, mas de todos os brasileiros.

Com esse espírito de isenção é que estamos abrindo o Ciclo de Debates Transposição das Águas do Rio São Francisco. Vamos analisar a viabilidade da iniciativa, seus aspectos técnicos e jurídicos, os impactos sociais e ambientais e as expectativas e demandas dos Estados envolvidos. A esse respeito - e longe de pretender dar a palavra final sobre o assunto -, gostaríamos de aproveitar o ensejo para tecer algumas considerações.

A nosso ver, trata-se de projeto cuja magnitude não permite seja influenciado pelo processo eleitoral deste ano. Suas implicações são demasiado grandes para não serem consideradas. E a primeira indagação que nos ocorre é se não seria mais lógico - antes de partir para a transposição - utilizar os recursos hídricos já existentes no Nordeste e ainda não integralmente aproveitados.

Como se sabe, a região dispõe, atualmente, de cerca de 20.000.000.000m<sup>3</sup> de água, armazenados em açudes e represas, utilizados para irrigação apenas em pequena parte. Outros tantos 30 mil poços tubulares lá existem, igualmente sem aproveitamento eficaz. Não será o caso, repetimos, de lançar mão do já disponível, em vez de levar água de uma região semi-árida para outra região semi-árida?

Tecnicamente, a transposição do rio equivaleria a elevar suas águas a um nível de 175m. Não se pode ignorar que, acima de 25m, o custo da água sobrepuja o custo da produção agrícola eventualmente obtida. O País não estaria, desse modo, subsidiando pesadamente a atividade agrícola regional, quando a tendência do Estado moderno é, exatamente, acabar com os subsídios?

Ainda do ponto de vista econômico, há que se levar em conta o volume de energia que seria consumido com as obras de desvio do curso de água. O Brasil enfrenta séria crise no setor, e estamos mesmo importando energia de países vizinhos para suprir a demanda. Onde vamos encontrar os recursos energéticos para atender ao projeto? E se - tal como aconteceu com projetos faraônicos de triste memória, como a Transamazônica e a Ferrovia do Aço - tivermos que parar a obra pela metade?

Não podemos abstrair do fato de que 80% da vazão do São Francisco está consolidada em território mineiro. Para que nosso Estado continue a garantir essa vazão, necessitamos urgentemente de recuperar a bacia. A destruição das matas ciliares, a poluição e o assoreamento estão colocando em sério risco a vida do rio e de seus afluentes. Trata-se de um passivo ambiental que tem conosco a União: até hoje, não liberou as verbas necessárias ao trabalho de recuperação. E, a continuar como está, em futuro não tão distante, não haverá águas para serem desviadas.

Nossas ponderações não significam que temos opinião formada contra o projeto. A solução do problema das secas no Nordeste nos interessa de perto: temos considerável porção do território mineiro incluída na área da SUDENE.

Entendemos que é preciso resolver a questão em definitivo, mas não sabemos, honestamente, se a transposição das águas do São Francisco irá resolvê-la. É, por conseguinte, um trabalho formador de opinião que hoje aqui nos reúne, sob os auspícios da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Em nome do Legislativo mineiro, manifestamos a certeza de que os debates serão produtivos, e as conclusões, acertadas. Agradecemos a todos os que se dispuseram a colaborar conosco, por meio dos ilustres expositores, debatedores e participantes.

#### Palavras da Sra. Luciana Felício

Exmo. Deputado Gil Pereira, representante do Presidente da Assembléia, Deputado Anderson Adauto, por meio de quem cumprimento todos os presentes; boa-tarde, senhores e senhoras; quando se fala em rio São Francisco, alguns fatos muito importantes têm de ser destacados. Boa parte deles, o Deputado Gil Pereira já citou, mas não custa recordá-los. Sabemos que 40% do território mineiro está nessa bacia; quase 50% da população de toda a bacia é mineira, ou seja, 7,5 milhões de habitantes são mineiros, e 240 municípios mineiros estão nessa bacia. Estima-se que cerca de 70% de toda a água produzida na bacia se origina no Estado de Minas.

Com esses dados em mente, podemos dizer também que, apesar de eles chamarem a atenção para a importância econômica, social, cultural e ambiental da bacia do São Francisco, nunca houve uma política integrada de desenvolvimento e de preservação dos recursos naturais da bacia. Muito se fez, mas poucas coisas nesse espírito integrado, e o resultado está aí: uma bacia altamente degradada, já com problemas sérios em termos de quantidade e qualidade de oferta de água.

De posse desses dados, podemos dizer que somos contra a transposição do São Francisco? A água é um bem público, o bem mais importante que temos sobre a face da Terra, da qual todos os seres vivos dependem. Não é porque um curso de água passa no quintal da nossa casa que somos os donos dele. A água é um bem e um direito de todos.

Quando se fala em transposição do São Francisco, primeiro é preciso lembrar que estamos falando filosoficamente sobre a questão. Não temos nenhum dado concreto sobre o projeto hoje existente no Governo Federal sobre a transposição do São Francisco. Não conhecemos o projeto de engenharia nem os de estudos de impacto ambiental.

Falando filosoficamente da questão, já que não temos dados, o que podemos dizer é que é preciso fazer uma transposição - se esse é o caso - com muita responsabilidade e compromisso com as gerações futuras. Podemos falar em transposição desde que haja um programa de revitalização de toda a bacia do São Francisco e um pacto entre os Estados envolvidos na questão e a União. É preciso garantir que essa água seja realmente destinada àqueles que dela necessitam.

Sabemos que muito dinheiro já foi gasto neste País para resolver o problema da seca e que muito dele foi desviado, em benefício de alguns poucos privilegiados. É importante que haja garantia de que essa água será revertida e transposta para o uso de pessoas que realmente dela necessitam.

Só podemos falar de transposição com a participação das comunidades locais. Todas as comunidades precisam estar informadas do que é a transposição, de como se pretende transpor o São Francisco e de como elas irão participar desse projeto. É fundamental realizar as audiências públicas e efetivar a participação da comunidade científica.

Gostaríamos de ter em mãos o projeto de engenharia relativo à transposição do São Francisco e os estudos de impacto ambiental já realizados. Até hoje, eles estão restritos ao Governo Federal. De posse desses dados, queremos a participação de toda a comunidade envolvida, esses 7,5 milhões de mineiros que habitam a bacia do São Francisco, assim como a participação da comunidade científica nesse debate. Só dessa maneira poderemos garantir a aplicação de recursos de uma forma sensata, sem desperdício e assumindo com as gerações futuras o compromisso de não desperdiçar um bem tão importante como é a água no mundo de hoje. Era só isso que tinha a dizer. Obrigada.

#### Palavras do Sr. João Urbano Cagnin

É uma satisfação muito grande representar o Ministério da Integração Nacional e poder, de público, pela segunda vez - já houve uma oportunidade anterior, no Sindicato dos Engenheiros -, apresentar o projeto da transposição das águas do São Francisco como está sendo concebido atualmente. Agradecemos esta oportunidade e estamos aqui para conversar sobre o assunto.

Gostaria de apresentar o projeto passando as transparências; não sei se quem está na mesa vai conseguir enxergar. O projeto da transposição é uma idéia que já vem há muito tempo, desde o século passado, desde Dom Pedro II, quando já ocorriam secas periódicas no semi-árido do Nordeste. Ele foi visualizado por um político e engenheiro cearense, por volta de 1860. Desde então, todas as vezes que ocorre uma seca, com todos os problemas que já conhecemos, inclusive, a malfadada política de assistencialismo que ainda hoje... Todas as vezes que ocorre uma seca, somos obrigados a recorrer, por falta de uma política distributiva e de projetos estruturantes na região, que é a mais crítica do Brasil, em termos de água, de disponibilidade hídrica.

Mas o projeto não era tecnicamente viável até muito recentemente. Somente com a estruturação do setor elétrico, com a construção de Sobradinho e, depois, das demais barragens da CHESF, já no fim dos anos 70 e no início dos anos 80, é que haveria energia disponível na região para poder bombear águas sobre o divisor de águas da bacia do rio São Francisco para os outros Estados - Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte.

Então, o projeto não era tecnicamente viável até muito recentemente. A partir dos anos 80, essa viabilidade técnica passou a existir. Desde então, o projeto, nos anos 80, 84, 85 e, depois, 94, voltou e está em cogitação, mas sempre em período de fim de governo, e não houve continuação no aprofundamento desse trabalho, desses estudos sobre o projeto.

Em 1995, no atual Governo, foi criada uma comissão de cinco ministérios - fiz parte desse grupo - para avaliar os estudos realizados, e verificamos que havia ainda alguns pontos a serem analisados, inclusive o estudo de impacto ambiental, que passou a ser exigido pela legislação, a partir de 1986. Então, consultamos o IBAMA, já que o projeto abrange vários Estados. Ele é o órgão licenciador do projeto. Depois de alguns meses, o IBAMA, analisando e fazendo algumas reuniões nos Estados, preparou um termo de referência amplo dos estudos de impacto ambiental, que foram lidos pelo Governo junto com o ajustamento do projeto de engenharia, viabilidade e básico, para adaptar o projeto aos resultados dos estudos de impacto.

Dos projetos de que participei como engenheiro, esse viabilizou um andamento, um paralelo do estudo de engenharia com o estudo do impacto, como deveria ser, na verdade. Muitos dos impactos que o projeto poderia acarretar foram e estão sendo mitigados durante esse trabalho que ocorre em paralelo. Esses estudos já estão em fase final de andamento, de viabilidade técnica, econômica e ambiental e deverão ser entregues ao IBAMA ainda este mês, para posteriormente serem analisados pela comunidade, nas audiências públicas.

- Procede-se à apresentação de transparências.

O Sr. João Urbano Cagnin - Nesta transparência, vamos falar um pouquinho sobre o projeto. Aquela figura mostra o estudo estatístico de ocorrência de secas no Nordeste, e aquelas áreas de coloração diferente mostram as mais críticas. A medida que se sobe, todas as vezes que ocorre uma seca, essas secas de um a dois anos de duração, ela tende a se concentrar mais em cima, no semi-árido setentrional, que pega uma parte da bacia do São Francisco, na Bahia, em Pernambuco, pega um pedaço de Alagoas e de Sergipe, do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Nessa área rosa, todas as vezes que ocorre uma seca, há probabilidade de ocorrer em mais de 80%, quase 100% de seu território. O projeto da transposição está totalmente inserido nessa área mais crítica de ocorrência de secas no País.

O rio São Francisco que desce de Minas atravessa a Bahia com cerca de 70% de suas águas, entra no Nordeste, na Bahia, esse é o Médio São Francisco, é um rio com pouca regularização, a não ser Três Marias, que é uma barragem que regulariza o alto São Francisco. Ele não tem nenhuma outra obra de regularização e muito dificilmente poderá ser aumentada essa regularização pela inexistência, mesmo nos afluentes, de grandes possibilidades de barramentos e pelos impactos ambientais que esses barramentos podem causar na região.

Então, é um rio não regularizado, praticamente 10% da bacia é regularizada. Ele desce com o seu regime de cheias e de estiagens, justamente o trecho navegável do rio São Francisco que é o médio São Francisco, que corta Minas, Bahia, atinge o lago de Sobradinho e vai até Petrolina, onde termina a via navegável, começando cascatas de usinas hidrelétricas, com quedas altas, Itaparica, Moxotó, Paulo Afonso, Xingó, da CHESF, que fica já no denominado submédio São Francisco. A transposição capta água exatamente depois de Sobradinho no trecho do submédio São Francisco, entre Sobradinho e Itaparica, para essa região. 90% da bacia, mais ou menos, já foi percorrida, ficou a montante desse ponto de captação. O rio São Francisco, do ponto de vista hídrico, sofre uma mudança significativa muito importante, porque, se não é regularizado nesse trecho, com vazões de estiagem de  $600\text{m}^3/\text{s}$  a  $700\text{m}^3/\text{s}$ , nesse trecho é totalmente regularizado. Participei do Projeto Sobradinho, e ele está na cota máxima viável para aumento de regularização. Ele regulariza 80% do rio São Francisco, praticamente no nível máximo. Então, essa vazão, que é da ordem de  $600\text{m}^3/\text{s}$  a  $700\text{m}^3/\text{s}$ , é regularizada para cerca de  $2.000\text{m}^3/\text{s}$ , tendo uma variação entre  $1.600\text{m}^3/\text{s}$  e  $3.000\text{m}^3/\text{s}$ , em geral. Quando ocorre a cheia, ele pode ter um pouco mais, mas Sobradinho praticamente segura todas as cheias. É um rio com um grande pulmão aqui no meio, é um outro rio São Francisco. Quem conhece o rio São Francisco sabe as características desses dois trechos, desses dois estirões, que são bem diferenciados. Aqui, são águas relativamente abundantes em qualquer época do ano e aqui com águas restritas durante o período de estiagem, justamente o trecho navegável do rio. É exatamente nesse trecho de Minas e da Bahia onde está a maior parte das terras aptas para irrigação na bacia, mas não há água.

Quer dizer, vamos ter, no planejamento futuro da bacia - é necessário, fundamental -, que avaliar bem como vamos usar essa água no médio São Francisco, porque, se retirarmos muita água para irrigar, não haverá navegação. Ela está sendo prejudicada hoje com o assoreamento do rio, pelo desenvolvimento dessa região da Bahia e de Minas. No futuro, se retirarmos muita água para irrigação nessa bacia, será inviabilizada a navegação. Há um conflito sério nesse trecho. Para jusante, no trecho não navegável, o conflito que ocorre é mais com relação à produção de energia. As cheias vão sempre passar, vão se acumular em Sobradinho, mesmo que se use toda a água, e sempre haverá vazões superiores a  $1.000\text{m}^3/\text{s}$  a jusante. É dessa área, desse trecho mais favorável que se pretende retirar 3% da vazão atualmente regularizada por Sobradinho, 3% do volume de Sobradinho para os Estados do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Esses 3% que serão retirados de Sobradinho representam 100% de aumento de disponibilidade hídrica garantida no semi-árido setentrional, 3% aqui representam 100% lá.

O Brasil é bem aquinhado de águas, aproximadamente 12% da água doce do mundo está no Brasil, só que boa parte dessa água está na Amazônia. O Nordeste tem aproximadamente 3% da água doce superficial existente no Brasil. Desses 3%, 2% estão no rio São Francisco e 1% nos demais rios do Nordeste. É mais ou menos essa a divisão. Essa "pizza" mostra essa divisão. O semi-árido setentrional é a área beneficiada pelo projeto de transposição, é essa área marrom dentro da "pizza". Aqui temos 17,5% da população do Nordeste e temos uma quantidade pequena de água. No rio São Francisco, em termos de Nordeste, que seria a área azul-claro, temos mais ou menos a mesma população, 17,5% da população, com 2/3 de toda a água. Então, há má distribuição do recurso hídrico na região, no Nordeste, e o rio São Francisco, apesar de estar no semi-árido, é a única grande fonte hídrica disponível no seio do semi-árido. Se fôssemos avaliar uma relação entre a população e a água por habitante, o habitante da bacia do São Francisco, seja em Minas, seja no Nordeste, teria, mais ou menos, direito a uma unidade de água por habitante. Um habitante da região do semi-árido teria 10% de água. Então, há uma distribuição muito desigual dessa água em relação à própria população, quer dizer, imaginamos esse projeto como de fornecimento de igualdade de oportunidades aos brasileiros.

A água é do País, e não podemos restringir a ocupação, o desenvolvimento mínimo sustentável de uma região por falta de água, quer dizer, é preciso equilibrar de alguma forma essa distribuição. Para isso, são feitos em todo o mundo projetos de transposição, normalmente é para isso. A bacia do São Francisco, já mencionei, tem Sobradinho, tem a cascata da usina da CHESF e tem o conjunto de projetos de irrigação previsto na bacia pela CODEVASF, pelo setor privado. Geralmente, esses projetos estão situados na faixa do médio São Francisco, onde há a região de cerrado e há uma parte do semi-árido. Depois de Sobradinho, a área irrigável é muito pequena. Depois de Cabrobó, nessa região, há muito pouca área irrigável na bacia. O uso realmente é mais de energia. O rio São Francisco tem 2/3 da água do Nordeste, só que hoje ela foi apropriada em 80% para produção de energia. Já tem o dono. O dono é a CHESF. Não dá para regularizar o resto, quando há enchente ela acaba indo para o mar, 80% tem um dono, que é a energia. Independentemente de haver ou não um projeto de transposição de água do rio São Francisco, essa situação, provavelmente, não se perdurará no futuro, porque, à medida que a própria bacia do rio São Francisco se desenvolver com projetos de irrigação, essa restrição vai ocorrer na produção de energia. Não podemos, pensando em um projeto de país, achar que vamos alocar um único rio grande perene, com o grande volume que temos no semi-árido, totalmente para produção de energia. Há que ter uma nova distribuição razoável intersetorial desse recurso hídrico.

Fala-se muito que o Nordeste tem um mar de água subterrânea. Já tivemos até reuniões com alguns hidrogeólogos brasileiros de renome. Falam isso, mas o fazem de uma maneira geral. Quando vamos analisar a disponibilidade, a localização dessa água subterrânea, vemos também que ela é desigual. Ela é muito concentrada na bacia sedimentar do rio Paraíba, no Piauí; no Oeste baiano, na região do Serrado; na Bahia há algumas manchas, no Apodi, no Açu e praticamente todo esse sertão é sem água. Só se encontra água subterrânea em fendas das rochas, e ela é de péssima qualidade. Não há água subterrânea, os estudos que fizemos demonstraram isso. Não há água minimamente sustentável para, pelo, menos manter a população com possibilidade para beber e para trabalhar.

Com relação ao projeto de transposição, nós estamos atrasados, porque quase todas as regiões semi-áridas do mundo já têm projeto de transposição, são projetos polêmicos, são até errados às vezes, porque a parte ambiental do projeto foi muito mal planejada, são projetos que retiram muita água do rio e, à medida que tiram muita água, causam impacto na bacia cedente, principalmente a jusante do ponto de captação. Isso ocorreu na Rússia e em outros locais, mas há projetos, onde a água retirada, e disponível é pequena, e não existem maiores impactos.

Vimos aqui projetos de transposição, alguns muito maiores que os nossos, em países desenvolvidos e não desenvolvidos, na África, no Egito e na Turquia, na China e na Índia, no Equador, no Peru e no México. No Brasil, temos dois projetos de transposição, e não são em regiões semi-áridas, são em regiões do Sudeste. A cidade de São Paulo é abastecida por um projeto de transposição de águas; tira-se água da bacia do rio Piracicaba,  $33\text{m}^3/\text{s}$ , vai para o Juqueri, é jogado para o rio Pinheiros, na forma de esgoto, e, em outra transposição, parte dessa água é jogada no mar, em Cubatão, gerando energia elétrica. No Rio de Janeiro, existe outra transposição, as águas do rio Paraíba são bombeadas para o rio Guandu, que abastece a cidade do Rio de Janeiro. Esses são projetos de transposição de bacias.

Os estudos contratados pelo Ministério estão sendo feitos há dois anos e estão em fase de encerramento. São estudos de inserção regional, que demonstraram que seria necessário pesquisar para saber o quanto de água seria necessário. Primeiro, é preciso saber quanto de água existe no local, para saber o que pode ser levado. Esses estudos definiram as ofertas atuais e futuras e o cenário de demanda hídrica, para dar sustentabilidade à população que lá vive.

Quanto aos estudos de impacto ambiental, sobre o qual já fiz referência, foi um estudo muito complexo, estão sendo realizados por uma empresa de São Paulo, a IA Copore Engenharia, em consórcio com a Taraw, de Israel. Os estudos de cartografia foram realizados pelo IP, com tecnologia nova, com uso de radar. Os estudos de viabilidade técnica e econômica, de engenharia e projetos básicos estão sendo feitos por um consórcio da ENGE COP, de São Paulo, com a NASA americana.

Vou dar alguns elementos desse trabalho, para vocês terem uma idéia do que é esse projeto. Aqui vimos a área do projeto, Nordeste setentrional. Temos aqui o rio São Francisco, Sobradinho, Itaparica, tem o que chamamos de Eixo Norte, que é um conjunto de canais que atende em parte a bacia do rio São Francisco, vai até o rio Brígida, atravessa o divisor de águas, bombeando cerca de 160m de altura. Duas hidrelétricas recuperam 70m dessa queda do outro lado do Ceará, e a altura líquida de queda fica inferior a 100m. Esse canal que vimos vem pelo divisor, antes ele era jogado nesse riacho, o que iria trazer grandes problemas ambientais, e por isso foi tirado daqui. Esse canal prossegue pelo divisor, entra pelo Ceará e a Paraíba, distribuindo água para as populações que habitam essas regiões e retorna ao Ceará, onde o rio Salgado, afluente do Orós, tem condições para captar essa vazão, prolongando até o rio Apodi, no Rio Grande do Norte, e pelo rio Piranha do Sul, na Paraíba. Essa água, além de abastecer outros canais, abastece a região dos rios e abastece os principais açudes que estão, hoje, na primeira fase das transposições. A construção desses açudes está quase terminando. Temos o Castanhão no Ceará, Santa Cruz, no Rio Grande do Norte, e Armando Ribeiro, que já está construído no rio Piranha do Sul. Vocês podem ver que aqui há uma divisão na geologia, que é a pavimentação, onde se divide o cristalino e o sedimentar da geologia. Aqui, temos as áreas de melhor possibilidade de irrigação, e estão aqui as maiores populações, e nessas outras áreas há menor população e menor área irrigada, mas, mesmo assim, há gente, e é preciso abastecer essa população. É a que sofre mais com a seca.

O Eixo Norte é o que abastece quatro Estados: Pernambuco, dentro da bacia do São Francisco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. A vazão máxima de captação de bombeamento é de 99m<sup>3</sup>/s e vai bombeando para os outros Estados. Como o projeto está interligado aos açudes, ele não operará continuamente como um projeto de irrigação. Não é um projeto de irrigação, é um projeto de uso múltiplo, interligado aos grandes açudes e vai ter um funcionamento intermitente. Quando os açudes estiverem secos, na ocasião da seca, eles vão bombear mais, e, quando os açudes estiverem cheios, eles bombeiam muito pouco, só para abastecer as populações na área intermediária.

Então, o Eixo Norte é um conjunto de canais com três estações elevatórias e duas hidrelétricas. O Eixo Leste, que não existia anteriormente, é um segundo traçado de canais, que vai atingir a bacia do rio Paraíba, a cidade de Campina Grande e outra região das mais secas do Nordeste. Abastece aqui, Posto da Cruz e o agreste de Pernambuco, que esse ano, está totalmente sem água. Assim, atinge boa parte de Pernambuco, dentro da bacia do São Francisco, atinge Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará. A população que habita hoje essa área é de cerca de 8 milhões de habitantes. Além dos canais, esses trechos, em verde, são trechos de rios, e a população que a habita será beneficiada. Os subprojetos integráveis são aqueles que, a partir desses açudes, vão se ramificar.

Aqui, por exemplo, há o abastecimento de Fortaleza por esse canal que já foi licitado pelo Estado do Ceará, a partir do Castanhão. Há a irrigação do Apodi, vários projetos de adutoras e canais que vão ramificar esses dois eixos estruturantes para uma região muito maior, incluindo o Agreste de Pernambuco.

- Procede-se à apresentação de transparência.

O Sr. João Urbano Cagnin - Temos aqui alguns dos subprojetos a serem integrados à transposição e adutoras de água para abastecimento humano. São mostrados aqui 650km, no caso do Ceará, e pouco mais de 700km no Rio Grande do Norte. A média é de 600 a 700km por Estado. Boa parte dessas adutoras já está sendo executada, atualmente, com o apoio do Governo Federal, num programa chamado Pró-Água, com dinheiro do Banco Mundial.

- Procede-se à apresentação de transparência.

O Sr. João Urbano Cagnin - É sobre os estudos de análise econômica do projeto. Quando falei aqui 99, foi um número avaliado, que não atende toda a demanda até o ano de 2025, mas atende a maior parte da demanda que existe na região. É um canal um pouco menor, corresponde à faixa de benefício líquido, de menor custo, que é o máximo do projeto em valor atual. Está num ponto ótimo, por isso foi escolhida essa dimensão.

Quando chegarmos a 2020 e precisarmos de mais água, far-se-á outro projeto. Não faremos um projeto gigantesco como o que tinha sido planejado na época do Figueiredo, do Andreazza, que era um projeto para tirar 300m<sup>3</sup>/s nesse eixo. A retirada dele será da ordem de 50m<sup>3</sup>/s, em média.

- Procede-se à apresentação de transparência.

O Sr. João Urbano Cagnin - Um dos benefícios importantes do projeto é a redução do custo governamental relativo a cestas básicas e frentes de emergência durante as secas que ocorrem na região. Temos uma situação, sem o projeto. Se ele não for executado, o que o Governo vai gastar, se a seca dos últimos anos se repetir no futuro - e vai se repetir, só não sabemos quando -, corresponde a R\$2.000.300.000,00. Esse é o dinheiro que o Governo gasta nas secas, com as frentes de emergência. O custo total do projeto é de R\$2.700.000.000,00. Só isso quase equilibra o custo do projeto.

- Procede-se à apresentação de transparência.

O Sr. João Urbano Cagnin - Quanto à oportunidade do projeto, temos vários cenários estudados, tendencial, periféricos e alternativos, em qualquer dos casos, com a demanda incluindo água subterrânea, que não é existente, é mineração de água, há pouca reposição. É água finita. Água de aquíferos confinados, muito antiga. É uma água que se tem de retirar constituindo uma reserva estratégica da região. Não se pode retirá-la nem bombeá-la toda, porque é finita. Para qualquer faixa de valores, teremos um déficit hídrico entre 2003 e 2005, o que mostra que o projeto tem de entrar por aqui, qualquer que seja o cenário que analisemos.

- Procede-se à apresentação de transparência.

O Sr. João Urbano Cagnin - O conceito do projeto muda em relação ao anterior, que visava levar água para a área de irrigação, basicamente. Hoje, boa parte da água é usada na irrigação, mas ele tem uma visão de usar primeiro os bens e recursos hídricos locais. Entronizamos um novo conceito que se chama sinergia hídrica, fazendo as águas da transposição passar pelos grandes açudes. Ela passa obrigatoriamente pelos grandes açudes, fazendo eles funcionarem em conjunto.

Com isso, tendo-se a garantia da interligação, pode-se operar os açudes de forma diferente, sem medo, sem ser muito conservador, como hoje. Como não sei, e é impossível saber quando é que vem a seca e quanto tempo ela durará, como é que o DNOCS opera? Como os Estados operam? Eles sempre operam guardando parte da água, gastam pouca água, porque não sabem quando vem a seca e porque, quando ela vem, só os grandes açudes têm possibilidade de manter alguma água. Operam com medo.

Com a transposição, pode-se operar diferentemente, usando a água, gerando benefício com ela. Se vem a seca, a transposição entra e cobre, dá garantia; por isso, bombeia-se menos, não se bombeia direto e se permite a utilização dos recursos hídricos locais. A transposição é um grande projeto contra a evaporação. Vai evitar a evaporação de uma quantidade de água que equivale à quantidade de água garantida pelo maior açude do Nordeste, que é o Castanhão, no Ceará. É mais ou menos o valor regularizado. Gastando-se US\$500.000.000,00 no Castanhão, para regularizar cerca de 20m<sup>3</sup>/s, isso é quanto vai deixar de evaporar nos açudes da transposição, é quanto ganharemos só pelo fato de termos o projeto. Ele nem precisa estar bombeando, ele vale só pela garantia que vai dar.

- Procede-se à apresentação de transparência.

O Sr. João Urbano Cagnin - Evidentemente, todas as ações, todos os projetos têm impacto. Uns impactos podem ser mitigados, outros, não. O maior impacto do projeto, o da retirada

desse máximo de 115m<sup>3</sup>/s, em média, 64m<sup>3</sup>/s em cima dos 2 mil, em média, que passam no rio São Francisco, é a CHESF. A CHESF é a única que sentirá o impacto mais mensurável, econômico, em decorrência do projeto.

Como o projeto não vai tirar essa vazão agora, vai retirá-la em 2015, retirando pouco de início e aumentando aos poucos o número de bombas, ele vai atingir uma perda de cerca de 140MW nos pouco mais de 5000MW que a CHESF pode produzir hoje, da ordem de 2% de perda na CHESF. Esse é o impacto que é medido, equivalente a um projeto de irrigação. O Jaíba causa o mesmo impacto, só que, como está dentro da bacia, ninguém prestou atenção nisso. Os grandes projetos de irrigação também causam impacto em perda de energia.

Para encerrar, este é um gráfico que mostra a variação. São 60 anos de dados do bombeamento da transposição. Se a hidrologia se repetir, de 1920 até hoje, verificamos que só haverá conflito grave com a água do São Francisco, para efeito de geração de energia, em 6 anos, dos 60 em que haveria necessidade do bombeamento total, e haveria crise de água em Sobradinho.

Então, seria necessário gerenciar essa água, ou diminuir a vazão, reduzir, racionar, ou seria racionada a energia aqui. Ou então, dever-se-ia substituir essa energia por uma fonte, que é o mais adequado, do ponto de vista social e econômico.

- Procede-se a apresentação de transparência.

O Sr. João Urbano Cagnin - Queria terminar dizendo que o projeto da transposição está sendo visto como uma ação isolada. O Ministério, nestes meses, preparou um plano de revitalização para a bacia do São Francisco. Vários órgãos e vários Estados foram consultados. Ele incorpora uma série de ações necessárias na bacia, seja feita a transposição ou não.

A transposição afeta isso aqui. É evidente que, independentemente de haver ou não a transposição, é preciso que alguma coisa seja feita pela bacia do São Francisco, isso é relevante e prioritário.

Nossa estimativa é que o plano de revitalização consumirá mais ou menos R\$1.200.000.000,00 em dez anos. Ele fará o planejamento da gestão integrada dos recursos naturais que.

É importante que haja a revegetação de algumas áreas críticas, o saneamento básico, o controle de poluição, a proteção da pesca, o apoio a comunidades ribeirinhas e uma série de ações que já foram encaminhadas às Secretarias de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente dos Estados para termos depois o "feed back" desse trabalho. Agradeço a oportunidade.

Palavras da Sra. Maria de Lourdes Pereira dos Santos

Boa-tarde a todos, minhas palavras são para agradecer a presença de todos. Em nome do IGAM, quero dizer que me sinto honrada em participar desta Mesa e deste evento, representando o IGAM órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado. Minha presença aqui foi solicitada pelo nosso ex-Diretor-Geral, Dr. João Bosco Senra, que hoje, pela manhã, entregou ao Governador do Estado seu pedido de desligamento de nossa instituição.

A SEMAD e o IGAM, juntamente com esta Assembléia Legislativa, em vista da importância inegável do assunto - transposição das águas do São Francisco -, tomaram a iniciativa de abrir um espaço, aqui em Minas Gerais, não só para a discussão sobre a proposta do projeto da transposição, como também sobre todas as outras questões que o permeiam, principalmente as ambientais. Pretendemos que este espaço inaugure o processo democrático de participação da sociedade nessas discussões, após conhecermos o projeto, no dia de hoje.

Nossa atuação na bacia do São Francisco tem se firmado para buscar sua revitalização, como foi dito por minha colega Luciana.

As ações do IGAM têm sido as mais diversas. Citei alguns exemplos: buscamos soluções para conflitos de uso da água nas sub-bacias dos rios Riachão e Verde Grande; estamos desenvolvendo estudos relativos à qualidade das águas nas bacias dos rios das Velhas, Pará e Paraopeba; temos mantido controle mais rigoroso das outorgas na bacia do rio Paracatu; temos supervisionado o Plano Diretor de Afluentes Mineiros da Bacia do São Francisco e o Plano Diretor da Bacia do Verde Grande; já supervisionamos o Plano Diretor da Bacia do Rio Paracatu, este já finalizado.

O IGAM passa a integrar o grupo executivo de apoio técnico, financeiro e administrativo do Comitê da Bacia do Rio das Velhas, funcionando como uma agência transitória desse comitê.

Dentro de nossas competências, fomentamos a criação dos comitês das bacias dos rios das Velhas, Paracatu, Pará e Paraopeba, pois entendemos que a gestão descentralizada e participativa é um dos princípios fundamentais para a eficácia na implementação da política estadual de recursos hídricos.

É importante ressaltar que, em março, por ocasião da 1ª Conferência das Águas de Minas, o IGAM deu impulso ao movimento de apoio ao tombamento cultural e ambiental do Parque Nacional da Serra da Canastra junto à UNESCO. Coletamos cerca de 10 mil assinaturas para esse tombamento.

Estamos certos de que os resultados dos debates de hoje e amanhã reverterão em benefícios para a população da bacia, lembrando a todos que Belo Horizonte é o pólo urbano mais importante da bacia do São Francisco.

Desejo que, como na oração de São Francisco, possamos agir como instrumentos de paz nas discussões desse projeto que é do interesse de todos, buscando a união onde houver discórdia. Que tenhamos pleno sucesso em nossos trabalhos. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Paulo Afonso Leme Machado

Exma. Deputada Maria José Haueisen, Presidente destes trabalhos, componentes desta Mesa, senhoras e senhores, quero falar da minha satisfação em voltar a Minas Gerais, a Belo Horizonte, onde já fiz muitas palestras sobre Direito Ambiental e onde há uma consciência ecológica bastante enraizada.

Fui convidado a fazer uma abordagem jurídica do tema, porque sou professor de Direito Ambiental, fui Promotor de Justiça e presido a Sociedade Brasileira de Defesa do Meio Ambiente.

Pretendo, nos 20 minutos, abordar quatro tópicos. Primeiro, o plano de recursos hídricos e a convenção internacional da ONU sobre o uso de rios internacionais, na parte em que esses rios não sejam destinados à navegação; segundo, o princípio da precaução; terceiro, um estudo prévio de impacto ambiental e audiência pública; e, como quarto ponto, o licenciamento ambiental.

Na primeira parte da questão dos recursos hídricos, quando olhamos a transposição, temos de ter presente que hoje a transposição está sendo formulada, pensada e delimitada sob legislações e pontos de vista diferentes dos que foram feitos nos dois casos em que o orador que me antecedeu falou.

No caso que atinge a bacia onde moro, do Piracicaba, que tem transpostos 33% para São Paulo, e na transposição do Paraíba do Sul, não havia a Lei nº 9.433, de 1997, não havia a Constituição Federal de 1988 nem a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981. Hoje estamos reunidos, trabalhando, porque veremos a questão dos princípios da informação, dos princípios do direito de participação e do princípio da precaução.

O caso que nos interessa é o problema de haver uma convenção internacional que - ainda que não tenha a adesão do Brasil e se destine a rios internacionais - é a primeira convenção que nos dá parâmetros sobre a utilização de rios. Essa convenção foi usada no primeiro grande julgado do Tribunal Internacional de Haia de 1997. Isso é bem recente, estamos a três anos dessa convenção. Ela diz o seguinte: "A utilização de modo equitativo e razoável" - lança a idéia da equidade e da razoabilidade nos recursos hídricos.

Algumas alíneas devem ser analisadas com atenção: os fatores geográficos, hidrográficos, hidrológicos, climáticos, ecológicos e outros de caráter natural; as necessidades econômicas e sociais; a população tributária do curso de água; os efeitos dos usos do curso de água e o Estado do curso de água sobre outros, ou seja, os Estados brasileiros sobre outros Estados; os usos atuais e os potenciais; a conservação, a proteção, o desenvolvimento e a economia no uso dos recursos hídricos.

Por que levantei esses itens?

No estudo do impacto ambiental, precisamos fazer perguntas. A Resolução nº 1/86, do CONAMA, do qual tive a honra de participar como conselheiro, estabelecia a finalidade e o conteúdo do estudo prévio de impacto ambiental. Uma reunião como esta, valorizando cada pessoa presente, é uma participação inicial, porque o estudo prévio de impacto ambiental deve ter, no mínimo, 3 mil páginas. É preciso que uma organização importante se faça para acompanhar o estudo prévio de impacto ambiental, não basta simplesmente levar ao Ministério de Integração Nacional. Antes de iniciar a sessão, conversei com o coordenador do projeto, e ele me disse que estava terminando o estudo prévio de impacto ambiental para ser apresentado ao IBAMA.

Apesar de se tratar de um rio federal - passa por mais de um Estado; por isso, pelo art. 20 da Constituição, é federal -, parece-me que os Estados e até os municípios têm o direito de apresentar questões ao IBAMA, que as apresentará à equipe multidisciplinar responsável pelo estudo. Não é uma relação do IBAMA com o outro Ministério. Essa é a primeira questão a ser acentuada. Há um interesse nacional; o IBAMA é federal. Para ser nacional, transpassa a fronteira de ser simplesmente órgão federal. É um interesse nacional e, recordando o que já foi dito, a água é um bem de uso comum do povo. No Brasil, há o interesse de todos pela questão, não só dos que estão nessa bacia hidrográfica, mas em outras bacias também.

A última alínea da Convenção Internacional se entrosará com o que diz a Resolução nº 1/86, do CONAMA sobre a análise de opções de valor comparável em relação ao uso planejado e ao uso existente. A questão das opções é fundamental na análise de uma transposição de águas. É preciso ser feito? Não é? Não fazendo, o que ocorre? Fazendo, o que ocorrerá? A questão da opção, até mesmo na Resolução nº 1/86, do CONAMA, chega à não-execução do projeto.

Se me perguntarem se sou a favor ou contra a transposição, direi que não tenho um ponto de vista. Não que esteja em cima do muro, mas não vi nem analisei o estudo de impacto ambiental. A oradora que me antecedeu disse que a questão será analisada com concórdia e com justiça. Os mineiros, porque estão a montante ou por egoísmo, não poderão dizer que não darão água ao Nordeste. A questão é saber se há prejuízo para os que hoje usam as águas e se haverá dano ambiental. São várias questões a serem abordadas, como a situação ecológica, a fauna e a flora aquática.

É fundamental haver um acompanhamento íntimo da prova, para passarmos à questão das audiências públicas. Por que muitos querem diversificar e dizem que não é preciso um estudo de impacto ambiental? Muitos não querem a publicidade. A Constituição Federal, quando se refere a estudo de impacto, diz que, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

Não se dá publicidade somente ao RIMA, que é o relatório de meio ambiente. Muita gente se confunde com isso. Não é a parte simplesmente pedagógica que é acessível ao público, é todo o estudo prévio de impacto ambiental. No caso, não há segredo industrial nem segredo comercial. Como tenho salientado no meu livro "Direito Ambiental Brasileiro", o que é de segredo não entra no estudo de impacto ambiental. O estudo de impacto é totalmente público. O Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - RIMA - tem de ser concebido, vazado e escrito numa linguagem acessível. A parte científica, mesmo que difícil, é acessível a todos.

Quando falamos de público, não podemos desvirtuar o seu sentido, dizer que são leigos e analfabetos; não, público somos todos nós, alfabetizados e não alfabetizados. Público são aqueles que estão nas universidades e que não compuseram ou não compõem a equipe responsável pelo estudo prévio de impacto ambiental. Essa abertura ao público é muito importante.

Mas temos de lembrar que os poderes públicos, os Estados, os municípios têm de investir dinheiro na multiplicação das cópias desse estudo. Infelizmente, pela Resolução nº 1/86, somente seis cópias são apresentadas pela equipe consultora, pelo proponente do projeto.

Então, existe o grande problema de se manusear esse estudo para que realmente se torne público. Ora, em outros municípios onde tive a honra de elaborar a lei ambiental - como, por exemplo, o Município de Franca, Estado de São Paulo -, o Ministério Público tem o direito de receber uma cópia do estudo prévio do impacto ambiental de todo empreendimento feito nesse município. Mas isso pode não vigorar em Minas, na Bahia ou em outros Estados interessados.

Portanto, essa questão é fundamental. Há precedentes na linha internacional? Há. Quero citar rapidamente, o tempo é muito escasso, uma parte dessa decisão votada em 1997, no caso que envolveu a Eslováquia e a Hungria. O tribunal considera que a Eslováquia, ao assumir o controle unilateral de um recurso partilhado, privando a Hungria do seu direito à parte equitativa e razoável dos recursos naturais do Danúbio, com a continuidade dos efeitos do desvio dessas águas na ecologia da água ribeirinha, faltou o respeito à proporcionalidade exigida pelo direito internacional. É o caso chamado Gabisekovo Nagimarus, que envolveu o problema de montante e jusante de rio internacional.

Ora, ao que me consta, esse problema da equidade e da razoabilidade entre as situações de águas acima e águas abaixo, bem como de desvio, nunca foram decididas no Brasil. E o que é que também deveríamos aplicar? O princípio da precaução. O que é esse princípio? Ele está sendo aplicado de uma forma inovadora no direito ambiental. Vejam como ele foi aplicado agora na questão dos transgênicos, pelo Juiz da 6ª Vara Federal de Brasília. É o Princípio nº 15 da Declaração da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento do Rio de Janeiro. Se houver incerteza científica e perigo de dano grave e irreversível, a prevenção deve ser feita agora, e não depois. A prevenção não deve ser postergada.

Então, o que isso quer dizer? Só sobre o princípio da precaução daria para fazermos uma conferência de mais de uma hora. Provavelmente, vai haver dúvidas, incertezas e pontos de vista divergentes no estudo de impacto ambiental - se é que vai haver -, principalmente na audiência pública. Então, é importante ver se o fundamento dessas dúvidas é razoável. Por isso, as medidas de precaução que a prudência indicar devem ser tomadas, antes que o dano ocorra.

Hoje, há também outro princípio do direito internacional: a obrigação de se evitar o dano, isto é, de se prevenir que o dano não ocorra. É importante que a questão da precaução seja levantada ainda no momento da transposição, porque, evidentemente, o volume de água e a sua vazão têm de ser acuradamente verificados. Hoje, a equipe já não tem a necessidade que deveria ter, de acordo com o art. 7º da Resolução nº 1, de 1986, do (...), que foi revogada pela Resolução nº 237. Lamentavelmente, ela já não existe. Eu havia lutado muito por isso, mas houve até votos comprometedores dessa independência. Hoje, a equipe multidisciplinar não é independente, nem existe essa exigência. Com isso, cai a credibilidade do estudo de impacto. E onde vamos resgatar essa credibilidade? Na audiência pública. A Resolução nº 9, de 1987, estabelece regras, mas o número de audiências não está predeterminado. Evidentemente, quando se trata de uma bacia hidrográfica tão ampla, se não houver muitas audiências para esse estudo, a participação pública será uma farsa. Então, esse dado da audiência pública não é um plebiscito, não vota projeto, mas tem uma função fundamental: a do resultado. Isso é fundamental. Na audiência pública, será possível apresentar provas e testemunhos científicos, e esses dados ali discutidos deverão ser levados à autoridade que irá tomar a decisão.

Passamos, agora, ao último ponto da minha palestra, que é o licenciamento ambiental, principalmente após uma lei de janeiro do ano passado, quando passou a haver requisitos como a motivação e a razoabilidade. Então, o IBAMA, quando for decidir, e o próprio Governo Federal, deve ter sua decisão lastreada na motivação por fundamento. É importante que se tragam os fundamentos. Por quê? Porque o Poder Judiciário, assim, não só poderá examinar a maneira como foi feito o estudo do impacto, mas também terá a possibilidade de examinar a adequação entre os fundamentos e as decisões, e a existência ou não de compatibilidade.

Vou ter alegria em encontrá-los nas perguntas que fizerem. Não vou ficar falando o tempo todo, porque vou aproveitar a coincidência de o Ministério Público de quatro Estados estar reunida aqui hoje. Vou ter a satisfação de ouvir os Promotores de Justiça. São pessoas que deverão ter, porque isso deve ser exigido deles, um controle e um acompanhamento da legalidade desse processo da transposição. Muito obrigado.

Eu agradeço o convite para estar aqui. Não sou especialista em hidrologia, embora a minha instituição, a COPPE-UFRJ, tenha uma atuação nessa área. É meu colega na COPPE o Prof. Gelson (...), convidado há pouco pelo Governo Federal para cooperar na criação da Agência Nacional de Águas, já em fase de discussão. Entretanto, interpreto que fui convidado por causa do meu envolvimento na questão da energia, em particular da energia elétrica, mais especificamente, da hidreletricidade. Estive nesta Assembléia há poucos meses, em um debate também direcionado para a questão das águas. Então, dentro dessa linha de limitação de competência, daremos ênfase aos aspectos da energia elétrica que são concernentes à transposição das águas do São Francisco. Mas não do ponto de vista técnico, "strictu sensu", da geração de eletricidade. Aliás, hoje o País está entrando em uma crise nesse aspecto. Abordaremos mais o ponto de vista institucional da gestão de recursos hídricos. Procurarei, então, fazer uma análise lógica, e não uma crítica ao projeto, apesar de uma abordagem racional ter necessariamente o espírito crítico de levantar dúvidas e de apresentar questionamentos a serem esclarecidos. Nesse ponto, sigo a mesma linha do Paulo Afonso, que me antecedeu.

Quando lemos a síntese do projeto, que nos foi apresentada de maneira bastante competente e consolidada, em primeiro lugar, verificamos que ali faltam os detalhes técnicos essenciais. Sabemos que os detalhes estão sendo elaborados e que virão a público em breve, de forma mais completa. Quando passamos pelo setor elétrico em particular, salta aos olhos, em primeiro lugar, que é retirada uma parcela pequena, 3%, da vazão do São Francisco, regularizada, em média, após Sobradinho. Quanto à energia elétrica, isso implicará uma média de 2% ao longo do tempo, 140MW em cerca de 5.000MW - capacidade instalada da CHESF. Então, concluímos que a obra é positiva. O número não é impressionante: 2% da capacidade instalada, em face do crescimento da demanda de energia elétrica no País, não é um número importante. Mas vamos entrar um pouco mais no detalhe. Quando examinarmos a argumentação em mais de um momento, temos uma preocupação que tem que ver com o aspecto institucional a que me referi no início. Está dito aqui que de fato vai haver uma perda da energia hidrelétrica com a capacidade instalada hoje, existente como referência, e que terá seu papel progressivamente reduzido em presença de outras fontes que deverão ser mobilizadas para o crescimento do mercado regional, citando especificamente as termelétricas e a contribuição de recursos da iniciativa privada em programas de termelétricas do Nordeste. Acho que, aqui, já vemos a raiz de um problema complicado. A crise que o Brasil está sofrendo hoje tem base na suposição de que já há dificuldades bastante grandes no Centro-Sul, ou seja, na hipótese de que o setor elétrico tenha soluções implementadas pela iniciativa privada, a qual não foi, absolutamente, confirmada experimentalmente ao longo do processo da privatização do setor elétrico, que já transcorre há algum tempo. Voltarei a esse assunto adiante, mas, dentro dessa mesma idéia, preocupou-me também a posição que consta no fim do documento, de que haverá um operador do projeto de transposição, e que será o responsável por sua operação. Esse operador poderá ser um órgão concessionário público ou privado, com retorno econômico.

Vejam só: como bem foi exposto há pouco por Paulo Afonso Leme Machado, a água é um bem público. Já estamos vivendo, no aspecto da hidreletricidade, problemas quanto a esse fato de entregar um bem público à gestão privada. Isso tem que ver com o debate da privatização de Furnas, que tem uma inserção muito grande no Estado de Minas Gerais. Foi muito bem dito aqui pelo expositor que a água não é exclusividade de ninguém. Ela não pertence a uma pessoa, a um proprietário nem a uma empresa. Ela pode ser usada por todos, e é correto fazer uma crítica à excessiva importância dada ao uso da água para a geração elétrica no Brasil. A água tem que ter uso múltiplo. Não podemos esquecer esse aspecto.

Pelo lado positivo, acho que o projeto revela um ponto sobre o qual devemos refletir: a necessidade da presença da autoridade pública, dos Estados, ou seja da unidade administrativa da Federação, para cuidar de aspectos importantes para o desenvolvimento econômico e social do País.

Esse projeto é uma confissão clara de que a filosofia que tem sido dominante na gestão econômica do Brasil nos últimos anos não dá conta de toda a complexidade do problema que o País enfrenta. Esse é um aspecto positivo. O Governo tem de tomar a iniciativa, tem de pensar no problema da água, talvez até contrariando interesses de um Estado em função de outro. Devemos nos precaver para que grandes erros cometidos no passado, muitas vezes com intenção idêntica, não se repitam. Não estamos mais na época dos governos militares, ainda bem. Não quer dizer que esses erros não possam se repetir. Por exemplo, as obras faraônicas em que o Brasil empenhou recursos muito grandes com retorno bastante duvidoso e, em alguns casos, absolutamente nulo ou negativo. Um dos exemplos é o acordo nuclear com a Alemanha feito em 1975. Uma obra megalomaniaca que não se concretizou e custou ao Brasil, aproximadamente, US\$10.000.000.000. Hoje, após 25 anos, estamos tendo problemas na inauguração do primeiro dos reatores nucleares para a geração elétrica desse grande programa, pelo qual pagamos essa quantia desnecessária porque o Brasil dispunha de recursos hídricos suficientes para a geração elétrica como foi feito. Se dependesse do reator, deveria haver naquele programa 50 reatores nucleares em operação. E em 1990 deveria haver 8 reatores alemães, cada um com o tamanho dobrado ao do reator Angra I, que o Brasil já possuía há muito tempo.

Outro exemplo é a Transamazônica, tomada, em parte, pela própria floresta. Poderíamos ir mais longe, mas queremos apenas mostrar obras megalomaniacas. No setor elétrico, em particular na hidreletricidade, entre essas obras na região da Amazônia, podemos citar a Usina Hidrelétrica de Balbina, que tem uma inundação imensa para uma geração de energia pequena, com impactos ambientais muito fortes, desproporcionais ao benefício que traz.

Acho que temos de analisar a questão da transposição de águas unidas dessa preocupação: não repetir erros do passado em que, muitas vezes, projetos com intenção de salvação nacional são colocados e tornam-se uma compulsão irresistível porque mobilizam interesses, mobilizam ações políticas, legítimas de uma democracia, mas que temos de analisar criteriosamente do ponto de vista técnico, econômico, social e ambiental. Uma obra desse vulto tem impactos irreversíveis. Uma vez feita a transposição das águas, ninguém vai trazê-las de volta. Do mesmo modo que não podemos esvaziar a Usina de Balbina. O reator de Angra II está sendo inaugurado. Não vamos pedir que ele não seja inaugurado, depois de gastar com ele bilhões e bilhões de dólares. Ele tem de ser inaugurado, apesar dos problemas que traz, vamos ter de administrá-los. O custo é elevado, a comparação de tabelas a respeito do custo do empreendimento e dos custos evitados no atendimento às necessidades e carências da população afetada pela seca têm de ser criteriosamente analisados. São comparações muito diferentes de coisas muito diferentes. O custo de uma obra é a contratação da engenharia, das empresas de obras e das demais ações do projeto. Já não é tão simples saber como a seca do Nordeste pode ser resolvida com essa ação. É inegável que ela irá contribuir. Estar pensando nas vítimas da seca é motivo de elogio e não de crítica ao Governo. Faço a crítica à área econômica do Governo, que deixa a sociedade resolver os seus problemas: os milionários à sua maneira e os pobres à sua, ou seja, uns sendo explorados pelos outros. A preocupação social do Governo é legítima. Agora, dimensionar exatamente como a água colocada no Nordeste será apropriada é uma questão muito complicada. Sabemos que nos grandes reservatórios das hidrelétricas, que podem ter o uso múltiplo da água, muitas vezes não é possível essa utilização, pelo egoísmo da hidrelétrica, e quando isso acontece não é a população carente da região que é beneficiada, e sim aqueles que se apropriam das margens do lago e utilizam a água para a exportação, deixando a população na mesma miséria. E, muitas vezes, sem ter sequer a energia elétrica que poderia ser benéfica a eles, mas que passa por cima de seus territórios sem deixar um "ampère" de corrente disponível para quem quer que seja; vai para os grandes centros consumidores, para as grandes indústrias. No caso do Norte, do alumínio; no caso do Centro-Oeste, para todas as indústrias que temos aqui. E o pobre continua pobre, continua sem energia elétrica. Não acredito que esse seja o objetivo desse projeto, mas, se lermos o discurso do ex-Presidente Geisel, vamos ver que também não era objetivo de seu projeto deixar os pobres mais miseráveis. Ao contrário, sempre foi dito que todos querem fazer o bem para os pobres. Mas, como isso é feito? Não estou dizendo que devemos negar o projeto por causa disso. Só estou fazendo uma crítica cuidadosa a esses US\$1.700.000.000,00, aproximadamente, que seriam a base de custo do projeto.

Voltando às questões institucionais, é muito importante aproveitar essa oportunidade em que o próprio Governo Federal confessa o erro da sua filosofia política de deixar a sociedade resolver os seus problemas, ficando ele a cuidar apenas dos juros e do dinheiro dos banqueiros no sentido "strictu sensu" de pagar os juros porque somos devedores, porque o Brasil tem compromissos internacionais ou porque precisamos manter a moeda estável. Acho muito melhor discutir projetos desse tipo, que visam à vida das pessoas. Isso é um avanço. Agora, temos de tomar muito cuidado porque, inserção dá a idéia de que o investidor privado vai fazer termelétricas no Nordeste para resolver o problema da energia hidrelétrica que deixar de existir. Parece-me que isso é canto da sereia. Não podemos brincar com a água em vista de uma filosofia como essa. Se uma parte da água vai deixar de servir ao Estado de Minas para servir aos Estados do Nordeste, talvez devamos aceitar, ainda que alguns percam para que outros ganhem. Isso pode ocorrer. Cabe ao Governo assumir essas posições. Cabe a nós, intelectuais e parlamentares, discutir isso com muita clareza.

Vou narrar uma situação curiosa que me ocorreu em Caldas, Minas Gerais. Quando fomos lá discutir a situação dos rejeitos radioativos que seriam trazidos de São Paulo, da empresa Orquima, o meu parecer foi favorável, apesar de ser totalmente contra a posição da população de Caldas. Minha posição não era de defesa de Caldas, mas de dizer qual o melhor lugar para se colocarem rejeitos de radioatividade, que estavam dentro da cidade de São Paulo, atrás de um muro e ao lado de uma calçada de transeuntes. Em Caldas, ficariam em uma fazenda já completamente contaminada pela radioatividade. Ali era um local de produção de urânio. Dos males, o menor, ainda que fosse pior para Caldas.

Temos de pensar que é possível perder água do São Francisco, mas é preciso também observar qual será a utilização dessa água, se de fato essa é a solução, se há outras soluções, se essa é uma pseudo-solução. Isso tudo tem de ser visto. Isso é questionar, não é afirmar. Não estou convencido de que seja essa a solução, por todos os nossos antecedentes, por toda a nossa tradição. Por esses pedaços de discurso do relatório, parece-me que a questão ainda está dentro da seguinte filosofia: negócios privados são a grande prioridade do Governo, desses é que o Governo tem de cuidar. Se é para enriquecer alguns fazendeiros, é melhor que essa água não vá. Se é para resolver os problemas da população, que vá. Vai resolver? Essa é a discussão. Vai resolver também os problemas ambientais decorrentes? Se não, será um mal para todos, tanto para o fazendeiro quanto para os camponeses e a população urbana.

Acho que o problema do São Francisco está bem posto porque envolve claramente o problema social e econômico. Cabe ao Estado nacional tomar providências a respeito. Esse é o aspecto que ressalvo. É preciso haver bastantes dados para que essa análise possa ir adiante, pois há diversos atores e pontos de vista freqüentemente discordantes, como o ambiental,

o social, o econômico e o regional. Preocupa-me muito que, enquanto isso esteja sendo discutido, a política da energia elétrica no Brasil esteja num mau momento. Novamente nesse aspecto, o Governo confessa o erro. É preciso que ele intervenha, faça uma ação para que o Brasil volte a ter expansão da geração elétrica, que se paralisou há muito tempo. Hoje não temos, nesta região em que estamos, o Centro-Sul, energia elétrica suficiente para fazer face à demanda, no risco de déficit historicamente definido no Brasil, que era de 5% e hoje está indo de 10% para 15%. Isso é um problema sério do Governo. As soluções são ainda ruins do ponto de vista do uso das águas. Vender uma empresa hidrelétrica como Furnas significa vender um bem público. Bem ou mal, ainda que concessionária, essa empresa controlará a água. A água não é da empresa, que apenas vai poder tirar dela o proveito para a geração elétrica, como concessionária, dentro de um projeto de privatização como se pensa. Isso é muito oportuno, porque também esse projeto está em discussão. O Presidente da República declarou há pouco que mudaria a forma de privatização de Furnas, reconhecendo que estava sendo feita de maneira inconveniente, como foram feitas tantas outras privatizações em que simplesmente levaram o patrimônio público para o controle privado. Para vocês terem uma idéia, Furnas gera energia elétrica a R\$35,00 por MWh. Pago, no Rio de Janeiro, R\$200,00 por MWh. É bem verdade que o uso residencial paga uma energia bem mais cara que a média, mas isso dá uma idéia da disparidade. Se for feita a privatização de Furnas, pelos cálculos que temos, essa energia vai passar a ser gerada por R\$70,00 o MWh, que é o custo chamado marginal da expansão, usando termelétricas. Estou chamando a atenção do problema da hidrelétrica porque é uma coisa sobre a qual tenho competência e que tem uma interferência imensa com o problema do uso das águas, que é o que está em discussão aqui. Repito: não sou contra o projeto, entretanto não tenho elementos de convencimento para ser a favor dele. Acho que o nosso papel é questionar, exigir, antes de tudo, todas as respostas prévias, para que não se repitam erros do passado, como a construção de obras grandiosas, com dispêndio enorme de recursos sem retorno proporcional. Muito obrigado.

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Hauelsen) - Gostaríamos de apresentar as desculpas da Sra. Luciana Felício, que se ausentou por ter de retornar à SEMAD, onde está acontecendo, neste momento, a despedida do ex-Secretário, Deputado Tilden Santiago. Como autora do requerimento que deu origem a este ciclo sobre a transposição das águas do São Francisco, quero cumprimentar os expositores e debatedores presentes, bem como aproveitar a oportunidade para falar um pouquinho sobre esse assunto de grande complexidade, que deve ser resolvido não só nos campos da engenharia e da economia, mas principalmente considerando-se os aspectos políticos.

Não há, em Minas Gerais, um sentimento unânime em relação à proposta de transposição das águas do Rio da Unidade Nacional para as áreas do denominado Nordeste setentrional. Acredito que todos os mineiros têm consciência de que, se a solução para os problemas causados pelas secas nessa região do País for a transposição, devem apoiá-la e incentivá-la.

Entretanto, não pregaremos nunca o apoio e o incentivo a uma obra de porte monumental sem que tenhamos a certeza de sua necessidade e da oportunidade de iniciá-la neste momento.

Foi o que também ouvimos, neste momento, do Dr. Luiz Pinguelli Rosa.

O que temos detectado, nas inúmeras reuniões realizadas para organização deste ciclo e em nossos contatos na região do semi-árido mineiro, é quase um sentimento de angústia por percebermos que uma decisão de tal magnitude possa ser tomada pelo Executivo Federal sem uma ampla discussão com a sociedade, de forma a dar total transparência ao empreendimento.

Pretende-se transpor um volume considerável de água do rio São Francisco para bacias hidrográficas ainda mais carentes desse recurso natural vital. Dizemos mais carentes porque todos nós sabemos que a bacia do São Francisco também tem uma extensão de terras potencialmente irrigáveis, muito maior do que sua disponibilidade hídrica. Não há dúvida de que, nesse sentido, iremos desvestir um santo para vestir ouro. A transposição, não há como negar, irá reduzir ainda mais a água disponível para uso na própria bacia. Mas esse aspecto pode ser sobrepujado por uma decisão política ao se comprovar a inviabilidade de alternativas para o combate aos efeitos das secas nordestinas.

O que devemos ter presente é que precisamos aprender com as experiências negativas do passado recente, como as obras faraônicas que este país tentou realizar. Também o Dr. Luiz Pinguelli Rosa fez referência a esse assunto. Estão aí os exemplos da Rodovia Transamazônica, da Ferrovia do Aço e do programa nuclear brasileiro, todos tomados como puras e simples obras da engenharia construtiva, decididas em gabinetes, sem a participação da sociedade, e que resultaram em rotundos fracassos, com enormes prejuízos para o erário.

O projeto de transposição deve ser amplamente divulgado, para que a sociedade brasileira possa conhecê-lo, de forma clara e transparente. Não é possível decidirmos sobre a transposição com o tipo de discussão que o Governo Federal tem adotado. A recente proposta de privatizar a CHESF para angariar recursos para a obra é mais um engodo, como o foi a vinculação da CPMF como fonte financiadora do SUS. Todos nós sabemos que o dinheiro recolhido ao caixa único do Governo Federal tem como finalidade exclusiva o pagamento dos compromissos do Executivo com o FMI.

A disposição do atual Governo em investir na bacia do rio São Francisco pode ser medida por um fato bem simples: o dinheiro recolhido com a venda de ingressos nas portarias do Parque Nacional da Serra da Canastra - nascente do São Francisco, onde, há cerca de três anos, o Presidente da República lançou solenemente um programa de revitalização do rio - cai no caixa único federal e dali não sai. A administração do parque, a cargo do IBAMA, não tem recursos sequer para a mais simples fiscalização em seus domínios.

Fica aqui uma das nossas dúvidas: o uso da CHESF como fonte de financiamento para a obra. A venda ou privatização é uma proposta para acontecer imediatamente. Os recursos que gerar certamente irão para o caixa único do Governo. As obras de transposição são, necessariamente, de médio prazo. Dificilmente os valores arrecadados com a venda das geradoras de energia elétrica do vale do São Francisco permanecerão no caixa único à espera das obras. O mais certo é que eles sejam destinados aos compromissos com o FMI, e as obras, paralisadas por falta de dinheiro para sua execução.

Uma outra questão, que nos parece muito relevante, parte de uma constatação unânime entre os que defendem e os que condenam o projeto: a necessidade de revitalizar o rio São Francisco como suporte para a transposição. Estamos falando de ações de recuperação ambiental na bacia do São Francisco, em especial em Minas Gerais, onde estão as fontes que geram 75% da vazão do rio. Esta proposição tem por fundamento o nível de degradação da bacia hidrográfica em suas cabeceiras. Ou seja, estamos pensando na recuperação ecológica do São Francisco para garantir, no futuro, a transposição de suas águas para bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional totalmente degradadas. Para estas não há proposições de ações ambientais que visem a mudar o quadro cruel de miséria que é insistentemente usado para justificar a transposição.

Consideramos absolutamente necessário que o Governo apresente em seus planos uma proposta de revitalização ambiental dessas áreas, a qual inclua uma mudança da realidade fundiária daquela região, de forma que as águas transpostas possam transformar-se em um fator real de progresso, e não em mais um simples vetor de concentração de renda, ao privilegiar os grandes proprietários das terras ribeirinhas aos açudes e canais nordestinos.

Portanto, esperamos que este ciclo de debates deixe bem claro que a transposição do rio São Francisco, quando se avalia sua viabilidade, não pode ser tratada como uma simples obra de engenharia. É preciso ter presente e bem claro que essa solução só se justifica pela certeza de sua oportunidade e pelo uso da água transposta como um fator de disseminação do progresso social no semi-árido nordestino. Porque, ao propormos uma solução para aquela porção setentrional do território brasileiro afetada pelas secas, não podemos nos esquecer que a situação que impera na parte semi-árida da bacia hidrográfica do São Francisco, isto é, no Nordeste Meridional, também precisa ser equacionada.

É com este propósito que daremos início aos debates desta reunião.

#### Esclarecimento sobre os debates

A Sra. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A coordenadoria informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que desejarem fazer uso do microfone que se inscrevam previamente, identificando-se, sendo objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações iniciais. Cada participante disporá de até 3 minutos para a sua intervenção. Caso deseje uma resposta, deverá indicar a qual dos expositores dirige sua pergunta. Os microfones estão à disposição.

#### Debates

O Sr. Haroldo Roberto Kangussu - Boa-tarde a todos. Meu nome é Haroldo Kangussu. Sou da cidade de Janaúba, no Norte de Minas. Estou presidindo a Comissão de Implantação do Comitê da Bacia do Rio Gurutuba. Esse rio é um pequeno tributário do rio São Francisco. Ele é muito importante para a economia do Norte de Minas, e nele existe o açude do

Bico da Pedra.

A transposição das águas do rio São Francisco vai ser motivo de muitos debates e estudos. Porém, a revitalização do rio São Francisco, tendo em vista a situação assoreamento em que se encontra e o desmatamento das ciliares, é, atualmente, motivo de grande preocupação. O que está sendo feito para a revitalização do rio São Francisco e para a melhoria de suas condições atuais?

O Sr. João Urbano Cognin - Com relação ao Gortuba especificamente, não tenho as informações aqui. Mas, com relação à revitalização, tenho aqui o plano. O orçamento prevê o plantio de matas ciliares. Algumas áreas foram identificadas como prioritárias, mas há uma grande preocupação da nossa parte quanto à sustentabilidade disso. Nesse plano, fizemos uma avaliação do nível de desmatamento que vem ocorrendo no Norte de Minas e na Bahia, principalmente. O desmatamento, apesar da recente legislação de Minas, pode ter atingido, na década de 90 - não tenho os dados estatísticos dos últimos três anos -, 100.000ha por ano, para a expansão predominantemente da pecuária, associada à produção de carvão vegetal para a siderurgia. Nossa grande preocupação é que, sem um esquema eficiente de gestão de recursos naturais, que cabe ao Estado fazer, corre-se o risco de se investir no replantio e, daqui a cinco ou seis anos, quando as árvores estiverem crescidas, serem cortadas para alimentar os fornos de carvão vegetal, como acontece hoje. Esse é um ponto que realmente preocupa.

O plano de revitalização que está sendo discutido foi encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente, ao Deputado Tilden Santiago, para que, aqui em Minas, a Secretaria analise o plano e dê o retorno, a fim de que possamos aperfeiçoá-lo, para que seja debatido principalmente com a comunidade local. Não podemos aplicar recursos, simplesmente. É caro o reflorestamento. E a nossa preocupação é com relação a sua sustentabilidade. Esse é um ponto que ainda dependerá das ações e propostas que vierem da Secretaria de Meio Ambiente, em nome do Governo do Estado, articulando as ações desse plano que estão contidas no relatório.

O Sr. Haroldo Roberto Kangussu - Agradeço a resposta. Gostaria de saber se podemos ter acesso a esse plano que o senhor mostrou agora.

O Sr. João Urbano Cognin - Ter acesso ao plano, sim. Tenho aqui somente um volume. Há um segundo álbum. Foram enviadas duas ou três cópias à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais, para que debata esse plano com a comunidade do Estado e a ouça, para que faça as críticas pertinentes ao plano, no intuito de melhorá-lo. Desde já, uma das preocupações que temos é realmente a situação do desmatamento.

Acompanhei isso muito na área de Carajás, e, ainda hoje, sabemos que 22% do carvão que vem para a siderurgia é da bacia do São Francisco. E lá não há o mesmo nível de controle e de lei que há aqui. Esse problema extrapola realmente e precisa ser tratado por um sistema de gestão da bacia do São Francisco. Precisa haver realmente uma ação conjunta com o IBAMA, em nível federal, para que se providencie esse esquema de gestão.

Penso ainda que o problema não é somente hídrico, porque o hídrico é consequência. O problema são os recursos naturais mesmo, desmatamento, uso inadequado, agricultura inadequada, irrigação inadequada, o que vem degradando e agravando o problema dos afluentes e do próprio São Francisco.

O Sr. Frederico Pecorelli - Meu nome é Frederico Pecorelli. Falo em nome do Grupo de Pesquisas em Direito Educacional.

As perspectivas da integração no cotidiano escolar e na transposição do currículo em saber estão descritas no "Relatório Jacques Dolores", da Comissão da UNESCO para a Educação para o Século XXI, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação: saber fazer, saber conhecer, aprender a aprender, saber conviver e saber ser. Considerando as implicações e os impactos de tal transposição e os desastres ambientais que ocorrem, como o de Balbina, pergunto: como consideraram tal questão? Se consideraram, vocês dispõem de momentos para dialogar sobre tal proposta na educação básica e no ensino superior, haja vista a importância do rio São Francisco nos currículos, principalmente de Geografia e História, e na transposição do cotidiano escolar? O Grupo de Pesquisa em Direito Educacional coloca o direito de conhecer, desde a educação infantil, o que acontecerá com o futuro do Estado e do rio São Francisco, que é tão importante?

O Sr. Ademar Ramos Novaes - A minha pergunta é dirigida ao Dr. Luiz Pinguelli. A minha preocupação, como ser humano, é com a pobreza dos irmãos do Nordeste. Nós, seres humanos, temos de nos preocupar com a pobreza e a miséria no País, principalmente nas áreas do Nordeste. Sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaíba e colono do Projeto Jaíba.

Tenho preocupação com os milhões de dólares que são gastos nesses projetos. O Projeto Jaíba gastou mais de US\$450.000.000,00. O resultado do projeto está lá para quem quiser ver: pobreza e endividamento. Quem quiser ir lá, fazer uma visita para ouvir os colonos do Jaíba, verá que a pobreza é calamidade pública. O projeto que se diz o maior da América Latina está lá com aquela pobreza toda. A maioria dos colonos já desocuparam seus lotes para trabalhar como empregados, mesmo para ganhar esse salário de miséria, que é de R\$151,00. Com ele, ninguém sobrevive. Os trabalhadores estão correndo para encontrar empregos porque o projeto não se desenvolve devido à burocracia das autoridades. Obrigado.

O Sr. Luiz Pinguelli Rosa - Concordo com a sua preocupação. Como disse, não devemos ser contra um projeto que anuncia como objetivo resolver os problemas sociais da seca do Nordeste. Mas temos de cobrar a coerência entre os objetivos e os meios. É claro que, se o objetivo for alcançado e o custo for este: o custo monetário e o custo de se usarem as águas tirando a disponibilidade para outros objetivos, temos de aceitá-lo, desde que seja viável.

O senhor disse muito bem sobre os projetos iniciados que não têm aquele término almejado. Esses exemplos existentes devem ser criteriosamente analisados, para que não se repitam os erros. Mas é preciso saber se esse é o projeto que resolve os problemas do Nordeste, se há outros menos onerosos e se esse projeto pode ser feito de outra maneira, sem a dimensão que se pensa e buscando outras soluções que, combinadas, não sejam exclusivamente o uso das águas do São Francisco.

Tudo isso deve ser examinado, e, uma vez apresentados os detalhes e estudos que o Governo está providenciando, caberá à sociedade analisá-los, devidamente assistida por técnicos das áreas ambiental, hídrica e hidrológica.

A Sra. Presidente - Pergunta de Ana Beatriz Costa dirigida ao Dr. Urbano: "Qual o processo usado para a transposição: dinamita-se o leito do rio até que ele se encontre com o outro? Abrem-se vales para as águas dos rios se encontrarem? O que pode acontecer com os peixes e tudo o que pertence ao leito do rio? O que pode ocorrer na vazão do rio São Francisco? Seu leito vai diminuir a ponto de o rio se transformar em córrego?"

O Sr. João Urbano Cognin - Não vai ocorrer dinamitação, acréscimo ou redução de leito de rio. O rio São Francisco, na área do projeto, tem mais de 1km de largura, é regularizado pela barragem do Sobradinho e tem profundidade relativamente constante.

Será escavado, em sua margem, um canal em solo de mais ou menos 300m de comprimento, em posicionamento adequado. A primeira estação elevatória fica à margem do rio, a 300m para dentro. O que se vai dinamitar é a base de concreto da estação elevatória, que tem que ser assentada sobre a rocha. Será, então, feito o bombeamento para cima. Como vêm, não haverá nenhum efeito significativo sobre o leito do rio. Evidentemente, qualquer obra provoca impacto.

O trecho do rio em que o projeto operará tem duas barragens, a de Sobradinho e a de Itaparica. Nenhuma das duas tem escada de peixe. A mudança ambiental de reservatórios, com águas paradas ou correntes, já ocorreu com a construção das barragens. A pesca diminuiu muito com isso.

O problema mais grave do rio São Francisco está na foz, onde a construção das barragens causou tremendo impacto. Todo o material sólido é retido nas barragens. A água que chega ao baixo São Francisco é limpa, e o que está feito está feito. Infelizmente, não dá para desfazer impactos. Não será, agora, a transposição, tirando apenas 3% da água do São Francisco, que vai afetar significativamente o rio.

A Sra. Presidente - Pergunta de Ieda Ester de Mendonça, de Bambuí, a esta coordenadoria: "O rio Bambuí é o segundo afluente do São Francisco e está secando na nascente. Por que não fazer projetos para as pequenas comunidades, revitalizando ribeirões, córregos e rios e, em consequência, o Rio da Unidade Nacional? Do jeito que as coisas estão, chegará

apenas lixo ao rio São Francisco".

Concordamos plenamente em que é preciso recuperar a bacia do São Francisco, começando de seus afluentes, da nascente até a foz. Essa deveria ser a primeira preocupação do Governo Federal e dos Governos Estaduais, porque até o projeto faraônico da transposição das águas do rio São Francisco será prejudicado na medida em que seus afluentes estão perdendo o potencial aquático.

Atuamos nas regiões do Mucuri e do Jequitinhonha e lá observamos a quantidade de rios temporários, aqueles que só aparecem quando chove. Existem pontes sobre eles, as quais, na verdade, não têm nenhuma finalidade.

Também nós nos preocupamos com essa situação. A degradação das nascentes é terrível. Parte do dinheiro que será usado na transposição poderia ser empregado na preservação das nascentes, até para garantir a transposição do rio São Francisco, projeto de extrema importância para o Nordeste.

O Sr. Marcos Vinícius Menezes - Fiz duas perguntas ao Dr. João Urbano. Gostaria de saber detalhes do plano de revitalização do rio São Francisco. Além disso, o senhor falou que, durante o período de seca prolongada no Nordeste, haveria um limite para a retirada da água transposta do rio São Francisco. Como isso seria monitorado?

O Sr. João Urbano Cagnin - Sobre os pontos de revitalização, a proteção das nascentes está incluída no plano, assim como o reflorestamento com espécies nativas de matas ciliares. Quanto ao eventual reservatório a montante, isso é uma possibilidade no rio Paracatu, por exemplo, que é um rio não regularizado. No rio Paracatu, há barragens previstas pela CEMIG, pelo setor elétrico, e barragens estudadas pelo extinto DNOS. Essa barragem melhoraria a situação do médio São Francisco, pois poderia haver um aumento de água durante o período de estiagem, ou seja, uma melhoria da regularização do médio São Francisco, o que seria interessante para a oferta hídrica e para a navegabilidade. Então, o plano inclui essas ações, além de outras na área de saneamento básico das comunidades ribeirinhas - fornecimento de água e tratamento de lixo e esgoto -, e está orçado, como mencionei, em R\$1.200.000.000,00. Qual foi mesmo a segunda pergunta?

O Sr. Marcos Vinícius Menezes - Se, pelo projeto, durante o período de seca, haverá um aumento da transposição de água do rio.

O Sr. João Urbano Cagnin - Como o projeto é intermitente, está interligado... Quer dizer, a água será armazenada em açudes. A intenção não é colocar água em um lugar específico, por um projeto de irrigação específico. A água irá alimentar açudes estratégicos do Nordeste e, a partir desses açudes, alimentará os projetos de uso múltiplo na região. Assim, como há possibilidade de usar-se o açude, não será necessário que, em um momento de crise no São Francisco, seja bombeada a vazão máxima. É muito mais fácil gerir um projeto como esse que um projeto de irrigação, por exemplo, dentro da bacia do São Francisco, pelo qual é preciso irrigar o tempo inteiro, para a planta não morrer. Quer dizer, ele tem essa flexibilidade.

O Sr. Paulo Maciel Júnior - Antes de mais nada, acho difícil que nos posicionemos, uma vez que precisaríamos, inicialmente, de uma transposição de informações. Hoje não temos informações suficientes, mas algumas questões colocadas levam-nos a fazer algumas indagações. Em primeiro lugar, o valor apresentado para o plano de recuperação da bacia, de R\$1.200.000.000,00, é irrisório, se considerarmos o tamanho da bacia do São Francisco. Só em Minas Gerais, no caso do rio das Velhas, cujo comitê represento, nosso plano diretor fala em US\$1.071.000.000,00 para sua recuperação, em 15 anos. Então, com R\$1.200.000.000,00, sem que se saiba qual é o prazo de investimento e quais são as prioridades, fica realmente muito difícil. De qualquer maneira, parece-nos que, mais uma vez, a questão ambiental tem pouca prioridade.

Mas quero fazer uma pergunta ao Dr. Paulo Afonso, aproveitando sua experiência jurídica. Sabemos que a política ambiental, no caso específico, dar-se-á por meio de licenciamento, que ficará sob a responsabilidade do CONAMA e do IBAMA, por se tratar de projeto que tem interferência em outros municípios. No caso da política de recursos hídricos, a outorga se dará também por meio do Governo Federal, da Secretaria de Recursos Hídricos e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Por outro lado, sabemos que só haverá disponibilidade de água para essa outorga se todas as sub-bacias no Estado de Minas Gerais - o Paraopeba, o Pará, o rio das Velhas, o Gurutuba e as demais sub-bacias - pactuarem com essa vazão, que deve chegar à calha principal do rio. Então, perguntaria de forma bastante direta ao senhor, como se dará esse pacto? Se todos os comitês e sub-bacias, no caso de Minas Gerais, teriam de pactuar, aprovando uma vazão mínima para chegar à calha principal, de forma a garantir a vazão a ser transposta, em nosso Estado estaríamos, com isso, obrigando-nos a manter essa vazão no futuro, podendo até faltar, em nossa região, água para nosso uso. Gostaria que o senhor fizesse um comentário jurídico a esse respeito.

O Sr. Paulo Afonso Leme Machado - Evidentemente, a questão sobre a quantificação do projeto não foi dirigida a mim - deve ter sido direcionada ao Dr. Cagnin.

A segunda questão, de grande interesse, diz respeito às decisões dos comitês de sub-bacia hidrográfica e do comitê de bacia hidrográfica, em Minas Gerais, que estão a montante do projeto. Realmente, a política ambiental desses comitês terá de ser adequada à lógica de se manter uma vazão que possibilite essa retirada de água. É verdade que a outorga, no rio federal, não está subordinada aos comitês. Ainda recentemente, fiz a crítica, em um seminário internacional de recursos hídricos, no Tribunal Superior de Justiça, em Brasília, sobre a pouquíssima influência que os comitês têm na fase da outorga, que ainda é monocrática - dada simplesmente pelos órgãos do Governo, sem participação colegiada. Ou seja, não é democrática, mas simplesmente governamental. A outorga deve obedecer, sim, aos planos de recursos hídricos, mas, infelizmente, esses planos - criados pela Lei nº 9.433 - não estão sendo elaborados. Acredito mesmo que pode começar a haver essa transposição, sem que tenha sido feito previamente o plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica; quer dizer, não sei se o plano de recursos hídricos foi elaborado. Alguém sabe? Acredito que não tenha sido, porque a lei é de três anos antes dessa data. Agora, oportunamente, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - fez parte desse Conselho, e essa foi uma das minhas grandes lutas nessa regulamentação -, por meio da Resolução nº 5, deste ano, determinou que esse plano de recursos hídricos seja submetido a audiência pública, o que a lei não prevê. Mas a outorga de recurso hídrico, que é a autorização para captar, para averiguar, para usar o recurso, será da Secretaria de Recursos Hídricos. Então, a obediência a esse critério para se fazerem as outorgas a montante não é nada fácil.

De outro lado, parece-me importante que os comitês de bacias hidrográficas participem ativamente já, agora, na fase do estudo prévio de impacto ambiental. Essa é minha impressão.

O Sr. Paulo Afonso Leme Machado - Disse à Sra. Presidente que gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Urbano Cagnin. O senhor falou que seriam retirados 3% dessa transposição do rio São Francisco. Como seriam controlados esses 3%? Disse, também, que essa água vai para açudes. Então, na linha que o Sr. Luiz Pinguelli Rosa abordou, que achei muito oportuna, esses açudes serão públicos ou privados?

O Sr. João Urbano Cagnin - Com relação ao controle dos 3%, no próprio processo de outorga, pode-se dar outorga para uma vazão máxima e para uma vazão média - é o que ocorre normalmente e o que deve ocorrer nesse caso. Nesse caso, os 3% não são imediatos. Provavelmente, isso só vai ocorrer depois de 2010, porque as bombas vão ser colocadas paulatinamente - começa-se com cinco, passa-se para dez e, por volta de 2010 ou 2015, quando o projeto estiver totalmente motorizado, teremos a capacidade de tirar os 3% de Sobradinho.

O Sr. Paulo Afonso Leme Machado - No início, então, não serão 3%?

O Sr. João Urbano Cagnin - Será bem menos, algo da ordem de 1%. É assim que se fazem, também, os projetos de hidrelétrica - faz-se a hidrelétrica, e vai-se motorizando. A última unidade de Itaipu foi montada há pouco tempo, nos anos 80. A motorização é lenta e vai sendo realizada de acordo com as necessidades da região.

O Sr. Paulo Afonso Leme Machado - Mas esse projeto prevê a possibilidade de, quando pronto, tirar-se mais do que 3%?

O Sr. João Urbano Cagnin - A vazão máxima que o projeto pode bombear, fora do pico, é da ordem de 110m<sup>3</sup>/s. Então, em algum momento, vai bombear 110m<sup>3</sup>/s ou 114m<sup>3</sup>/s; em outros momentos, vai bombear zero. Como esse volume está sendo tirado de dentro de Sobradinho - que está soltando e regulando esse volume -, na média, serão tirados os 3%. Se não houvesse Sobradinho, seria direto do rio, mas esse não é o caso.

Com relação aos açudes, são todos públicos - o Castanhão, etc. Todos os grandes açudes do Nordeste são públicos. Aliás, essa questão foi levantada anteriormente, e vou-me permitir esclarecê-la. O DNOCS tem mais de 40 mil açudes. O DNOCS começou a fazer açude há 100 anos, quando ainda era (...) Quer dizer, desde 1901 ou 1902, está construindo açudes. Há bacias em que se terá de destruir açudes, porque há mais açudes do que água - vão construindo pequenos açudes, e a água, ao invés de ser usada, evapora mais ou menos 2,5m por ano. Assim, um açude que esteja à frente, importante para o fornecimento de água para uma cidade, não enche nunca mais. Então, é preciso destruir açudes. Acabou o ciclo de

açudada. Feitos esses açudes estratégicos, que estão sendo construídos agora, levantamos essa questão. Só há mais um ou dois açudes para serem construídos. Acabou. Nessas bacias, se construirmos açudes, iremos perder água; não há alternativa. Isso foi avaliado. É por isso que falo que a transposição tem que entrar - porque não há alternativa. A alternativa poderá ser a de dessalinizar a água do mar e bombeá-la para dentro, mas isso é bem mais caro.

A Sra. Presidente - Há outra pergunta para o Dr. Paulo Afonso, que será feita oralmente pelo Dr. Mauro da Costa Val.

O Sr. Mauro da Costa Val - Sou da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental, Seção Minas Gerais.

Estamos de posse do relatório do Deputado Marcondes Gadelha, do grupo de trabalho da Câmara Federal. Ele terminou o relatório na quinta-feira e o apresentou a esta Casa, com alguns comentários, dizendo que estudos técnicos, financeiros e ambientais foram realizados com os rigores que o acervo de conhecimento hoje em dia permite. E conclui dizendo, com absoluta convicção, que o projeto de transposição do rio São Francisco é o mais seguro do mundo, ambientalmente, e faz um requerimento de indicação ao Poder Executivo contendo vários aspectos, inclusive dizendo que o Presidente deve determinar o início imediato das obras de transposição das águas do rio São Francisco.

Quer fazer a seguinte pergunta: Isso caracteriza um fato ou é apenas uma intenção? A sociedade civil organizada quer acompanhar o projeto, quer participar do processo de avaliação e de tomada de decisão, principalmente no que diz respeito aos cronogramas que vão ser estabelecidos a partir do EIA-RIMA. Assim, esse documento é uma intenção ou já caracteriza um fato?

O Sr. Paulo Afonso Leme Machado - É uma tentativa política de quem faz um requerimento desses para um fato consumado. Mas acredito ser totalmente inviável do ponto de vista jurídico, porque isso não está de acordo com a legislação em vigor, com o art. 225 da Constituição, acoplado com a Resolução nº 0186. Acredito que todo Juiz federal daria imediatamente uma medida liminar se batesse na sua porta, suspendendo a obra. Acredito que isso, politicamente, nem o Governo queira, por isso mesmo está elaborando o estudo de impacto ambiental. Volto a dizer que tenho a maior preocupação com a necessidade social do Nordeste. Tenho ligações de parentesco com cearense e viajo muito ao Nordeste e sei que há uma necessidade de buscar solução para a seca, mas o que se tem que fazer é zelar para que a água existente seja adequadamente repartida.

O problema da partilha de um recurso natural que pertence a todos é legítimo. Não acredito que seja mesquinhez dos senhores. Se os senhores não zelarem por isso poderá haver deturpação na utilização da água. Não dá para achar que esse processo vai durar muito e que teremos tempo para debates. As fases estão correndo rapidamente, e essa fase é para se preparar para a audiência pública. Temos que exigir várias audiências públicas. É pena que uma discussão como essa não esteja sendo concomitantemente assistida pelo Ministério Público, não só estadual, mas também federal. As ONGs têm legitimidade para entrar na justiça pela Lei nº 7.347, de 1985. Mas, infelizmente, as ONGs brasileiras não se têm movido com muita facilidade no plano das ações judiciais. Elas ficam sempre só informando ao Ministério Público e não entram com as ações. Então, os senhores irão necessitar, para legalidade do processo, da presença permanente do Ministério Público. É importante que não se deixe passar isso, porque, depois que as fases passarem, será difícil fazer o processo reverter.

A Sra. Presidente - Pergunta de Marcos Vinícius Lobato, dirigida ao Sr. João Urbano: "Além dos custos da obra de transposição, em si, tem-se idéia dos custos de financiamento e apoio aos pequenos agricultores para que se traduza em benefícios para essa população?"

O Sr. João Urbano Cagnin - Vejam bem, foram levantadas, em paralelo ao projeto de engenharia e dentro dos estudos ambientais, todas as populações que se encontram próximas, num raio de 5km a 10km desses canais. Fizemos 12 audiências públicas na região do projeto, com as comunidades, incluindo a presença do Ministério Público, para exatamente definir os anseios locais com relação a posicionamentos de tomadas d'água ao longo do canal, para beneficiar essas comunidades. Então, o projeto já está inserido numa série de tomadas d'água ao longo desses canais que vão beneficiar essas áreas, essas populações. Além disso, são açudes públicos que beneficiam abastecimento de cidades onde moram pessoas pobres, que geram empregos, que têm indústrias. Então, haverá, automaticamente, um benefício direto em vista do uso da água dos açudes para uso mútuo, para agricultura, para indústria e para abastecimento humano. Sob esse aspecto, ele é um projeto incomparavelmente mais importante e mais relevante do que qualquer projeto de irrigação.

A Sra. Presidente - Pergunta do Sr. Edmundo Nascimento, da FETAEMG, dirigida ao Dr. João Urbano: "Qual a distribuição fundiária da região objeto da transposição?". O Sr. Eduardo Nascimento ampliará a pergunta..

O Sr. Eduardo Nascimento - Admiro a convicção do senhor, mas, realmente, não consigo tê-la. O Brasil tem um histórico muito grande e ruim desses grandes projetos, seja o descalabro da Transamazônica, seja a farsa do Jaíba, seja a bacia das almas que é o projeto de privatização do Governo. O projeto que ora discutimos tem de ser muito debatido para que a sociedade, mais uma vez, não seja prejudicada. A minha pergunta tem que ver com aquela a que o senhor acabou de responder. Estou perguntando uma coisa que é básica no entendimento de desenvolvimento sustentável no País. O problema do Nordeste semi-árido não é - e o problema do campo brasileiro como um todo - um problema apenas de água. A água e a concentração de terra no campo brasileiro andam juntos. Essa é uma constatação que todos tiveram. Não precisamos trazer o Prof. Celso Furtado, que há alguns anos já dizia isso. Queremos saber qual é a estrutura fundiária e a concentração de terra sobre a qual esse projeto vai se assentar. Trata-se de uma questão que deve ser claramente explicitada. Num país em que não há reforma agrária e em que as grandes concentrações de terra estão nessa região, esta é a questão que, creio, deva ser trazida ao debate e que, em momento nenhum, ficou clara.

Acho também que não se pode aceitar que o valor dessa obra seja irrelevante para um país em que, no orçamento, o Governo cortou verba para combater o trabalho infantil, para a bolsa-escola e para várias finalidades sociais, como saúde, educação e crédito, e agora quer jogar Furnas na bacia das almas, como diz o Prof. Luiz Pinguelli para sustentar o que pode ser, infelizmente, mais uma aventura que vamos pagar. A exclusão do agricultor familiar e do pobre do campo passa pela exclusão da terra, e não só da água. Então, qual a estrutura fundiária que esse projeto encontrará? Muito obrigado.

O Sr. João Urbano Cagnin - No Nordeste, como no resto do Brasil, nas margens na bacia do São Francisco, ocorre a mesma coisa: má distribuição da terra. Não posso dizer que o projeto da transposição vá resolver o problema da terra no Nordeste. Na verdade, não visa a resolver esse problema. Vai resolver o problema do constrangimento da água sem a qual nada se resolve. Tanto ou mais que a energia, é indispensável. Se já há problema com água até nas margens do São Francisco, imagine do outro lado em que não há água. A situação é ainda mais grave. A falta de oportunidades, de equanimidade que o Estado deve dar à população ainda é maior.

São cerca de 200 municípios sob a influência do projeto. Não vamos chegar lá e falar: "Desapropriar a área de 200 municípios e resolver o problema de reforma agrária do Nordeste". Não é isso. O assunto é a água. Agora, ao longo do traçado do projeto, o objetivo é atender a todas as populações que são pobres e se situam nos vales. Onde o pessoal planta no Nordeste? Planta dentro do rio, porque as terras não têm umidade para se plantar. As propriedades são uma nesguinha de terra com um pouquinho de água na beira do rio e um ou dois quilômetros sem nada.

Na beira dos rios, existe uma divisão da terra melhor do que nos platôs, que normalmente são latifúndios. Esses vão ser beneficiados pela transposição - estruturas de pequeno e médio produtor. Ninguém pode garantir o seguinte: "Olha, então muda o sistema de governo". No sistema democrático e de economia livre fica muito difícil afirmar que determinada terra vai ser concentrada. Hoje é dividida, mas vamos proibir que o sujeito venda a terra. Isso está acontecendo nos projetos de irrigação, como o senhor falou do Projeto Jaíba. Vim lendo o jornal no avião e vi que, em todos os projetos para o pequeno produtor no perímetro da CODEVASF, o sujeito planta uma vez, fica com o dinheiro no Banco e vende. Todos os pequenos proprietários, nos perímetros de irrigação, estão se reagregando, porque não conseguem acesso ao Banco e têm dificuldade de pagamento. Não se pode querer que o projeto de transposição resolva um grande problema do País.

O Sr. Nísio de Souza Armani - Trata-se de um conjunto de três perguntas sintéticas. A primeira é a seguinte: Em cada hectare de superfície aquífera no Nordeste se perdem 54,8m<sup>3</sup> de água/dia por evaporação; queria saber se o projeto está preconizando essa perda, em toda a superfície do canal, porque passa a ser considerável. Foi feito um estudo pela EMBRAPA em Petrolina, em 1986 - Um magnífico estudo relacionado com a possibilidade de se conviver com a seca. Envolveria três vertentes importantes que, espalhadas em progressão geométrica, resolveriam o problema do Nordeste, mesmo que seja a existência dos barreiros controlados, com possibilidade de praticamente neutralizar a evaporação, o que já é possível com plasticultura, PVC e outras tecnologias que eu mesmo já desenvolvi. Existe, também, a questão das cisternas e das barreiras subterrâneas, que passam a ser imprescindíveis para esses rios, que sustentarão a agricultura, através de tecnologias desenvolvidas.

A segunda pergunta indaga se o projeto pode preconizar e conservar esses outros projetos para o desenvolvimento auto-sustentável de todo o semi-árido brasileiro. E a terceira pergunta indaga se eu, particularmente, como cientista, posso apresentar alternativas tecnológicas adicionais e fatoriais para a Nação brasileira e como faço para apresentá-las, porque já as mandei, pela INTERNET, para todos os segmentos nacionais, estaduais e municipais e não disponho do "feedback" dessa ação.

O Sr. João Urbano Gagnin - Há evaporação nos canais, mas ela é pequena, em torno de 300l/s. Há perdas por infiltração, no projeto. Na evaporação e na infiltração, há perdas da ordem de 5%. A grande vantagem da recomposição é a sinergia, é a redução da evaporação dos açudes. Fizemos um estudo exaustivo da eficiência da açudagem. Estudamos 88 açudes nesta bacia, acima de 10.000.000m<sup>3</sup>, e definimos a garantia de água. Uma questão é ter água, outra é tê-la com garantia. Vem a seca, a água acaba, e as pessoas vão embora. É necessária essa garantia da água que só a perenidade pode dar; daí a importância do açude. O aproveitamento máximo da água, na região, dando 99% da garantia, está na faixa de 25 a 30% da água armazenada nos açudes.

O resto é perdido. Não adianta construir mais açudes, pelo contrário, teríamos de reduzi-los, porque se perde mais do que se ganha, pois a água evapora. Será necessária uma nova regra operacional para os açudes como gastar a água local ao invés de guardá-la, trabalhar com açude mais baixo, com menor superfície evaporante e, conseqüentemente, menos perda de água por evaporação. Quando entra a cheia, se o açude está alto, a água vai para o mar, e se está baixo, retém a cheia. Esse aproveitamento de água, que estamos chamando de sinergia, possibilita um ganho expressivo de água. Em alguns açudes, para cada metro cúbico médio bombeado, ganho 1 metro, pela perda que deixo de ter. Em açudes menores, isso é menor. Em açudes grandes é muito grande o ganho de água. É um projeto de gestão de recursos hídricos. Vamos garantir o mínimo para usar bem a água que está sendo perdida. Esta é a questão.

A Bancada do PT no Congresso fez uma reunião sobre a transposição. Lá se encontrava o Lula e todo o restante. Chamaram um padre para falar. Ele abordou a solução dos barreiros, das caixas d'água que coletam água de chuva. Disse que a Igreja tem um programa de caixa d'água. Uma casa, de tamanho médio, pode acumular 30.000l de água por ano. Mostrei-lhe que 30m<sup>3</sup> de água mal dá para uma pessoa beber e cozinhar, já que para isso gastaria uns 50.000l. Como uma família vai viver com isso? Como dará água aos animais? Como plantará? São soluções importantes, mas que não dão sustentabilidade. Reconheço que se trata de um projeto grande, mas não concordo com o nome de megaprojeto, porque existem outros maiores, como o das hidrelétricas. Não sou nordestino, sou capixaba e, portanto, minha visão é isenta. É necessário que se faça um projeto maior visando à própria economia, uma vez que seu custo é mais compensador. É preferível que se faça, de uma vez, um canal maior, para 30, por exemplo, começando-se a bombear 10, depois 15, etc. É por isso que o projeto tem essa dimensão, que não é tão grande assim. Tenho visto obras muito maiores que essa.

Não compensa pegar uma adutora, tirar água desses açudes ou desse canal e colocar para três ou quatro famílias. É antieconômico. É necessária uma solução descentralizada ou, então, tirar a pessoa de lá e colocá-la numa área beneficiada pelo açude. A questão é decidir o que fazer.

Sem o projeto, temos de procurar outra solução para manter a população lá. Não há muitas alternativas. Temos o turismo, mas não dá para tudo isso. Ou, então, vamos ter de tirar gente de lá, o que já está acontecendo. Eu, que moro em Brasília há muito tempo, a cada dois anos em que vou à periferia fico surpreso: são cidades-satélites novas que aparecem, com milhares de pessoas. E, pelo levantamento estatístico, 90% é do Nordeste. Qual é a solução? Continuar com isso? A água, só, não vai resolver. É um dos elementos. Estou de acordo que não basta a água, mas ela é fundamental.

O Sr. Paulo Afonso Leme Machado - Dr. Urbano, o senhor disse que o aproveitamento dos açudes só se faz numa faixa de 25%. Ouvi o meu eminente colega de comissão da Secretaria de Assuntos Hídricos, o Prof. Jeferson (...) - ambos fizemos conferência na Câmara dos Deputados sobre águas -, e ele fazia uma certa crítica ao sistema de construção dos açudes. Se me lembro bem, o sistema de copo é aprofundado, e, nesse que foi feito, utilizou-se o sistema de pires, em que a lâmina de água é ampla. O senhor já fez essa crítica de que o aproveitamento é pouco - 25% -, havendo portanto, uma perda de 75% com a evaporação. Falo como leigo, como jurista. O senhor não acredita que, antes de ser feita a transposição, deveria haver uma adequação desses açudes, porque, senão, essa água transposta vai acabar também tendo uma enorme evaporação? Não será esse um mau uso das águas?

O Sr. Luiz Pingelli Rosa - É o mesmo problema. Seria necessária uma espécie de planejamento de operação dos açudes, também a fim de que seja atingida essa redução estudada da evaporação. Vai depender muito da maneira como a água será armazenada, da quota em que ela for mantida. Hoje, o conhecimento sobre os açudes varia muito, de acordo com a experiência local. Entendo que deve ser feita uma espécie de doutrina prática de como usar bem os açudes, o que exige um trabalho, digamos, até educacional, dada a multiplicidade deles e a variedade de situações.

O Sr. João Urbano Gagnin - O Prof. (...) fala em açudes-copos e açudes-pires. O açude-copo é o açude profundo, com baixa área de evaporação, que pode ser feito quando o boqueirão permite. Não são muitos. Às vezes, na cabeceira da bacia, pode ser feito esse tipo de açude. São açudes mais fechados, onde normalmente não há muita água, mas dá para retê-la; são até eficientes.

Quando se vai a jusante, a topografia normalmente se abre. Se se fizer um açude ali, normalmente será raso; então, a evaporação tenderá a ser muita. Por isso, é preciso construir um açude maior, para criar massa de acumulação e compensar um pouco, porque vai haver evaporação, continuará havendo. Esses 25% já são considerados uma gestão boa. Hoje, diria que pode até ser maior que isso.

Já considerando um esquema de gestão, fizemos todo o reestudo hidrológico das bacias, para ver quanto se tem de água em cada local desses. Se for operado corretamente, com 90%, 95%, 99%, e mantendo-se a vazão regularizada, definiremos, então, quanto se perde em sangramento ou evaporação. E atingimos esse número em alguns açudes. Na média, dá esse número, porque o açude pequeno é ineficiente. É importante para distribuir a água, para dar de beber ao boi. Distribui água para a estação normal. Para o período de um ano sem chuva, ele resolve, mas, para a seca, efetivamente, para aquela seca duradoura, não resolve. No final do primeiro ano, já está vazio.

Quando a água é usada para irrigação, como em casos que avaliamos, há projetos de irrigação do DNOCS totalmente perdidos, porque a água fica retida muito tempo no açude, fica salgada, vai evaporando e o sal fica ali dentro. Quando se irriga com aquela água, saliniza-se o solo. Há numerosos projetos de irrigação perdidos. É uma questão de qualidade da água. Situação difícil de se resolver. Só com a renovação da água. Se for permitido que se use a água, ela vai ser renovada, e a sua qualidade vai melhorar. Há uma sinergia na sua qualidade. A transposição vai possibilitar isso. Não estou dizendo que vai resolver todos os problemas, mas vai melhorar muito. É desse ponto de vista que ela funciona.

Quando falo que o projeto tem de ser esse, e não, outro, é porque, em nenhuma outra região, em nenhuma outra bacia do Nordeste, nem aqui em Minas, nem no Piauí nem em nenhum outro lugar do semi-árido existe tanto açude como lá. Açudes grandes! Tanta reserva e tanta perda! E tanta gente concentrada! Isso não quer dizer que outros projetos não sejam prioritários, mas, em termos de quantidade de gente e de benefício em termos de água ganha, esse projeto é prioritário em relação a outros. Não quer dizer também que outros não tenham de ser feitos.

O Sr. Marcelo Branco - Sou Marcelo Branco, Prefeito Municipal de Glauclândia, Norte de Minas. Dr. João, notamos que todos os técnicos, em nível estadual, federal e municipal, quando o assunto é água, sempre falam em conservação do solo e da nascente, enfim, na preservação da natureza para melhorar a qualidade da água. Algumas pesquisas defendem que esse trabalho pode aumentar 20% da vazão do rio. Nossa região faz parte da bacia do rio Verde e do rio Grande, afluentes do São Francisco, e estamos sempre vendo essas reivindicações quanto à conservação de solos e à construção de barragens, sendo que, agora, estamos vivenciando a questão da transposição das águas do rio São Francisco. A nossa pergunta é a seguinte: será que todo esse aparato técnico que defende a recuperação das nascentes, como o que aconteceu no Sul do País, não está certo? Será que não estamos indo pelo caminho errado? Será que o Governo Federal está tendo vontade política de, realmente, resolver o problema?

Temos mais contato com os pequenos produtores do rio Verde, de que o Gorutuba é afluente, e lá há uma barragem que irriga mais de 3.000ha, e o desenvolvimento é muito grande. Sem isso, entretanto, nossos produtores estão enfraquecendo e empobrecendo, sem que cheguemos a lugar algum. Será que não era hora de o Governo Federal escutar os técnicos e trabalhar sobre isso, para, realmente, resolver os problemas?

O Sr. João Urbano Gagnin - Temos que resolver o problema, mas é importante também considerar a nossa participação. Não podemos jogar tudo isso nas costas do Governo. Reconheço o trabalho do Governo Federal e também tenho críticas a algumas ações pessoais, mas lembro que esse tem que ser um trabalho de parceria. Não é possível o Governo Federal, com sede e órgãos centralizados em Brasília, fazer tudo. O Estado e o município têm sua quota de responsabilidade. Temos que juntar esforços, e seria muito bom que eles partissem da base, da organização da comunidade, pois isso viabiliza as ações. Não podemos esperar o "paizão" resolver tudo; precisamos tomar nosso destino nas mãos. Assim, poderemos encontrar uma saída adequada.

O Sr. Anderson Mourão - Boa-tarde, membros da Mesa e senhores; gostaria, primeiramente, de parabenizar a Assembléia por essa iniciativa, pois é muito importante haver a discussão dos recursos hídricos no Brasil, de forma geral, e da transposição das águas, de forma específica. Tenho uma questão de ordem pessoal para colocar, no que se refere à nossa confiança com relação ao Governo Federal. Levo em consideração várias ações do Governo. Por exemplo, o Legislativo articula suas ações de acordo com seus interesses. Sendo assim, minha preocupação é a seguinte: até que ponto a decisão que deveria ser tomada a partir da discussão que fazemos - e temos que fazê-la - já não está tomada? Qual

será, realmente, a instância que decidirá definitivamente se a transposição será feita ou não depois dos debates e das audiências? Além disso, com relação às transparências, tão bem mostradas, pediria que fosse colocada mais uma, mostrando a contratação de terra na região, para que tenhamos a clareza de que, realmente, esse projeto não irá novamente privilegiar um grupo pequeno de pessoas. Já que o dinheiro público será investido, deveria haver uma melhor distribuição da terra beneficiada, para a tranquilidade dos pequenos produtores.

O Sr. João Urbano Cagnin - É possível tentarmos trabalhar nessa linha, ou seja, fazer algo que possa garantir que os pequenos sejam beneficiados pelo projeto. Estamos trabalhando duas linhas. A primeira, já mencionei: ao longo do canal, prever tomadas d'água, que abastecerão todos os vales cortados por esse canal - pois ele passa por cima - de um lado e de outro. Essa área está habitada e plantada, mas, às vezes, por causa da seca, perde-se tudo. Refiro-me à área onde há pessoas, pois, no cocuruto, quase não há ninguém, e o projeto não se viabiliza.

É difícil, entretanto, dizer que essa é uma estrutura definitiva, já que dependeremos do apoio posterior, da assistência técnica, etc. Para se manter o pequeno produtor, não basta dar a terra, é necessário um conjunto de ações. E isso não ocorre somente na área da transposição, que tem que ser vista como um programa de Governo em nível macro, isto é, o projeto deve ser encaixado nesse paradigma.

Acho que é por aí. Mas uma coisa é certa: a população assentada ao longo dos canais e dos riachos, que é pequena e está produzindo a sua cultura, vai ser beneficiada, porque vai ter muita água. Não haverá mais o risco de, a cada cinco anos, haver um ou dois sem água, que é a média, mais ou menos. Perde-se a produção a cada cinco anos, dependendo da região. E isso vai deixar de ocorrer, porque já há uma estrutura bem dividida ao longo dos riachos, que não é estrutura de latifúndio.

Quanto à questão dos açudes, é diferente, porque, para as águas que vão chegar, naquele período divisor do cristalino-sedimentar, há grandes projetos na região, na parte baixa dos rios. Nas cidades que são abastecidas, também existem grandes projetos de irrigação. A água do açude, então, será distribuída, e os projetos vinculados àquele açude também serão beneficiados. E a questão fundiária será relativa aos subprojetos que existirem a partir desses açudes.

Há mais um ponto que você mencionou: como isso é feito institucionalmente. Estive acompanhando esse assunto no Congresso, e só há um indicativo. Foi criada uma comissão com integrantes opositores e favoráveis ao assunto. O relator fez um projeto, a partir do que ouviu de muitas pessoas que participaram das discussões. Com base nessas informações prestadas - não li o relatório, não sei como finalmente ficou -, há uma indicação do Executivo de que a Câmara apóia o projeto.

O projeto está condicionado. Fala da revitalização e da transposição do Tocantins para o São Francisco também. Não o li, mas tenho conhecimento disso. É um apoio condicionado à efetivação de algumas ações, como a revitalização e, futuramente, a transposição do rio Tocantins para o São Francisco.

O que vai ocorrer? Para o recebimento do RIMA, o IBAMA convidou os Estados e fez uma reunião, da qual participei. Todas as Secretarias de Meio Ambiente dos Estados estiveram representadas. E será marcada uma reunião para se apresentar oficialmente o projeto.

Os Estados vão participar da análise do RIMA. As audiências vão ser feitas em todas as regiões da bacia e da área receptora. Será uma oportunidade em que se poderá conhecer melhor o projeto e debater essas questões.

O IBAMA poderá condicionar essa licença prévia, o licenciamento do projeto a uma série de situações, como, por exemplo, a criação de programas. Aí o IBAMA agirá conforme as audiências e a participação dos Estados, podendo conceder uma autorização ou um licenciamento condicionado. Do lado do Governo Federal, teremos que elaborar todos os tipos de programas ambientais para obter a licença de instalação, que é a segunda fase. Só depois dessa licença de instalação, é que poderá haver obras.

Ninguém iniciará obras sem a licença de instalação. Isso é inevitável. Vivemos em outro mundo hoje. Esse passo precisa ser dado, e todos terão oportunidade de opinar. O IBAMA, afinal, é o órgão que, junto aos Estados, vai conceder esse licenciamento.

A Sra. Presidente - O Dr. Luiz Pinguelli Rosa também deseja discutir esse questionamento.

O Sr. Luiz Pinguelli Rosa - Tendo em vista que me foi dirigida uma parte da pergunta, em primeiro lugar, gostaria de concordar com a colocação de que não basta criar a água ou fazer a água chegar. É preciso manter uma estrutura, porque o nordestino, a vítima da seca, é o análogo do sem-terra, é o "sem-água" histórico do Brasil. Penso, inclusive, que o movimento de Antônio Conselheiro, as rebeliões, a figura do cangaceiro são um pouco a rebeldia do nordestino contra as condições difíceis. O movimento não é só de águas, mas também a água é um fator principalmente moderno nessa virada de século, em que o desenvolvimento se faz uma necessidade: é ou desenvolver, ou perecer. Essa não é uma alternativa na nossa sociedade.

Sabemos do problema dos sem-terras no Brasil. Não é "stricto sensu" dar uma terra para alguém em algum lugar, mas são as condições econômicas de produzir, porque não há nenhuma competição possível entre desiguais. Tenho um filho de 2 anos que não pode brigar com o irmão, que é um adulto. É impossível meus filhos brigarem entre si, porque um é pequeno, e o outro é grande. E, com a sociedade, ocorre isso também.

Portanto - repito -, esse projeto tem o mérito de discutir um grave problema e a necessidade de o Estado brasileiro voltar ao discurso de que não é necessário somente para garantir lucros de banqueiros e pagamento pontual de dólar, saia de onde sair, mesmo que seja preciso fechar escolas e hospitais. Discute-se até o plano de segurança, que é uma prioridade total hoje, no Brasil. O Rio de Janeiro, particularmente, não tem dinheiro. Se o Pedro Malan não autoriza, os bandidos vão matar todo o mundo. E o Pedro Malan vai perguntar ao FMI como é que fica o acordo que assinou. Vejam a situação ridícula em que o Brasil ficou.

Esse projeto - acho - tem apoio, porque trata de um problema transparente para o mundo. Mas é preciso o resto. Por exemplo, se um açude vinculado a um projeto vai ser beneficiado e se é de propriedade privada, tem que ser desprivatizado, porque não tem sentido um projeto público dessa dimensão trazer água para o açude de um sujeito que já a tem de sobra.

Concordo que uma hidrelétrica média tenha uma dimensão de inserção, mas o importante não é só o dispêndio monetário direto, é a área de impacto do projeto, que pega todo o São Francisco. Para o bem ou para o mal, tem uma inserção territorial enorme, é um megaprojeto. No caso da Transamazônica, por exemplo, não discutimos o seu valor, mas o fato de ser um megaprojeto varrendo a Amazônia. Trata-se de um megaprojeto. Temos de pensar dessa forma.

A Sra. Presidente - Pergunta de Armando Francisco dos Santos, da Câmara Municipal de São Francisco, dirigida ao Sr. João Urbano, nos seguintes termos: "O Norte de Minas está virando um deserto. O que o Governo vem fazendo para recuperar os afluentes do São Francisco?"

O Sr. Armando Francisco dos Santos - Sra. Presidente, solicito a palavra para fazer uma complementação.

A Sra. Presidente - Pois não.

O Sr. Armando Francisco dos Santos - Sou Vereador por São Francisco e membro do CODEMA. Temos uma preocupação muito grande com relação aos 15 pequenos córregos do nosso município, pois estão, praticamente, mortos. Temos de socorrer os irmãos nordestinos, que estão passando por necessidades. No entanto, antes disso, temos de recuperar o nosso rio. Os afluentes estão morrendo, como morreu o rio Verde Grande. Se não tomarmos uma providência, em breve, o mesmo acontecerá com o São Francisco, levando a nossa região ao caos.

Como Presidente da Câmara, no ano passado, encaminhei uma denúncia ao Ministério Público. Na última sexta-feira, o Dr. Márcio, Procurador-Geral do Estado, e alguns Promotores do Meio Ambiente sobrevoaram quase todo o Município de São Francisco, constatando, de perto, aquela realidade. Hoje, no local onde existiam veredas, temos um deserto. Devemos ajudar a preservar esse homem em seu hábitat. Para isso, precisamos da ajuda do Governo, pois a migração para o perímetro urbano está causando grandes

problemas. Infelizmente, o desemprego está aumentando em todo o País. Devemos dar melhores condições ao homem do campo, que precisa principalmente de água. Quero saber se o Governo já tem alguma alternativa para isso. Obrigado.

O Sr. João Urbano Cagnin - O plano de revitalização que mencionei contempla o tratamento dessas nascentes. A revitalização das nascentes é um item prioritário. Outro item importante é um programa de qualidade para a agricultura, a fim de que o Ministério e a Secretaria da Agricultura dêem assistência técnica ao pessoal do campo, ensinando-os a plantar corretamente, evitando erosões e o uso abusivo de agrotóxicos. Portanto, a parte ambiental está contemplada. Entretanto, não foi possível priorizar, por exemplo, qual área deveria ser a primeira. É um plano em longo prazo. Isso não se faz em dois ou três anos. Cada Estado deve estabelecer as suas prioridades. Recomendo que os municípios articulem-se dentro do Estado, a fim de selecionar as áreas mais críticas para fazer uma priorização adequada.

Vou responder a uma pergunta sobre a água subterrânea. O Prof. João Manoel, do grupo de hidrogeologia da Universidade Federal de Pernambuco, fez o estudo de água subterrânea na região do projeto, definindo as disponibilidades hídricas subterrâneas, com o sentido da garantia. Para termos sustentabilidade, é preciso ter garantia de água. Portanto, essa disponibilidade tem de ser garantida. Ele avaliou os vários aquíferos possíveis existentes na área do projeto, definindo as vazões que podem ser retiradas economicamente. Com sustentabilidade, não são muito altas. No Rio Grande do Norte, existe um aquífero que retira 6m<sup>3</sup>/s de água para irrigação. Já está quase no limite, poderia crescer pouca coisa. A região do Cariri é toda abastecida com água subterrânea. Portanto, não teria muito o que acrescentar. A disponibilidade adicional de água subterrânea existe, mas não é grande, são poucos metros cúbicos por segundo.

O Prof. João Manoel recomenda que, para essa quantidade de água obtida como adicional, de 5m<sup>3</sup> a 6m<sup>3</sup>/s, fosse até constituída uma reserva estratégica, porque se trata de mineração de água. As águas não são renovadas. Aprofunda-se, mas temos cada vez menos água, que não é repostas. São águas antigas. Portanto, essa situação também não é muito favorável. Não existe muita saída. Esperamos que Minas analise e contribua com esse plano de revitalização, a fim de que o projeto seja o mais transparente possível. Agradeço esta oportunidade e coloco-me à disposição para retornar quando esta Casa julgar necessário.

A Sra Presidente - Quero agradecer a todos que participaram deste debate, de maneira especial aos expositores, Drs. João Urbano, Paulo Afonso, Pinguelli Rosa, Maria de Lourdes. Sem dúvida nenhuma, fica confirmado que o problema é muito sério e, até mesmo, perigoso, uma vez que envolve muito dinheiro público e já tivemos outras experiências de projetos imensos que não deram retorno, cuja relação custo-benefício foi muito pequena. Achamos que é urgente que, em cada cidade, sobretudo as que estão às margens do São Francisco, sejam provocados debates populares, a fim de que o povo se manifeste. Gostaríamos de ter a convicção de que as audiências públicas têm, de fato, o objetivo de nos permitir discutir e debater para que o povo possa avaliar o efeito, as causas e as consequências desse projeto que, sem dúvida nenhuma, é arrojado, mas não sabemos a verdadeira utilização no momento. Todos nós sabemos que 50% da verba do meio ambiente foi cortada pelo Governo da União, e 20% foram cortados nos projetos da área social. Para nós, é preocupante saber que, enquanto há uma disponibilidade de tamanho vulto, cortam-se verbas na área do meio ambiente, verbas que poderiam ser usadas na recuperação de rios, nascentes, na proteção das matas ciliares, e verbas destinadas à área da educação, da saúde. Esperamos que as pessoas estejam dispostas a discutir, debater e fazer chegar aos órgãos superiores, sobretudo ao Presidente da República, a preocupação de tantos brasileiros, sobretudo dos mineiros, que, até agora, não têm nenhuma garantia de retorno desse empreendimento para Minas Gerais.

#### Encerramento

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 88ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 19/6/2000

#### Presidência do Deputado Carlos Pimenta

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Registro de presença - Palavras do Sr. Raimundo Garrido - Apresentação de vídeo - Palavras do Sr. José Theodomiro de Araújo - Palavras do Sr. Sérgio Menin Teixeira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Gil Pereira - Agostinho Patrús - Ambrósio Pinto - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Djalma Diniz - Hely Tarquínio - Ivo José - Marco Régis - Maria José Haueisen - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Carlos Pimenta) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Marco Régis, Presidente da Comissão Especial da Assembléia Legislativa que estuda a transposição das águas do rio São Francisco; Raimundo Garrido, Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; José Theodomiro de Araújo, Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CEEIVASF -; Sérgio Menin Teixeira, Diretor-Presidente da HIDROSISTEMAS - Engenharia de Recursos Hídricos; e Paulo Romano, Consultor de Recursos Hídricos da OEA.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao prosseguimento do Ciclo de Debates Transposição das Águas do Rio São Francisco, com o tema "Impactos Sociais e Ambientais".

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Deputado Ramilson Ramos, representante da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

#### Palavras do Sr. Raimundo Garrido

Exmos. Deputados Carlos Pimenta, Presidente desta Mesa; Marco Régis, Presidente da Comissão Especial; Srs. José Theodomiro; Sérgio Menin; Paulo Romano, ex-Secretário de Recursos Hídricos, a quem tive a honra de suceder, e, hoje, é consultor da OEA para o Governo Federal no setor de recursos hídricos; demais Deputados; dirigentes de órgãos e

entidades públicas; Secretário Paulo Maciel; dirigentes de organizações não governamentais; empresários; técnicos; pesquisadores; professores; a discussão sobre a transposição das águas da bacia do São Francisco é tema relativo ao gerenciamento de recursos hídricos, senão não seria transposição de águas. Por isso mesmo, além de se situar no espaço institucional do Governo Federal, como projeto de integração regional e nacional, é tema relacionado com a questão ambiental e, em particular, com a dos recursos hídricos, no Ministério do Meio Ambiente.

Trago a saudação do Ministro Sarney Filho e do Secretário José Carlos Carvalho, que adicionou seu pedido de desculpas, orientando-me a trazê-lo a todos, por estar representando o Ministro em outra atividade, no Rio de Janeiro. Sei que gostaria muito de estar aqui, por se tratar de um debate no Estado de Minas Gerais, mas me pediu que o substituísse, tendo em vista a tarefa que lhe foi incumbida pelo Ministro.

A questão da transposição, conforme mencionei, remete ao interesse entre duas áreas de uma determinada região: uma se candidata a importadora de águas ou região de destino; outra seria a exportadora de águas ou região de origem dos recursos. Portanto, a transposição implica uma quantidade de águas que, tendo saído de uma região, chega à que importa águas, deduzidas as perdas no trajeto. O importante a ressaltar, nesse aspecto, é que uma transposição impõe a necessidade de agenda que contemple as duas regiões: a de origem, a de destino das águas e a por onde as águas transitarão, de um ponto a outro.

Há uma comparação que se costuma fazer quando se discute transposição de rios, bacias ou aquíferos, que é o procedimento médico de uma transfusão: um paciente doador, que deve ter saúde em condições apropriadas para abrir mão daquela vazão - no caso médico, o sangue -, portanto, em hígiez de normalidade quanto à sua saúde, e que transferirá águas a outro que, efetivamente, precisa daquelas vazões para suprir necessidades, dada a escassez ou necessidades outras que se apresentem eventualmente. É como se tivéssemos o sistema contábil de partidas dobradas encarnando uma versão hídrica: sai água de um ponto e vai a outro. Por isso é preciso que se discuta a agenda de ambas as regiões.

Um ponto a considerar para que tratemos da questão dos impactos sociais e ambientais, especificamente a transposição do São Francisco, é o fato de que uma transposição implica a verificação do que denominamos pontos de sustentação. Uma transposição de bacias se sustenta quando alguns requisitos estão verificados e plenamente atendidos.

O primeiro deles, do ponto de vista nacional, reside no fato de que a água deve ser transportada de um ponto onde seja menos produtiva para outro, onde seja mais produtiva. Em outras palavras, o valor econômico da água no destino deve ser maior do que na origem, somado aos custos com este transporte.

Se essa inequação se satisfizer, não há dúvida de que qualquer projeto de transposição reúne a primeira condição de mérito para ter a aprovação. Se a água produzirá mais riqueza noutro ponto, é justo que a transportemos. Ainda que adicionados os custos com o trajeto, trará maiores benefícios ali do que no ponto onde se encontra.

No entanto, se esse requisito, sob o ponto de vista nacional, não se satisfizer, não se pode condenar a não se realizar um projeto de transposição sem que se analise a questão sob a ótica regional. É provável que, em alguns casos, a água não seja mais produtiva no ponto de destino, mas não haverá saída, sobretudo para a água de beber. No caso do São Francisco, tem sido essa a preocupação, e tem sido dessa maneira que o Presidente da República tem-se manifestado. É preciso que a região de destino, ainda que ali a água não tenha valor econômico maior do que na origem, dela necessite para suprimento das necessidades básicas.

Nesse caso, analisam-se as seguintes possibilidades: como podemos fazer com que a região de destino tenha a sua economia modificada, para adotar novo perfil, que dependa menos de água; segundo, como podemos fazer a mesma coisa com a região de origem? Que medidas, políticas públicas devem ser adotadas para que a dependência de água na região importadora, e na própria região que dispõe de água, se tornem menores?

Medidas estão sendo tomadas para, no prazo de 10 ou 15 anos, essas economias se modificarem para menor dependência de água, um projeto de transposição, porque a região de destino precisa de água, será feito pelo transporte de vazão mínima necessária, porque fizeram-se todos os esforços tendentes a tornar menos dependentes de água ambas as regiões.

Esses projetos de transposição, em geral, têm suscitado um debate acalorado, muitas vezes, até passional - o debate sobre o São Francisco está entre o acalorado e o passional -, porque o que se passa é que a região de destino vê vazões que são superavitárias na região de origem, vazões essas que poderiam minorar os efeitos da seca ali, no destino, ficando ociosas diante de uma solução por essa importação de água.

A região de origem, por seu turno, sendo detentora de quantidade de água hoje superavitária, também a sua sociedade permanece ociosa ante a possibilidade de ter de abrir mão de vazões que hoje lhe são superavitárias, porque acha que, ao abrir mão de vazões que lhe sobram, em verdade, está abrindo mão de desenvolvimento futuro.

Não se sabe, a rigor, que quantidade de água absoluta vai-se precisar num espaço de 20 ou 30 anos. Por esse motivo, um estudo sobre transposição deve ser o mais profundo a que se possa chegar. O debate sobre esse estudo deve ser o mais aberto e deve exaurir todas as possibilidades de juntar, numa reunião como esta, o conjunto de todas as idéias de todos os agentes usuários da água, como o Governo e organizações não governamentais, para que, dali, resulte uma avaliação mais precisa sobre a oportunidade de se fazer uma transposição hoje, ou adia-la.

Como cirurgia, faço uma comparação grosseira com uma transfusão de sangue, que deve ser, tanto quanto possível, adiada. Esses estudos a que me refiro devem ser cada vez mais profundos e implicam, sobretudo, numa avaliação de custos e num cotejo da relação custo-benefício para que se possa bem avaliar a oportunidade do projeto. Quanto aos custos, uma transposição não pode ser considerada apenas e somente como uma obra de engenharia. Uma transposição é, antes, um empreendimento que envolve uma massa grande de serviço de engenharia, mas terá uma vida útil tão longa quanto se possa estendê-la; portanto, implica na consideração de uma série de outras parcelas de custos desse tipo de empreendimento.

Em geral, elas são abrigadas em cinco temas principais. O primeiro deles refere-se ao custo das obras propriamente ditas. E aí vêm as obras-tronco, que são as de superestrutura, de captação, as elevações, o transporte, o alívio de pressão onde for necessário, o injetamento em cursos de água naturais, a construção de canais. Hoje, como dizia o Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Dr. Rômulo Macedo, essas obras implicam num montante de R\$2.900.000.000,00. Mas é preciso que a transposição, além de retirar a água por meio dessas obras-tronco e transportá-las para uma nova região, derive essas águas a destino, sem o que não teremos a finalidade assistida daquilo que se espera que a obra venha a promover. Se fizermos apenas obras-tronco, estaremos tirando águas que são vertidas ao Atlântico, entre Sergipe e Alagoas, para vertê-las ao mesmo Atlântico no litoral de Estados mais setentrionais na região nordestina. Então, são necessárias as obras de derivação primárias, as grandes adutoras, as reservas parciais e, quando indicadas, as obras de derivação secundárias, já alcançando as redes de distribuição e, com isso, levando-se água a destino e alcançando-se um benefício grande que uma transposição pode trazer, que é colocar água no domicílio, que pode ser a propriedade rural, do usuário daquela água bruta ou da água tratada, caso ela passe pelo processo de tratamento. Além disso, vêm as obras de montagens eletromecânica e mecânica, enfim, todo um conjunto de obras que montam um verdadeiro aparato que nos confirma o comentário que há pouco fiz de que uma transposição não é apenas uma obra, senão um grande empreendimento de engenharia que precisa funcionar. Ora, para funcionar, é preciso que abordemos uma outra parcela de custos, os custos operacionais, envolvendo as mãos-de-obra direta e indireta, os encargos sociais e trabalhistas, os custos dos serviços de energia e transporte, enfim, custos que estão relacionados com a operacionalização do empreendimento propriamente dito.

Depois vem a terceira parcela, que é a da manutenção: manutenções preventiva, corretiva e sistemática. É todo um conjunto de ações que permitam a manutenção dos ativos do empreendimento que se construiu.

Há ainda a quarta parcela, que é a relativa à mitigação dos impactos ambientais. Quais são os impactos físicos, antrópicos e bióticos que uma transposição pode causar? Falarei em seguida sobre alguns deles. Mas, só para concluir o item custos, essa parcela implica medidas no campo da engenharia e da operação do próprio equipamento, que têm de estar consideradas no valor final do metro cúbico de água transportado.

Vem agora a quinta e última parcela. A experiência mostra, em países que já se adiaram nesse setor e que fizeram algumas transposições, que é a parcela relativa aos custos da compensação que deve ser paga à área exportadora de água. Se a sociedade da área de origem da água a ser transportada considera que, ao abrir mão de vazões superavitárias hoje, está na verdade abrindo mão de desenvolvimento futuro, não pareceria razoável que uma transposição, qualquer que fosse ela - e a experiência americana é muito rica quanto a isso -, não tivesse a devida compensação, pela perpetuidade da água que será levada para a região de destino e que trará benefícios para essa região se, e somente se, o projeto for executado em toda a sua extensão.

As compensações podem ser reserva de água na região de origem, reservatório de compensação, regularização de rios, perenização de rios. Se isso não for possível, se a topografia não ajudar para que a solução seja no campo hídrico, podem ser construídos hospitais de base, escolas de curso básico, estradas vicinais. As compensações podem até ser pecuniárias, mas fazem parte - esse é o ponto - de uma agenda que implica estarem as duas regiões ao redor da mesa, a importadora e a exportadora, do que não se pode abrir mão porque a cealuma em torno da transposição jamais será debelada.

Passamos agora a avaliar, em face dos benefícios, o que os custos são capazes de produzir: qual a razão custo-benefício, qual o valor presente líquido, qual a taxa de retorno interno. E tudo isso dos pontos de vista privado e social, porque é possível colocar-se, nos custos dos projetos de engenharia, sobretudo no campo dos recursos hídricos, o conceito dos preços sociais, que são modificações nos preços privados que refletem o benefício social que o projeto é capaz de gerar. Em geral, eles vêm de características positivas que um projeto dessa natureza pode gerar e que são capazes de produzir um valor presente líquido social ou uma taxa de retorno líquida social também bastante proveitosa para sinalizar a oportunidade do projeto.

Passo à questão dos impactos. Disse que uma das parcelas era a da mitigação dos impactos sobre o meio físico, o meio biótico e a questão sócio-econômica. São inúmeros os impactos de uma transposição, positivos e negativos. A transposição é positiva quando leva a água até onde necessário se faz levá-la.

A transposição é positiva quando essa água que ali chegou gera realidade positiva de grande monta. Mas pode ser negativa - e por isso é recomendável muito cuidado em qualquer projeto de transposição - em alguns aspectos, sobre o meio físico, por exemplo, nos pontos de onde as águas derivam - que são os pontos de captação -, e o que se passa ideologicamente a jusante desses pontos. A retirada da água reduz sua vazão a jusante desses pontos, essa redução de água reduz a energia de transporte do rio a jusante daquele ponto, gerando situações de assoreamento, que são indesejáveis. Da mesma maneira, antagonicamente, nos rios aonde essa água chega, faz aumentar a energia de transporte, porque aumenta a vazão do rio. Conseqüentemente, gera ali o fenômeno oposto, que é o da erosão.

Portanto, é preciso que haja programação para a calha dos rios que recebem água, para que o problema da erosão seja mitigado. Já há decisão, por exemplo, para o rio Tocantins. O curso do rio do Sono, da bacia do Tocantins, seria revertido, e este injetaria depois de uma grande elevação no rio Sapão, já dentro da Bahia; daí, ao rio Preto, ao rio Grande e, na seqüência, ao São Francisco. Essa seria uma das formas de compensação. Mas é preciso ver que pelo rio Preto, por exemplo, passa uma vazão média - média das médias - de  $45\text{m}^3/\text{s}$ . A transposição do Tocantins não se viabilizaria para vazões menores do que  $65\text{m}^3/\text{s}$ . Esse seria o ponto de equilíbrio.

Ora, se determinado rio passa a  $45\text{m}^3$ , com mais  $65\text{m}^3$ , vai a  $110\text{m}^3$ . Se existem ali cidades ribeirinhas, como é o caso de Formosa de Rio Preto, de Santa Rita de Cássia e outras aglomerações urbanas menores, é preciso que seja feito um preparo dessa calha. Esse preparo é caro. O custo da transposição do Tocantins já foi estudado no passado pelo antigo DNOS. Em 1982, essas obras chegavam a cerca de US\$665.000.000,00. Se acrescentarmos a essa cifra a inflação americana de lá para cá, esse valor estaria hoje por volta de US\$1.100.000.000,00 a US\$1.200.000.000,00. Portanto, é necessária uma avaliação bem feita, para que seja adequadamente resolvida a questão.

Quanto às comunidades aquáticas - vamos falar um pouco sobre o meio biótico, o meio vivo -, muitos de nós somos engenheiros e, quando tratamos da transposição, achamos que, se uma obra não afeta diretamente o homem, não tem a importância que teria se isso acontecesse. Ora, o problema que as comunidades aquáticas enfrentam com a convivência que são forçadas a ter em transposições termina por afetar a economia e, indiretamente, o homem. Há casos em que o surubi, por exemplo, vai ser exportado para o rio Jaguaripe, para Piransaçu, para o Apodi e outros, mas é preciso que exista a preocupação de se avaliar a vida em comum entre comunidades aquáticas estranhas, para não haver o perigo de que aconteça, mais adiante, o fenômeno do desaparecimento de alguma delas, ou da dificuldade de convivência, o que seria prejudicial ao próprio sistema econômico. Há transposições no Canadá que provocaram o desaparecimento de comunidades inteiras de salmão, por causa do recebimento de comunidades mais violentas, que criaram uma nova cadeia trófica simplesmente dando conta da existência do salmão, com graves prejuízos para algumas províncias canadenses, como é o caso de Québec, Alberta e outras, onde foram feitas 54 transposições.

Sobre o meio sócio-econômico, existe a questão da atividade econômica existente na bacia. Como a transposição do São Francisco poderá afetar o seu sistema elétrico?

Que compromissos ela cria com a atividade econômica a montante do ponto de elevação? É enganoso pensar que uma transposição implique somente em compromissos a jusante da derivação. Não. Para a gestão da água, como se faz hoje, no Brasil, há um diploma legal, a Lei nº 9.433. Rendo sempre homenagem ao ex-Secretário Paulo Romano, ao Deputado Feldman e ao Deputado Sedrás, artífices da aprovação dessa lei, que implica na necessidade da tomada de decisão no âmbito da bacia, envolvendo todo o seu espaço geográfico, sobretudo por meio de gestão descentralizada e participativa, que convoque os usuários, a sociedade civil e as três esferas do Executivo, em se tratando de bacia onde exista algum rio de domínio da União, para, em conjunto, decidirem os caminhos a serem traçados, quanto a obras, intervenções, campanhas e todo um programa gerencial.

Mas quero dizer também que ouvi diretamente do Ministro Fernando Bezerra, em recente declaração, numa reunião no Banco Mundial, que todos esses estudos estão sendo objeto dos técnicos, que hoje estão debruçados sobre a questão não só da área que vai receber as águas, mas também da que vai exportá-las, que compensações devem ser dadas aos Estados exportadores, até porque, na visita que realizamos ao Colorado, verificamos que, no caso da grande transposição ali existente, na bacia do rio Colorado, todos os Estados destino da água transportada pertencem, de uma ou de outra forma, à bacia, são Estados banhados pela bacia ou que drenam águas da bacia, distintamente do que se passa entre nós, em que Estados não banhados se candidatam à condição de importadores de água, o que, portanto, recomenda abertura maior do debate, avaliação mais apurada e cautelosa, para que a decisão de se transportar água seja posta em prática, minimizando-se os impactos que pode causar e, sobretudo, minimizando-se o debate passional e acalorado que há entre as unidades federadas envolvidas na questão.

Estamos numa Casa que formula leis, em que só há PhDs em política. Portanto, aqui é o lugar onde mais se discute e mais se entende que o princípio federativo está arraigado no seio da sociedade brasileira. Portanto, em decisões como a transposição do rio São Francisco, recomenda-se, como percebi claramente, nas palavras do Ministro Fernando Bezerra, todo esse cuidado, todo esse debate e que contemple, ao redor da mesma mesa, a discussão, com a presença dos agentes sociais, dos agentes políticos de todas as unidades, futuras exportadoras ou importadoras da água.

Sr. Presidente, esses comentários parecem-me suficientes, ainda que sucintos em relação a um conjunto tão grande de informações, para suscitar o debate desta sessão.

Quero agradecer a V. Exa. a tolerância quanto ao tempo, bem como a todos pela atenção e paciência. Muito obrigado.

#### Apresentação de Vídeo

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a assistir a um vídeo feito na cidade de Pirapora por técnicos daquela cidade. Queremos agradecer a colaboração do Deputado Wanderley Ávila, que nos ajudou muito na elaboração desse vídeo. Ao cumprimentá-lo, quero cumprimentar também a Deputada Maria José Haueisen, que coordenou a primeira etapa dos nossos debates.

- Procede-se à apresentação de vídeo.

O Sr. Presidente - Fizemos questão de projetar esse vídeo, que foi produzido pela equipe da cidade de Pirapora, para chamar a atenção sobre o processo de assoreamento do rio São Francisco. Essa é uma amostragem do que acontece ao longo de todo o rio. De Pirapora até a entrada do rio, no território da Bahia, observa-se isso que vimos em todas as cidades.

Queríamos trazer algumas reportagens para mostrar a destruição das matas ciliares, principalmente no Baixo São Francisco, em território mineiro. A pesca, hoje, está quase extinta ao longo do rio. Esse rio trazia pescadores de todos os lugares. E há ainda o problema da poluição.

Nenhuma cidade ribeirinha, de Pirapora para baixo, possui sistema de tratamento de esgoto doméstico e industrial. O projeto de transposição das águas do São Francisco é importante e representa um socorro ao nordestino. O cuidado primário com a nascente do rio, principalmente com relação à composição das águas do rio São Francisco no território mineiro, tem de vir à tona nessa discussão. É fundamental para nós, mineiros, discutir exaustivamente sobre o que acontece aqui. O Dr. Raimundo Garrido compara a transposição com a transfusão de sangue. A transfusão salva vidas, mas o doador tem de estar com saúde e com todas as condições, para se poder promovê-la. A transfusão braço a braço já foi abolida. Falo isso como médico. Quando fazemos uma transfusão, às pressas, braço a braço, podemos estar pensando que estamos salvando a vida do doente, mas, em um curto espaço de

tempo, esse doente poderá vir a sucumbir de uma doença que não foi detectada anteriormente.

Palavras do Sr. José Theodomiro de Araújo

Exmos. Srs. Deputados Carlos Pimenta, coordenador deste debate; Marco Régis, Presidente e idealizador da comissão de debates do acompanhamento da transposição do São Francisco; Wanderley Ávila, velho companheiro de lutas em benefício do rio São Francisco e companheiro na criação da CIPE - São Francisco; Ranielson Ramos, da Assembléia Legislativa de Pernambuco, Líder da Oposição nesse Estado; Dr. Raimundo Garrido, Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; Dr. Sérgio Menin, empresário da área ligada aos recursos hídricos; nosso querido Dr. Paulo Romano, ex-Secretário dos Recursos Hídricos e um dos grandes baluartes na elaboração da legislação que regulamenta o assunto no País; farei meu pronunciamento rapidamente; considero 10 minutos muito pouco para quem convive com os problemas do São Francisco. Ao vermos esse filme, como disse o Presidente, coordenador deste debate, podemos estender isso aos 2.700km do rio São Francisco. Isso é o que conheço do vale do São Francisco, não apenas do rio principal, mas também de todos os seus afluentes.

Peço-lhes desculpa pela informalidade do meu traje em um momento desses. Fui obrigado a dispensar o traje mais sério, porque fraturei o braço direito, mas não parei, desde esse dia, quando fui convidado a participar deste evento. O Dr. Garrido já tratou do problema da transposição. Rapidamente, veremos a questão sob outro enfoque.

Sou tido como o homem que é, intransigentemente, contra a transposição e tenho realizado esse debate em todos os fóruns, inclusive na toca da onça, como dizemos, ou seja, nas universidades dos Estados receptores, que desejam as águas do São Francisco. Na CNBB, na Universidade de Campina Grande, em João Pessoa e em Fortaleza, temos tido a postura de mostrar que não somos contra a transposição. Entendemos que o Nordeste necessita de água e que, com 3% da água do País e 30% de sua população, esse reclame é razoável, mesmo porque a água que escorre no semi-árido nordestino já está acumulada nesses três Estados, nos vasilhames construídos pelo DENOCS, ou seja, acumulam 12.000.000.000m<sup>3</sup> da água de superfície que cai no Nordeste. E há baldes do tamanho do Castanhão, que está sendo construído e acumulará 6.000.000.000m<sup>3</sup>; do Orós, com 2.100.000.000m<sup>3</sup>, no Ceará; e do Armando Ribeiro Gonçalves, com 2.400.000.000m<sup>3</sup>, no Rio Grande do Norte.

O que houve com a transposição? Vem sendo assunto desde que o Nordeste passou pela grande seca de 1977. Quem primeiro levantou a questão foi o Intendente Macedo, em 1843, que teve a idéia de transportar as águas do São Francisco a partir de 6km a montante da cidade de Santa Maria da Boavista, referência que (...) faz em seu estudo. Por sinal, andam dizendo que (...) foi contratado pela Coroa do II Império para estudar a transposição, mas isso está errado, pois foi contratado para estudar a navegabilidade do São Francisco, o que cita em seu histórico. Entretanto, a informação do Dr. Rômulo Macedo é diferente da minha, pois disse que foi (...) o primeiro a tratar da questão técnica da transposição, o que não é verdade. Isso reforça o que estou sempre dizendo: as pessoas voltadas para a busca de transferência de água do São Francisco para o Nordeste estão de costas para o São Francisco, e muitos dados sobre o rio estão totalmente errados, ditos de oitiva, sem a preocupação de estudo maior para a defesa do ponto de vista.

A segunda maior investida ocorreu na Presidência da República, com o Dr. Itamar Franco, quando o Ministro Aluísio Alves pretendia tirar 280m<sup>3</sup> por segundo, elevar essa água a 160m de altura e transportá-la por 2.000km, a céu aberto, inclusive transpondo a serra do Araripe com um túnel de 8km. Entretanto, mostraram que o São Francisco não suportaria essa retirada tão grande, já que cada m<sup>3</sup> retirado abaixo de Sobradinho derrubaria 2,4mW na geração de energia da CHESF e que a elevatória de 160m consumiria 1,6mW de energia, o que daria 4mW para cada m<sup>3</sup>. Sendo assim, para não haver racionamento de energia no próprio Nordeste, ter-se-ia que construir outra barragem do porte de Sobradinho. Depois, houve a investida de 170m<sup>3</sup> por segundo, já com o Lucena na Secretaria, e hoje se diz que interessa tirar 70m<sup>3</sup> por segundo, para melhorar a sinergia na operação dos açudes no Nordeste. Ou seja, dizem que não há confiabilidade de operação da água total acumulada nos açudes porque não se sabe quanto será reposto no inverno seguinte, dada a irregularidade climática da região. O que se diz é que essa reposição daria uma segurança de operação nas águas do Nordeste, dessedentaria 6 milhões de habitantes e promoveria a irrigação de cerca de 170.000ha ou 200.000ha.

O Nordeste tem água para o abastecimento. Setenta metros cúbicos por segundo são demasiados para o abastecimento doméstico. Considerando-se 200 litros por habitante/dia, teríamos 70m<sup>3</sup>/ano por habitante e 420.000.000m<sup>3</sup> para dessedentar 6 milhões de pessoas. Isso significa que existe água suficiente para o abastecimento doméstico. A política errada que se fez no Nordeste foi a construção de grandes açudes para a perenização de rios numa região muito árida e de alta evaporação. Na década de 60, dizia-se que havia água e solo compatibilizados para se fazerem 20.000ha de irrigação anualmente. Na realidade, provou-se, posteriormente, que não existia essa compatibilização. Hoje, o Nordeste não tem mais que 47.000ha irrigados em torno desses açudes, parte deles salinizados, porque a opção de construção dessas grandes obras foi feita do ponto de vista da engenharia: onde se tinha boa ombreira, construía-se uma barragem, sem se olhar a questão do aproveitamento hidroagrícola dos solos. Tanto o Nordeste tem água, internamente, para a dessedentação humana e para o abastecimento doméstico que nunca se verificou, na mais rigorosa seca, que as frotas de carros-pipa saíssem do Ceará ou da Paraíba para se abastecerem no São Francisco. Se a distribuição é feita internamente, dentro dos seus açudes, é porque há água suficiente para tanto. Deixou-se de construir as adutoras indispensáveis para levar água para o abastecimento doméstico. E os 70m<sup>3</sup> são também insuficientes para o desenvolvimento agrícola. Conversando com o Prof. (...), vimos que, se considerássemos uma utilização de 12.000m<sup>3</sup> por hectare, teríamos necessidade de levar ao Nordeste 300m<sup>3</sup> por segundo para que tivéssemos 7.000.000.000m<sup>3</sup>, capazes de irrigar 600.000ha. Isso é uma incógnita para nós. Não temos o projeto em mãos, não conhecemos os estudos que estão sendo feitos. Quanto ao custo da água - e penso diferentemente do Dr. Garrido, que fez uma série de elucubrações em economês -, por questão de segurança, foram criados alguns "outdoors" que podem ser falsos, no São Francisco. Por exemplo: Petrolina é a Califórnia. Isso pode provocar, numa escassez de água, uma viagem em que as pessoas desçam à procura dessa fantástica riqueza do São Francisco, que não é realidade. Quem conhece o São Francisco, de Pirapora, de São Roque de Minas até Brejo Grande, em Sergipe, sabe que temos alguns pontos luminosos dentro do vale, de economia emergente, mas temos, também, bolsões de pobreza. São Francisco tem uma contraoposição interna em que encontramos a Califórnia e Biafra. Existem processos de pobreza profundos. O mapa da fome, feito pela Dra. Ana Maria Peliano, do IPEA, mostra que mais de 50% dos municípios da bacia, à exceção de Minas, vivem na mais completa pobreza, ganhando menos de um salário mínimo. Preocupam-se em dizer que o dinheiro que se gasta anualmente com a seca é o que se vai gastar com a transposição. A transposição vai percorrer 2.000km de rios a céu aberto. Se considerarmos a possibilidade de beneficiar 10km de cada margem, teríamos 20km vezes 2.000, resultando em 40.000km<sup>2</sup>, o que representa 2% do semi-árido nordestino.

Nesse caso, iríamos gastar o dinheiro usado anualmente no combate à seca para fazer a transposição e levar a água a 2% do semi-árido, se for possível aproveitar totalmente essa área, e vamos continuar dependendo os mesmos recursos para cobrir os 98% que estarão sem assistência. São essas as grandes interrogações que temos com referência à validade dessa transposição.

Entendemos que todas as transposições que se verificaram no mundo foram pactuadas. Foi feito um pacto entre as bacias cedentes e a bacia receptora, para se entender perfeitamente a contabilidade da distribuição da água, porque as bacias que vão ceder a água não podem prescindir do seu desenvolvimento.

Estamos propondo, há mais de cinco anos, que todos os Estados sentem-se em volta de uma mesa para fazer um grande pacto nordestino pela água. Logicamente, Minas teria de ter assento nessa mesa, mesmo não estando no semi-árido - é a dona das águas. Ela teria seus pleitos, também.

Minas tem cerca de 826.000ha irrigáveis no São Francisco, e a Bahia tem 2.300.000ha ainda irrigáveis. Temos uma vazão média de 2.800m<sup>3</sup>/s, 80% já comprometido com geração de energia da CHESF. Não nos resta água nem para aproveitamento do potencial da própria bacia.

O Prof. (...) fez um estudo mostrando que cada hectare irrigado com água transportada do São Francisco custaria duas vezes e meia o hectare aproveitado na própria bacia, além da perda de se transportar um divisor de águas e não receber de volta o excedente de 40% que normalmente ocorre por drenagem interna.

Meu tempo está esgotado, lastimo profundamente, porque é um assunto que me palpita; gosto de ter 1 hora para falar sobre o São Francisco. Quero agradecer a oportunidade e colocar-me à disposição de todos, se houver oportunidade nas perguntas e debates. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Sérgio Menin Teixeira

Exmos. Srs. Deputado Carlos Pimenta, Coordenador dos debates; Deputado Marco Régis, a quem cumprimento e felicito pela iniciativa deste evento; Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Presidente da ABRH, meu amigo, Dr. Raimundo Garrido; José Theodomiro de Araújo, companheiro antigo, de muitas lutas, Presidente do CEEIVASF; Dr. Paulo Romano, meu ex-senhorio; companheiros, pedirei licença à Presidência para sair um pouco da programação prevista. Era de se esperar que fosse conduzido um debate com o nosso expositor, mas, na realidade, ainda estou um pouco sob o impacto da leitura que fiz, cuidadosa e detalhadamente, esta tarde, do relatório produzido pelo Deputado Marcondes Gadelha, em tom bastante distinto do que foi apresentado aqui, de forma serena e competente, pelo Dr. Garrido.

Então, gostaria de questionar alguns pontos em relação ao posicionamento do grupo executivo da Gama e, eventualmente, pedir a opinião do Dr. Garrido.

Um projeto de transposição dessa natureza, para ser levado adiante, teria que passar por, pelo menos, três peneiras principais, teria que responder a, pelo menos, três indagações importantes.

A primeira diz respeito à verificação da conveniência do empreendimento no que tange a sua sustentabilidade, não em relação à sua capacidade de produzir o objetivo imediato que a obra de engenharia poderia pretender, mas de produzir benefícios maiores, legítimos, incluindo as variáveis ambientais e outras tangíveis.

A segunda, também acompanhando tendência mundial, é sobre o que já se disse: a pertinência de empreendimentos dessa magnitude. Hoje, empreendimentos desse tipo devem perseguir a maximização do benefício global, independentemente de questões regionais.

Finalmente, um terceiro ponto seria a existência de uma agenda, de um pacto, de um protocolo entre os parceiros, entre as comunidades envolvidas, seja a exportadora, seja a importadora ou usuário, que disciplinasse adequadamente as compensações e os benefícios.

Esses seriam os três pontos basilares para verificar o empreendimento de maneira bastante interessante, abordados pelo Dr. Garrido, que conseguiu varrer bem essa questão. Mas, de qualquer maneira, queria prestar um depoimento pessoal.

Comecei minha vida profissional numa época em que a engenharia brasileira iniciava fase de extraordinária prosperidade, sem precedentes. Especialmente nessa área de construção pesada, havia grande capacitação, que foi até exportada. A engenharia brasileira teve oportunidade de se envolver em projetos internacionais de grande porte. Junto com essa capacitação, adquiriu também uma dose excessiva de confiança. Humildade falta à engenharia brasileira - e me incluo nesse segmento -, dose certa de humildade para verificar até qual a efetiva verdade que está por trás de seus relatórios, projetos e pareceres.

Gostaria de abrir parêntese e fazer um paralelo. Já comentei, em outro momento, esse exemplo, mas acho que é importante para fazermos uma reflexão. Ocorreram dois colapsos, duas catástrofes, nos Estados Unidos, na época do Presidente Jimmy Carter: duas barragens se romperam - uma no Estado da Geórgia, com cerca de 60 mortos -, o que levou o Presidente a criar uma agência federal. Logo após sua constituição, seu primeiro trabalho foi fazer um inventário exaustivo de todas as barragens americanas, que concluiu que 94% das barragens em território americano não passariam pelos crivos de segurança.

Isso mostra que as coisas evoluem com o tempo e nem sempre as verdades prevalecem, mas é preciso dose adicional de humildade para lidar com isso.

Estou chamando atenção para esse fato, em especial, porque, das peneiras que mencionei, as duas primeiras estão baseadas em informações de natureza técnica, e, embora a decisão final seja sempre política, ela se baseará em relatórios, em projetos e pareceres gerados na área da engenharia e de outras ciências afins. É preciso que isso seja feito de forma bem instrumentalizada.

Tenho me dedicado a alguns trabalhos na área ambiental e percebi um viés natural, dentro da engenharia construtiva, na produção de relatórios de controle ambiental e de rimas, onde geralmente os pontos positivos do projeto ganhavam uma proporção exagerada em relação aos pontos negativos. Para tentar neutralizar esse efeito, adotei como estratégia a existência de um advogado do diabo dentro da estrutura do projeto, aquele que tentaria exatamente enfatizar as questões negativas. Não é uma solução, mas muitas coisas apareceram em função dessa estratégia.

Chamo a atenção para isso, porque é preciso que se dose bem a expectativa em relação à forma como esse projeto de transposição aparecerá. Provavelmente, relatórios bem encadernados, bem fundamentados, consistentes do ponto de vista técnico, mas com todas essas limitações que mencionei.

A terceira dessas peneiras corresponderia a uma ação que é de natureza política, mas exige, acima de tudo, esclarecimento dos próprios decisores. É preciso que a sociedade e seus alistamentos saibam vocalizar adequadamente os seus interesses e que existam os instrumentos necessários para que essa questão possa ser bem discutida.

Volto ao parecer do relator da Câmara dos Deputados, o qual me pareceu extremamente tendencioso, até na forma de apresentar a história. Não descerei a todos os detalhes, porque o relatório é muito extenso, mas, pelo menos, dois ou três pontos por página mereceriam um exame. Citarei apenas um deles.

A questão da transposição do Colorado é apresentada como positiva. Quem conhece bem o problema da transposição do Colorado - teve a oportunidade de estudar um pouco mais detalhadamente isso - sabe que ela foi apresentada de forma muito simplificada.

O Governo do Presidente Franklin Roosevelt, tido como um dos mais comprometidos com as questões sociais e o desenvolvimento social, foi levado a um ato de natureza pouco democrática na tentativa de aumentar o número de Juizes da Suprema Corte americana para fazer passar alguns dos atos necessários à implementação daquilo. O fato não foi tão suave ou simples como foi apresentado nesse relatório. Acho que é interessante examinar esses três pontos.

Outro ponto que gostaria de pinçar no relatório do Deputado Marcondes Gadelha é que existe uma tentativa de organizar o pensamento jurídico como se não houvesse nenhum obstáculo legal a que a União ponha e disponha das águas do São Francisco, pelo fato de ser um curso de água federal. Evitou-se, com alguma habilidade, a palavra bacia federal, como ocorreu em outras tentativas. Usou-se o artifício de considerar que as águas públicas de domínio da União poderiam ser usadas a critério da própria União, como julgasse mais conveniente. Na realidade, não é bem assim.

Esse entendimento não é só meu, é de alguns juristas e constitucionalistas, que têm se manifestado, e nem a Constituição de 1988 e nem a Lei nº 9.433 modificaram uma natureza, uma essência básica do nosso regime jurídico, a de que as pessoas não têm acesso ilimitado e impoliciável aos recursos hídricos, como está sendo apresentado. O texto original diz acesso aos cursos de água. É bastante diferente considerar acesso aos cursos de água e acesso aos recursos hídricos, como bem econômico. Na realidade, herdamos esse posicionamento do Código nº 34, que foi calcado no código espanhol, que, por sua vez, tem raízes no código romano. Segundo este, as pessoas têm acesso aos cursos de água para satisfazer necessidades essenciais da vida, colocadas como "lavanda, cosenda, bibenda", ou seja, a necessidade de beber, de cozinhar e de lavar. Qualquer outro uso econômico mais sofisticado não está amparado na flexibilidade de acesso universal aos cursos de água. Portanto, essa questão pareceu-me uma maneira ardisosa de tentar mostrar que existe uma via pavimentada para uma decisão da União em relação a essa questão. Queria ater-me a esses pontos. Se sobrar algum tempo, voltarei a um ou outro ponto. Muito obrigado.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste momento, daremos início à fase de debates. Os participantes poderão formular perguntas aos expositores, por escrito ou oralmente. Para que possamos agilizar os debates, solicitamos aos participantes que desejarem fazer uso do microfone que se inscrevam previamente, identifiquem-se, sejam objetivos e sucintos, estando dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para a sua intervenção.

#### Debates

O Deputado Marco Régis - Gostaríamos de fazer um esclarecimento ao Plenário sobre a citação que foi feita pelo Dr. Sérgio Menin, com o qual tivemos a honra de estar num debate, numa emissora de televisão, agora, à tarde. Na verdade, temos duas instâncias distintas no momento, na Assembléia Legislativa. Este ciclo de debates que ora se realiza e foi requerido inicialmente pela Deputada Maria José Hauelsen, depois seguido por outros dois requerimentos, dos Deputados Carlos Pimenta e Gil Pereira, e a Comissão da qual somos Presidente, que fez um requerimento pedindo que se instalasse uma comissão especial para tratar da transposição do rio São Francisco, porque entendíamos que a Casa tem valorizado as comissões. A Comissão iniciou os trabalhos há algum tempo e, na última quinta-feira, pôde estar na nascente do rio São Francisco, com uma comitiva de dez Deputados Federais do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados. Muito obrigado.

O Sr. Paulo Romano - Sr. Presidente, Deputado Carlos Pimenta; demais componentes da Mesa; senhores parlamentares; senhores e senhoras; antes do questionamento, gostaria de fazer uma apreciação sobre a questão de fundo, que o Dr. Garrido e os que me antecederam mencionaram. Estamos falando de um projeto no Brasil, no momento em que a sociedade ainda está se mobilizando sobre a grande questão da gestão das águas.

Graças a Deus, existe uma boa lei, que está em regulamentação ou já regulamentada em muitos Estados. E está na pauta da reunião plenária da Câmara dos Deputados de amanhã a votação do projeto da Agência Nacional de Águas, que visa exatamente à implementação da política nacional de recursos hídricos. No entanto, a sociedade brasileira está gastando energia, como que atada a um projeto de uso de água.

Temos confundido a questão da gestão de água com gestão ou projeto de uso de água. Se não conseguirmos ajustar esse conceito, poderemos ser reféns de uma decisão tomada, sobre cujas repercussões ninguém aqui nem fora daqui tem condições hoje de fazer avaliação.

Falo, agora, um pouco como mineiro. Não li o relatório final que o engenheiro Menin mencionou aqui, mas, durante semanas, li quase todos os depoimentos - e ouvi alguns - desse grupo especial de trabalho da Câmara. Realmente tem o título de Projeto de Transposição das Águas e Revitalização do Rio São Francisco. No entanto, não tendo lido o relatório final, acho que o conteúdo e a consistência sobre a questão da revitalização é mínima, quase inexistente. E essa talvez seja a grande agenda de Minas Gerais, numa discussão desse pacto que se pretende fazer, porque gestão de água não é nada mais nada menos que uma permanente pactuação da sociedade que compõe a bacia - não é o rio São Francisco, é a bacia - em relação àquilo que é capaz de proporcionar.

Faço um preâmbulo sobre essa questão conceitual e trago uma pergunta, para ver se alguém trouxe essa informação. É lamentável, mas vou pedir licença ao Prof. Menin para repetir o que disse. Normalmente, no Brasil, EIA-RIMA tem sido como parecer de advogado para alguma causa. Isso é dramático, mas é a realidade. Entendo que um projeto desses não deve ter EIA-RIMA sobre o projeto de engenharia, mas sobre o conjunto da bacia. Isso muda inteiramente a questão.

Para terminar, uma indagação, porque é hora de levantarmos a agenda. Não vi nenhuma menção - também não sei se estão prontos os EIA-RIMAs - à questão da perenização de quase 2.000km em canais de rios temporários.

Ora, como vai ser o procedimento no que diz respeito à questão fundiária e, digamos, de tomar conta desses novos canais? Será impedido o acesso de pessoas e de animais. Na prática, isso será possível? Acho que é absolutamente impossível. E, se animais e pessoas não forem tomar água - não vamos falar em tirar água nesses canais -, o que é que irá chegar lá, no final, em termos de qualidade e de quantidade? São indagações sobre as quais vale a pena a gente pensar, para que possamos começar a organizar uma agenda - pelo menos nós, mineiros, para darmos nossa contribuição. Muito obrigado.

O Sr. José Theodmiro de Araújo - Essa é uma indagação que temos feito constantemente. Qual é o sertanejo que, no mês de setembro, na região desse semi-árido escaldante, vai olhar para o rio e dizer: "Não, não posso apanhar essa água, porque ela vai servir de sinergia para os açudes do Nordeste". Isso não vai ocorrer nunca. A Caraíba Metais fez uma pequena adutora de 70km, um conduto forçado, de Juazeiro até a mina. Mas suas vazões não chegavam para abastecer a cidade de Pilar, que foi criada para mover a mina. Quando foram percorrer a adutora, viram que ela estava toda perfurada pelas pessoas que vaziam em suas margens.

Portanto, essa questão levantada pelo Dr. Paulo Romano é muito pertinente. É impossível que o sertanejo respeite essa água só porque ela servirá de sinergia aos açudes do Nordeste.

O Sr. Presidente - Acredito que os debates que estão sendo travados aqui estejam sendo gravados. Eles servirão de subsídio para a elaboração de um documento da Casa, uma vez que o Dr. Theodmiro acrescentou palavras à indagação do Dr. Paulo Romano, deixando o assunto ainda mais no ar. Procuraremos levá-las a quem de direito, para que se dê uma resposta.

O Sr. Frederico Pecorelli - Meu nome é Frederico Pecorelli e sou do Grupo de Pesquisas em Direitos Educacional. Considerando o resgate dos estudos e pesquisas sócio-políticos, históricos e geográficos do Prof. José Theodmiro; considerando que nossa Carta Magna, em seu preâmbulo, quando fala sobre a necessidade de se promover o desenvolvimento e o bem-estar, a cidadania, a dignidade humana, o direito à vida, os direitos sociais, como a educação, eu, como acadêmico de Direito e Pedagogia da UEMG, membro do Grupo de Pesquisas em Direito Educacional, pergunto: como vocês estão construindo a política educacional na transposição das águas do rio São Francisco? Como contemplar todas as idéias?

Nos recursos hídricos, temos um contexto sócio-político-geográfico de ação humana que produz uma cultura, seja no aspecto material, seja no espiritual, em que as pessoas, através da ação educativa, têm reais necessidades de sobrevivência, pelo seu projeto de vida individual e coletivo satisfeitos. Contudo, não estou enxergando, apesar de já ter lido a proposta e outros elementos através da Internet, momentos em que uma política educativa contemple, ao menos com um esclarecimento, a população que lá está, principalmente os indígenas.

Gostaria que esta pergunta fosse dirigida ao Prof. José Theodmiro de Araújo e ao representante da OEA. Eu, como italo-brasileiro, preocupo-me muito com a visão que estamos passando para o exterior. Nossas idéias devem ser respeitadas. Não podemos permitir que salvadores da pátria venham até o Brasil com soluções miraculosas.

Gostaria de deixar um exemplar do "Matemática dos Povos Indígenas no Brasil" para o Dr. José Theodmiro, em que se vê que também utilizam um rio como elemento do raciocínio lógico-matemático para a prática do cotidiano, para a sobrevivência. Quem quiser ter um exemplar pode pegá-lo na Secretaria da Educação.

O Sr. José Theodmiro de Araújo - Esse tem sido o grande buraco negro do projeto, ou seja, não ter agregado uma série de ações junto à população. Mas a resposta que nos têm dado é que ao Governo Federal compete levar água ao Nordeste. A sua aplicação vai caber a cada Estado. Quem vai fazer a política de utilização dessa água são os Estados, e esse é outro problema sério, pois sabemos da pobreza em que se encontram. Vão ter que lidar com o problema fundiário e agregar o processo educativo, porque não temos nenhuma cultura de operação correta de água. Há pouco falávamos numa entrevista sobre esse aspecto. Culturalmente, não sabemos viver o semideserto. Dizíamos até que percorremos todo o semi-árido sem haver coleta de influxo de água de chuva nos telhados. Ouvimos Prefeitos dizerem que determinado prédio escolar foi fechado porque não havia poço tubulado. É preciso mostrar-lhes que, se estivessem coletando água do telhado, estariam levando higiene para as crianças, além de merenda escolar, mesmo com a baixa pluviosidade de 400 mm/ano.

O Governo diz que vai levar água ao Nordeste, mas cada Estado vai implementar sua política. Para nós, esse é o buraco negro na formatação do projeto.

O Sr. Ricardo Lima - Boa noite. Sou do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Gostaria de saber se, nos estudos relativos ao projeto, há estudos de alternativas, se a melhor alternativa para se alavancar o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste seria a transposição de águas do São Francisco. Quais outras alternativas foram estudadas? Por que foi escolhida essa?

O Sr. Raimundo Garrido - Na verdade, a transposição não é assunto contemporâneo, pois é um projeto que data de 1847. Portanto, é um projeto que tem 153 anos. Para bons projetos nunca faltam recursos, mas, ao longo de 153 anos, não foram encontrados. No período contemporâneo, renasceu no início dos anos 90, citado pelo Dr. Theodmiro, quando o Ministro Aloísio Alves retomou a questão, passou por diversas modificações, mas devo dizer que, a rigor, não se avaliaram outras alternativas que não a da transposição, até o momento em que a CEPRE, tendo retomado o projeto, partiu para a idéia do ramal de Cabrobó a Jati, dali ramificando para Curemas Mãe d'Água e para a Trama Hídrica Cearense. Sempre foi isso, e agora recebeu o acréscimo de um segundo ramal, que é o ramal Leste, que vai ao açude Poço da Cruz e dali segue para o Estado da Paraíba.

Mas também quero deixar patenteado aqui o fato de que passamos a nos reunir depois da visita que o Ministro Bezerra e a comitiva fizeram ao Colorado para discutir mais amiúde essas questões e trazer alternativas. Já tive oportunidade de mencionar para o Secretário Rômulo Macêdo, para que se preste atenção, dois pontos principais: o primeiro é que as acumulações de água existentes hoje nos Estados candidatos a importar água, ainda a Paraíba se preocupava até outro dia, são algo suficiente para água de beber, que é o espírito do projeto, aliás, anunciado reiteradas vezes pelo Sr. Presidente da República. O Ceará tem uma reserva de volumes úteis que vai de 10 a 11.000.000.000m<sup>3</sup>. Com o Projeto do Castanhão sobem mais 6.700.000.000m<sup>3</sup>; portanto, vai a 17.700.000.000 m<sup>3</sup>. O Rio Grande do Norte, só no açude Armando Ribeiro Gonçalves, com 2,5, e outros açudes vai a 3.500.000.000m<sup>3</sup>. A Paraíba tem uma situação mais preocupante. Os mananciais que a CAJEPA, companhia de água do Estado, ativa dão 11 m<sup>3</sup>/s, o que, levado a consumo anual por habitante, nos conduz a 98m<sup>3</sup> por habitante, por ano. Para o ano 2020, com a taxa de crescimento demográfico praticada pelo IBGE, esse valor subiria para 200m<sup>3</sup> por habitante, por ano. O Estado da Paraíba é o segundo mais escasso em termos de água, depois de Pernambuco, que tem mil trezentos e alguma coisa m<sup>3</sup> por habitante, por ano. A Paraíba tem 1.572

m<sup>3</sup> por habitante, por ano. A CAJEPA ativará 200. Vamos duplicar esse número para considerar a irrigação fora das zonas urbanas e a indústria polarizada também fora do atendimento da CAJEPA. Iremos para 400, quando o Estado tem 1.572. Ou seja, ou a literatura de todo o setor precisa ser revista ou vamos buscar onde estão essas fontes de água para que transposições internas, o que afasta a disputa federativa, possam vir em reforço da grande transposição.

O Sr. Presidente - Temos duas perguntas dirigidas ao Dr. Garrido, relacionadas com o rio das Velhas. Primeiro, a de Maria Antônia, da FETAEMG, se existe projeto de destinação orçamentária para preservar e recuperar o rio São Francisco e seus afluentes, como, por exemplo, o rio das Velhas. Epaminondas Alves Leal, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lassance, pergunta se o Ministério do Meio Ambiente tem projeto para despoluir o rio das Velhas, reflorestar suas margens e construir barragens em seus afluentes.

O Sr. Raimundo Garrido - Invoco o comentário do Dr. Paulo Romano para a pergunta da Maria Antônia. O primeiro ponto a considerar é o fato de que o EIA-RIMA tem que ser para a bacia, porque, segundo nossa legislação, é a unidade de planejamento físico e territorial.

Então, é preciso que consideremos não só o rio das Velhas, como também toda a trama de afluentes que formam o São Francisco. Nessa região alta da Capital de Minas, o rio das Velhas, o Jequitai, o Paraopeba, o Pará, o Indaiá, enfim, todos os rios estão recebendo carga orgânica da grande aglomeração urbana e rejeitos da atividade mineradora, sobretudo a ferrífera, em que os finos impermeabilizam praticamente o leito dos rios, alterando o ciclo ideológico, o que faz romper águas abaixo as margens dos rios pelo fenômeno da erosão.

No Norte do Estado, há a questão do cerrado, que já foi tomado e substituído por uma conjunção especial, pela monocultura do eucalipto, que traz uma transpiração muito maior durante a seca do que o cerrado natural.

Nos afluentes da margem esquerda, na Bahia, o Corrente e o Grande, há o grande conflito entre os irrigantes e a pequena geração de energia, que poderia ser grande naquela região. Estudos da CHESF davam conta de que se podia ter uma potência instalada da ordem de 800mw e energia garantida só por meio de PCHs de 400. Há os conflitos CODEVASF e CHESF na parte mais baixa do São Francisco.

Há ainda a questão dos rejeitos da atividade de irrigação, os herbicidas, os fungicidas e outros produtos fitossanitários, que estão difusamente sendo descarregados por toda a parte.

É preciso que tenhamos um grande EIA-RIMA que implique - parece-me que, em breve, teremos orçamentos impositivos para o Executivo aplicar -, portanto, em todo um programa de revitalização da bacia, que foi o primeiro ponto tocado pelo Dr. Paulo Romano. O rio das Velhas parece ser o cartão postal mais agressivo de toda essa situação, mas a verdade é que devemos olhar todo o conjunto da bacia e a necessidade de sua revitalização.

O Epaminondas falou sobre o projeto para despoluir o rio das Velhas. Parece-me que a resposta oferecida vai na mesma direção.

O Sr. Presidente (Deputado Carlos Pimenta) - Ao Dr. José Theodomiro, de Eduardo Nascimento, da FETAEMG: "Favor desenvolver melhor a idéia de pacto".

O Sr. José Theodomiro de Araújo - O São Francisco deixou de ser o Rio da Unidade Nacional para ser o rio da discórdia nacional. Há um passionalismo muito grande nessa discussão. Queremos competência, que sentemos à mesa para ver do que o Nordeste precisa. Precisa de 300m<sup>3</sup>. Não temos isso para ceder. O São Francisco não tem 300m<sup>3</sup> para ceder. Há necessidade de se atender ao Nordeste como um todo e ao próprio semi-árido da bacia. A Bahia tem 52% do semi-árido. O São Francisco, depois de deixar Minas Gerais, em sua margem direita, não tem mais nenhum afluente permanente. Todos são de descarga rápida, porque estão assentados no cristalino. E tem um déficit hídrico tremendo, porque chove 400mm. Está aí, próximo à foz, e evapora quase 3.000mm.

Portanto é preciso sentarmos para ver a necessidade, se o São Francisco pode atendê-la ou não, quais as compensações que teremos, os pontos inegociáveis no São Francisco, o que pode ser feito de apoio político por parte dos Estados que precisam dessa água, como vai acontecer tudo isso e firmar um pacto para se fazer um plano diretor para a bacia. Que toda a bancada transforme isso em lei, para garantir que a descontinuação, que é tão comum na sucessão dos nossos governantes, não ocorra e que nos garantam - pode até ser prioridade, num projeto modulado, levar água ao Nordeste - água para o desenvolvimento da própria bacia do São Francisco. Precisamos fechar um pacto político nesse sentido com todos os Estados da bacia, destinando as necessidades de cada um.

Se o São Francisco não tem isso, veremos se poderemos fazer a interligação de bacias. Fala-se no Tocantins, no Paranaíba, no Grande e em uma série de fatores que são complicadores. A questão ambiental das águas do Tocantins apresenta diferenças muito grandes com relação às águas do São Francisco. Haverá grandes impactos. Precisamos resolver esse problema com competência, em vez de ficar apenas discutindo-o na tribuna e no jornal. Esse problema da água tem de ser resolvido, por ser de extrema importância para o Nordeste. É bom ir pensando em interligação de bacias, porque isso não acontece apenas no Nordeste; em microrregiões, também pode ocorrer essa necessidade. Há conflitos no Gorutuba, no Verde Grande e no Jequitinhonha; então, precisamos pensar em como será feita essa distribuição da água nacional, porque isso só se faz pactuando, e não impondo de cima para baixo. Essa é a idéia do pacto.

O Sr. Aroldo Roberto Kangussu - Boa-noite. Represento a cidade de Janaúba, onde sou o Secretário do Meio Ambiente e Presidente da comissão que está implantando o Comitê da Bacia do Rio Gorutuba, que é um subtributário do rio São Francisco. Redigi minha pergunta antes de o Dr. Paulo Romano fazer o seu pronunciamento, em que expôs muito bem como nós, mineiros, encaramos esse projeto de transposição das águas do rio São Francisco, sendo que atravessamos problemas tão sérios quanto os do Nordeste. A região de Janaúba é semi-árida e tem problemas parecidos com os do Nordeste. Estamos na fase de criação do Comitê, que é citado como o Plenário das Águas. Esse projeto de transposição das águas do rio São Francisco não deveria passar primeiro pelo crivo desses comitês? Muito obrigado.

O Sr. Raimundo Garrido - Obrigado pela oportunidade de reiterar um ponto que já mencionei, Secretário Kangussu. No final dos meus comentários, aludi à Lei nº 9.433 e ao Comitê. Na verdade, referi-me aos comitês de toda a bacia do São Francisco, mas, de forma alguma, excluí sub-bacia do rio, não importando que os rios de qualquer sub-bacia, eventualmente, sejam de domínio estadual. Uma das belezas da nossa legislação e dos constituintes de 1988 é o fato de fazer com que a União e os Estados tenham de se articular para resolver os problemas dos recursos hídricos. Em princípio, a lei é clara quando diz que o comitê discute e decide sobre os destinos da bacia. Saudando a iniciativa que os senhores estão tendo na região da bacia do Gorutuba, temos chegado à seguinte conclusão. Essa continentalidade do Brasil, que tem algumas bacias muito grandes, sobretudo a do São Francisco, que, além de grande, com seus 640.000km<sup>2</sup>, tem uma característica alongada, faz com que, no contexto de toda a bacia, as relações da sua sociedade, do trecho mais alto ao mais baixo, vão se perdendo, porque a bacia é maior do que muitos países do mundo.

Portanto, o Comitê de sub-bacia, que, em boa hora, o Gorutuba toma providências para instalar, cresce em importância, pois está ligado à gestão estadual das águas dentro de Minas, não estando, por isso, desconectado do Comitê do São Francisco como um todo. É importante que todas as sub-bacias do São Francisco - sendo que as muito pequenas devem se agregar duas a duas, ou três a três, para formar comitês de uma área mais confortável para a gestão - suscitem o debate, a fim de levantar o papel que a bacia e seu comitê devem desempenhar na tomada de decisões tão importantes como a da transposição. Portanto, se essa iniciativa estiver se multiplicando por todas as sub-bacias, esses comitês estarão dando um contributo muito forte à boa decisão tomada.

O Sr. Augusto César Soares dos Santos - Sou engenheiro agrônomo da RURALMINAS. Devido ao fato de estarmos em uma Casa Legislativa, com a presença de pessoas de várias regiões e de outros Estados integrantes da bacia do São Francisco, gostaria de fazer, rapidamente, uma comunicação e um pedido. A comunicação é a seguinte: no Estado de Minas Gerais, estamos, sob a coordenação executiva da RURALMINAS e do IGAM, elaborando o Plano Diretor das Bacias e Afluentes do Rio São Francisco, que estará fornecendo, em dois ou três meses, uma radiografia da bacia, para que possamos elaborar os programas e tomar as medidas necessárias à recomposição ambiental dessa bacia, desde São Roque, na serra da Canastra, até a área do Carinhanhe. Já que temos, como unidade de planejamento, a bacia hidrográfica, meu pedido seria o de que os membros da Mesa e seus pares não deixassem seguir à frente os estudos da transposição sem que tivéssemos o plano diretor da bacia como um todo. Precisávamos ter a radiografia da bacia, sabendo suas mazelas e seus problemas e se, de fato, temos água disponível em quantidade e qualidade, para, depois, tomar alguma providência referente à transposição. Nesse caso, pediria ao Dr. Garrido que explanasse sobre esse plano diretor como um todo, pois, em Minas Gerais, já o estaremos terminando em julho ou agosto.

O Sr. Raimundo Garrido - Estamos em um processo de atualização de alguns planos já prontos desde o início da década de 90, para, depois, começar a estabelecer a sua consolidação. Os planos do Estado de Minas Gerais levam uma vantagem muito grande por serem mais recentes, e, por isso, vamos equalizar, no tempo, os anteriores. Recordo-me de que, quando trabalhava na Bahia, chegamos a fazer o Grande, o Corrente e, ainda, os da margem direita, rios percíveis e intermitentes, como o Santo Onofre, o Carnaúba de Dentro, o Pargues e outros da região. Quando fui para Brasília, trabalhar com o Dr. Paulo e o Dr. Fernando Rodrigues, já se estava fazendo o plano dos afluentes alagoanos e

sergipanos, sendo que a CODEVASF havia se encarregado de trabalhar no Brígida e em outros do Estado de Pernambuco. Sendo assim, pretendemos partir para essa consolidação, com a nova ordem que virá, em razão da criação da Agência Nacional de Águas.

Com a formulação da política, remanescendo na esfera da Secretaria de Recursos Hídricos, com a tarefa mais aliviada porque as funções operativas serão trasladadas para a ANA, teremos como impor velocidade maior não só aos planos diretores de interesse do São Francisco, como também aos de, praticamente, todas as bacias onde haja necessidade de trabalho de planejamento, ou seja, aquelas sujeitas a conflitos, poluição, escassez ou inundação. Teremos, neste segundo semestre e, sobretudo, em 2001, grande avanço na elaboração do Plano Diretor do São Francisco.

O Sr. Paulo Maciel Júnior - Sou representante do Comitê da Bacia do Rio das Velhas, da Prefeitura de Belo Horizonte. Cumprimento o Dr. Garrido pela defesa que fez da Lei nº 9.433 e dos comitês de bacias de rios de domínio estadual. Quanto à transposição do rio Piracicaba, em São Paulo, que nasce em Minas Gerais, na bacia do rio Jaguari, temos situação típica, em que Minas não participa do comitê da bacia, já que é um rio federal; no entanto, o Estado de São Paulo, que deveria ajudar Minas a preservar suas águas para o abastecimento, tem feito gestões para a restrição do uso da água em Minas. Nesse sentido, observamos que a legislação do ICMS ecológico do Paraná é bastante interessante. Pena que Minas, quando fez a sua, modificou o conceito contido na legislação paranaense, segundo o qual os municípios que preservam seus mananciais e fazem o abastecimento de água em favor de terceiros recebem uma parcela do ICMS em razão da restrição que sofrem ou do investimento que fazem na preservação desses mananciais.

Quanto à parte financeira, observamos, pelo resumo do projeto, hoje distribuído, que será encarado como usuário. E, assim sendo, estará sujeito ao pagamento da cobrança pelo uso da água. Neste aspecto, gostaria que o Dr. Theodomiro nos dissesse se há relação entre a proposta de investimento e o plano de apenas R\$1.200.000.000,00. Só o plano de recuperação do rio das Velhas, projeto desenvolvido pelo PROSAN, está orçado em R\$1.170.000.000,00. O valor de R\$1.200.000.000,00 é ínfimo para toda a bacia do São Francisco, considerando seus problemas. Lembramos que o investimento feito pelo Estado e pelas Prefeituras de Belo Horizonte e Contagem para a recuperação das bacias do Arrudas e do Onça foi da ordem de US\$220.000.000,00. Recuperação de bacias representam investimentos altos, pois não se consegue reverter, com pequenas quantias, o estágio de degradação a que chegaram. Perguntaria ao Dr. Theodomiro o que pensa sobre a restrição de uso e se tem idéia do valor a ser gasto na recuperação do Velho Chico.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Trouxemos um trabalho feito há quatro ou cinco anos - não tenho a data precisa - por um grupo de trabalho que estudou e quantificou isso. Com relação ao tratamento de esgoto de parte dos 503 municípios da bacia, o tratamento só em 120 municípios ficava em torno de US\$756.000.000,00. A recuperação da hidrovia gastaria também soma alta, em torno de US\$3.000.000.000,00, porque há áreas que pretendem criar condições para a implantação de indústria de equipamentos para proteção de margens, etc.

O Dr. Mayrink está com esse documento, o senhor pode ver com ele. Trouxe para ele, hoje, outro documento, que é o Plano de Revitalização do São Francisco, feito pelo Ministério, às carreiras. Contrataram uma firma do Dr. Molina, e, em três meses, esse senhor percorreu o São Francisco e apresentou um plano de reabilitação do rio. É esse que está em torno de 1 bilhão. Dr. Mayrink tem o documento que eleva isso para a ordem de 18 bilhões, entre reflorestamento, contenção para o problema da erosão, porque o São Francisco tem 13% de sua bacia, ou seja, 82.000km<sup>2</sup> de solo susceptível de erosão. Estão qualificados, inclusive, em áreas que têm mais de 4% de (...), que têm arraste anual em torno de 10.000ha de solos agricultáveis e áreas que são submetidas à pecuária intensiva em regime de grande pluviosidade. Isso significa, no São Francisco, 13% da área da bacia de 640.000km<sup>2</sup>. Esse documento está na mão do Dr. Mayrink, o senhor pode fazer uso dele e aquilatar as duas pretensões, tanto a do Ministério quanto essa, que é a mais próxima da realidade.

O Deputado Marco Régis - Primeiramente, gostaria de dizer da honra de participar desta Mesa como parlamentar desta Casa, com o Dr. Paulo Romano, o Prof. Theodomiro, o Dr. Garrido, representante da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, o Dr. Sérgio Menin e o colega Carlos Pimenta. Quero fazer uma colocação a mais, relativa aos custos do financiamento citado pelo Dr. Garrido. Acredita que o custo colocado da obra, que nos foi dito pelo Secretário de Infra-Estrutura e de Recursos Hídricos do Ministério da Integração Nacional, na semana passada, ficaria em torno de R\$2.200.000.000,00 ou R\$2.900.000.000,00; R\$5.200.000.000,00 ou R\$5.900.000.000,00, sendo dois pontos alguma coisa para transposição, um ponto alguma coisa para interligação da bacia do São Francisco com o Tocantins, e um ponto alguma coisa para revitalização.

Já foi dito que seria um valor superior. Gostaria que comentasse sobre isso e se esse projeto não camufla uma nova tentativa do FMI de privatizar o setor hidrelétrico brasileiro acenando com esses custos aparentemente baixos e que as privatizações poderiam superá-las, quando, na verdade, será o contrário.

E, para concluir, gostaria de dizer da posição da Assembléia Legislativa; dos 77 Deputados, 71 são convictamente contrários à privatização do setor hidrelétrico, porque entendemos que seria uma entrega ao capital privado, principalmente àquele capital predador, explorador, o domínio das águas, que tem muito mais transcendência do que a geração de energia elétrica.

Gostaria que o senhor fizesse algum comentário sobre isso.

O Sr. Raimundo Garrido - Obrigado, Sr. Deputado. Primeiro, a questão dos custos: os R\$2.900.000.000,00, que é o número que, nos últimos cinco anos, esteve sendo objeto da discussão e da apresentação por parte da SEPRE (?), mais recentemente o Ministério da Integração Regional, reflete os custos das obras de superestrutura. Tive a oportunidade de, conversando com o Secretário de Infra-Estrutura, obter essa informação.

Quanto à interligação do Tocantins, não tive ainda oportunidade de ver o projeto, tampouco o orçamento correspondente, mas os dados históricos de que dispúnhamos, desde os estudos de 1983, feitos pelo extinto DNOS, atualizados, ficariam na casa de US\$1.200.000.000,00.

Quanto à revitalização, quero crer que os estudos ainda mereçam um aprofundamento maior. Para se ter idéia dessa necessidade, veja-se que, por ano, a erosão superficial da bacia custaria, se fôssemos fazer a correção, utilizando fertilizantes e outros aditivos que regenerassem a capacidade de reprodução do solo, deteriorada pela erosão superficial, R\$1.200.000.000,00. Então, como há muito mais coisas para se fazer quanto à revitalização, quero crer que essa cifra careça de uma avaliação mais detida, mais aprofundada.

Sobre a segunda parte a que V. Exa. se refere, não teria capacidade de responder à questão do FMI, mas, quanto ao resto, posso dizer, de cadeira, com segurança, que, ao se privatizar o setor elétrico no Brasil, o que, efetivamente, se privatiza é a planta industrial de geração de energia elétrica. As águas ficam. As águas são públicas, pela Constituição brasileira. E imaginemos: uma vez privatizada determinada planta de geração de energia elétrica, o novo proprietário da planta se submeterá, segundo a Lei nº 9.433, às diretrizes que devem ser tomadas pelo comitê da bacia, porque, como usuário da água na bacia - ele não será mais do que isso -, estará representado no comitê e deverá discutir os interesses do setor elétrico naquela bacia, para que o comitê convirja para uma decisão sobre o que fazer e o que não fazer.

Se isso não ocorre hoje - aludo ao sinal negativo feito com a cabeça pelo Dr. José Theodomiro -, é porque os comitês não estão atuando na sua plenitude. A explicação para uma parte dessa falta de atuação é que ainda não temos a cobrança pelo uso da água implementada, mas já a teremos nos próximos 60 dias, com a abertura das portas da futura Agência Nacional de Águas, que já traz, aliás, o pagamento do setor elétrico, que será o primeiro setor a pagar.

A segunda razão - o Dr. Theodomiro pode dizer melhor que eu - é que falta, em inúmeras bacias do Brasil, um conjunto de pessoas abnegadas, como o Dr. José Theodomiro, o Prof. Mauro Viegas, quando era Presidente do SEIVAP, a Dra. Regina Greco, Presidente do Comitê do Secretário Paulo Maciel, que pudessem dedicar mais tempo, porque nem todos podem, cada um tem outros afazeres, à causa do comitê. Com isso, estaríamos seguros de que o setor elétrico estaria inteiramente subordinado às decisões dos comitês.

Essa é a bandeira do setor que nos vemos obrigados a empunhar, sem o que o processo não haverá de prosperar.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Sr. Presidente, discordo totalmente do Dr. Garrido. No caso da CHESF, a barragem de Sobradinho é regularizadora do rio. Todas as barragens abaixo de Sobradinho são a fio d'água e movimentam suas turbinas com a água de Sobradinho. Por isso apelamos ao Presidente da República, em primeira instância, no momento em que falou na privatização, dizendo que todos os usos abaixo do Sobradinho eram reféns da manobra de Sobradinho.

Vender Sobradinho a alguém seria vender todo o terço inferior do São Francisco, porque todos os usos seriam reféns dessa manobra. Quem vai aplicar esse capital para comprar uma geradora de energia e dizer não, não tive água suficiente nesse período úmido, mas tenho que soltar água para abastecimento humano e irrigação, enquanto comprou água para gerar quilowatts? O negócio dele era gerar quilowatts e foi com essa argumentação que o Presidente da República nos honrou com o reconhecimento, dizendo que Sobradinho e Itaparica

não entrariam na venda da CHESF, como, até hoje, está sendo dito pelo Ministro. Mas foi por iniciativa nossa a argumentação nesse sentido ao Presidente da República.

Não acredito. Pode até ser bandeira nossa, e é. Mas não é definitivo. Quando se vende uma barragem, não se vende somente a motorização. Querem comprar o que move a motorização. Isso não acontecerá nunca. Ninguém se submeterá a isso.

Tanto é assim que, recentemente, o Deputado Clementino Coelho apresentou um projeto - já passou na Comissão de Economia e vai para a Comissão de Constituição e Justiça - segundo o qual o Governo Federal não se obriga a indenizar quem arrematar uma hidrelétrica dessas pela água que tiver de soltar para outros usos. Como estava sendo projetado, o Governo deveria pagar indenização nos casos em que não houvesse geração de energia. Esse projeto passou esta semana na Comissão de Economia, por 16 votos a dois, e foi para a Comissão de Constituição e Justiça.

Na realidade, quem fosse comprar uma hidrelétrica dessas somente trabalharia para a geração de energia, e o Governo se obrigaria a indenizar as vazões destinadas a outros usos. Portanto, discordo da posição do Dr. Garrido, frontalmente.

O Sr. Raimundo Garrido - Dr. José Theodomiro, é uma questão de acreditarmos no que defendemos, do que resultou a Lei nº 9.433, e os editais de licitação para a privatização serem claros quanto a essas regras, ou não acreditarmos. Ninguém compra água bruta neste País. Ninguém pode comprar um bem que é público, constitucionalmente. É uma questão de ser claro nas regras de privatização.

O Sr. Presidente - Quero ler uma pergunta do Sr. Jairo Eustáquio Pereira da Silva, que quer um comentário do Dr. Paulo Romano: "O Município de Santo Antônio do Monte, juntamente com mais de 30 outros municípios que compõem o comitê da bacia do rio Pará, um dos maiores afluentes do São Francisco, localizado em uma das regiões mais industrializadas de Minas Gerais, já possui vários projetos. Entretanto, até o momento, nenhum centavo foi alocado para resolver os problemas ambientais da região."

O Sr. Paulo Romano - Acredito que, assim como a bacia do rio Pará, qualquer outra bacia, como a do rio das Velhas, que é muito mais estudada e tem problemas críticos levantados há muito mais tempo, tem graves problemas, e nunca vai haver dinheiro disponível para atender todas as demandas. Estou falando mais como ex-Secretário de Recursos Hídricos, como gestor público, do que como consultor, porque não tenho acesso às possibilidades do município, do Estado e do Governo Federal, pois essa questão também precisa, como as questões ambientais, as questões de uma bacia, as questões relacionadas com a gestão da água, ser posta para toda a sociedade. Talvez a nossa maior deficiência, que a lei tenta repor, seja o exercício federativo na questão de gestão da água. Democracia, participação, mas, sobretudo, exercício federativo. Falo como quem quer ajudar. É preciso mostrar o que pode sair do município, o que pode sair do Estado e também ter até mais condição de cobrar o que pode sair do Governo Federal. Repito, não sou gestor.

Quanto ao orçamento deste ano, só para se ter uma idéia, numa reunião feita há três meses, foram apresentadas cerca de 70 propostas. E, obviamente, sabemos que não há recursos para atendê-las prontamente. Mas, certamente, projetos exemplares ainda deverão ter acolhida dos Governos Federal e Estadual ainda este ano, sobretudo com essa mobilização e valorização da agenda sobre revitalização dos recursos hídricos na bacia do São Francisco.

O Sr. Presidente - Neste momento, queremos agradecer a participação de todos. Entendemos que o tema é palpitante e carece de maiores informações, principalmente do Governo Federal, porque parece já ser uma decisão tomada, esperando apenas o momento de iniciar esse megaprojeto para o País.

Queremos também ressaltar a posição de Minas Gerais. Mostramos as dificuldades que estamos enfrentando, os problemas sérios, projetos secundários à transposição que precisam ser levados adiante, como o projeto, que existe há 20 anos, de construção da barragem do rio Jequitaiá, um dos principais afluentes do rio São Francisco. A barragem teria várias funções: a regularização das águas do rio São Francisco, a geração de energia elétrica e a irrigação de 43.000ha na microrregião das cidades de Pirapora e Jequitaiá. São projetos importantes que compõem todo o estudo da transposição e que precisam urgentemente sair da gaveta e vir à tona. Entendemos que os problemas são sérios, como o assoreamento, como vimos aqui, a destruição dos rios e de suas matas ciliares.

Entendo que Minas Gerais não pode ser contra um projeto dessa natureza, mas temos que levar esses problemas em consideração.

Há uma questão que fica no ar, ao se utilizarem essas águas do rio São Francisco para transposição. E se Minas precisar, num curto espaço de tempo, ampliar sua área de irrigação, com projetos aqui no Estado? Qual a força que teremos futuramente para poder implantar os nossos projetos? São questões que estão sendo levantadas e que farão parte de um conjunto de documentos que serão levados ao Governo Federal, colocando o posicionamento de Minas, e acho que tem de ser dessa forma.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos ao Dr. Sérgio Menin, pela sua participação, ao Dr. Raimundo Garrido, pela sua disposição em vir aqui nos dar informações importantes, ao Dr. José Theodomiro, ao Dr. Paulo Romano, ao Deputado Marco Régis, bem como ao público em geral, pela honrosa presença, e encerra a reunião, convocando os Deputados para as especiais de amanhã, dia 20, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 89ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 20/6/2000

Presidência dos Deputados José Braga e Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Federal Cleuber Carneiro - Palavras do Deputado Ramilson Ramos - Palavras do Deputado Augusto Bezerra - Palavras do Sr. Jackson Sávio de Vasconcelos Costa - Palavras da Sra. Cassilda Teixeira de Carvalho - Palavras do Sr. Paulo Romano - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Durval Ângelo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Dimiz - Doutor Viana - Elbe Brandão - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Rêmoló Aloise - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 9h11min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Antônio Andrade, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Federal Cleuber Carneiro, membro do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados destinado a tratar da transposição do rio São Francisco e da revitalização de seus afluentes; Deputado Ramilson Ramos, representante da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco; Deputado Augusto Bezerra, representante da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe; Cassilda Teixeira de Carvalho, Presidente do Comitê de Qualidade da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES -; Jackson Sávio de Vasconcelos, Diretor Técnico da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME -; ex-Deputado Federal Paulo Romano, Consultor da OEA-SRH; e ex-Deputado Estadual Roberto Amaral, Diretor da SUDENE-MG.

## Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao encerramento do Ciclo de Debates Transposição das Águas do Rio São Francisco, com o tema "Expectativas e Demandas dos Estados Envolvidos".

## Palavras do Sr. Presidente

Srs. Deputados, debatedores, minhas senhoras e meus senhores, a realização do presente Ciclo de Debates, que estamos encerrando hoje com bom saldo de resultados, coincide com a divulgação de notícias vindas do Governo Federal sobre a transposição das águas do São Francisco.

Segundo a imprensa, o Palácio do Planalto já teria dado o sinal verde para a arrancada do projeto, só que com abrangência ainda maior: fala-se agora de dupla transposição: das águas do rio Tocantins para o rio São Francisco e deste para o semi-árido do Nordeste. A se confirmar a informação, ela vem ratificar que este evento institucional foi promovido pela Assembléia mineira em momento bastante oportuno. Mas, sem sermos parciais, confessamos que estamos preocupados com a pretendida intervenção do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Afinal, a filosofia de exercício do poder esposada por S.Exa. - caracterizada, entre outros aspectos, pelo fisiologismo - pode ser prejudicial no trato de assunto com tamanhas implicações.

Em especial, é de verificar as conseqüências que advirão ao meio ambiente. Estamos falando agora de interligar dois ecossistemas distintos. Como se sabe, as experiências de transplante de flora e fauna já realizadas foram extremamente negativas. Exemplo típico é a introdução, na bacia do São Francisco, de espécimes de peixes amazônicos: a fauna original do Velho Chico está hoje sob concreta ameaça.

Sem querer cerrar fileiras contra o projeto, vamos reiterar o que já dissemos antes: em ano eleitoral, as soluções imediatistas têm em mira o resultado das urnas, mas podem criar, em médio e longo prazos, problemas de gravidade. O ideal será examinar o assunto de maneira isenta e ponderada, levando em conta que o projeto é irreversível.

Repetimos que a solução definitiva para as secas do Nordeste já não se pode esperar. Nesse sentido, manifestamos nossa satisfação pelo bom trabalho realizado durante este ciclo de debates. Se da discussão nasce a luz, o que discutimos neste parlamento muito ajudará na solução do problema.

Em nome do Legislativo mineiro, agradecemos novamente aos ilustres expositores, debatedores e participantes, transmitindo-lhes nossa saudação a mais cordial. Muito obrigado.

## Palavras do Deputado Federal Cleuber Carneiro

Querido Deputado Gil Pereira, companheiro de andanças pelo Norte de Minas e pelo vale do São Francisco, por quem tenho deferência e carinho especiais e grande respeito; senhores debatedores dos vários Estados do Nordeste que aqui se encontram; Dr. Roberto Mauro Amaral; Dr. Paulo Romano; demais Deputados e Deputadas; senhoras e senhores, permitam-me revelar um sentimento que me acometeu ao subir as escadas desta Casa, nesta manhã. Senti um tremor de saudade das salas, dos corredores e dos bancos em que passamos 20 anos de nossa vida, ascoltando os sentimentos de Minas, participando do seu cotidiano, convivendo com seu povo. Voltar à Casa de Tiradentes, para quem teve a felicidade de nela passar cinco legislaturas consecutivas, constitui um momento de alegria e prazer. Aqui fiz um aprendizado, aqui desenvolvi aptidões e sentimentos, e aqui cresceu minha mineiridade. Tive, durante 20 anos, a oportunidade de ocupar todos os postos nesta Casa. Presidi-a dezenas de vezes, fui seu 1º-Vice-Presidente por duas legislaturas, fui Líder do PFL, fui Deputado participante de todos os grandes embates que aqui tivemos a partir da Constituição, onde escrevemos a página da defesa social e da segurança pública. Temos a graça de ter sido quem deu o chute inicial e acompanhou durante muito tempo a Lei Robin Hood, que nasceu de nossa alma, antes mesmo de ser de nosso espírito.

Outra grande alegria é estar aqui para falar de um tema que é bem do nosso desejo, do nosso gosto, e que nós conhecemos muito bem: falar sobre o Velho Chico, falar sobre o São Francisco. Barranqueiro, nascido à beira do rio, ainda com todas as minhas raízes lá, bem fincadas, vivi, vivo e - sempre digo - haverei de morrer no São Francisco. É uma coisa atávica e um desejo que tenho na alma.

Falar do São Francisco nessa hora em que a consciência nacional se volta, em que todas as preocupações se voltam para o tema é muito importante para nós que temos o rio dentro do coração, o rio dentro de nossa alma. Na hora em que a CNBB, o Ministério Público, os parlamentos, a Câmara Federal, a Presidência da República se envolvem, parece até que elegem o tema como o grande feito, até faraônico, do nosso Presidente Fernando Henrique. Falar desse tema, quando sentimos que, do ponto de vista institucional, do ponto de vista do Executivo, todas as forças já estão em marcha, pela voz do Ministro de Políticas Regionais, pela voz dos arautos da Presidência, nos dá a certeza de que o tema está na ordem do dia e de que a decisão política está tomada.

Sobre a transposição do rio São Francisco, temos algumas indagações e, nesta semana, fomos à nascente do rio, fomos ver o olho d'água que gera a corrente e que faz o rio atravessar Estados. Lá tivemos a tristeza de ver que a serra da Canastra está em quase abandono; de ouvir do Prefeito de São Roque de Minas que não há gasolina para os carros do IBAMA, na hipótese de um incêndio, para a defesa daquele santuário. Até o dinheiro que entra das visitas ao parque é recolhido diretamente ao caixa do Governo Federal, sem retorno, apesar de ferir lei que determina que a metade fique lá.

Enquanto os helicópteros chegavam com Deputados e pessoas para visitar o parque, vi o Prefeito atônito diante da impotência de ser o guardião da nascente do rio, guardião desse tesouro. Coisas de Brasil, infelizmente. São coisas nossas.

Depois de São Roque, estivemos aqui num debate longo e acalorado, em que ouvimos exposições de mineiros ilustres.

Vejo aqui o professor da Universidade Federal, que fez belíssima exposição, crítica e oportuna, mas também matemática e incisiva, diante do quadro que se impõe.

É de estarrecer - e me permito falar diante dos companheiros dos Estados do Nordeste que estão presentes - que Minas esteja sendo uma abstração nesse problema. Não se fala em Minas Gerais na transposição. Conversava com o Deputado Paulo Romano minutos atrás, e ele me dizia que só agora estamos tendo a consciência, só agora Minas está sendo vista dentro desse contexto.

Não li o relatório do ilustre relator Marcondes Gadelha, uma das inteligências mais vivas do Congresso, mas o sub-relator, Deputado Guerra, disse-me que no relatório de Marcondes Gadelha a palavra "Minas" não é mencionada. E - pasmem os senhores! - Paulo Romano me garante que a palavra "revitalização" também não é citada no relatório.

Ficamos surpresos de ver como as coisas se colocam. O tema está sendo debatido todos os dias. Não faltam vozes em todos os cantos, umas para defender e outras para acusar, mas a verdade é que somos o Estado que fornece 75% das águas do rio São Francisco. O rio não vive sem Minas. Se as providências básicas, necessárias, urgentes, já até demoradas, não forem tomadas aqui, agora, já, antes da transposição, vamos ter de repetir o Gabeira. O Velho Chico está morrendo, e o Gabeira, com seu jeito insinuante e inteligente, vem dizer que não se faz transfusão de sangue de moribundo. Logo, não se pode fazer transposição de um rio que está morrendo. É mais ou menos essa a idéia.

É de estarrecer o fato de não se falar em Minas no relatório básico do relator. Já convoquei o Deputado Rafael Guerra, sub-relator, para comigo e com quem mais quiser entregar quanto antes um relatório mineiro da situação. Não entendemos como falar em transposição do São Francisco sem falar de Minas Gerais e dos nossos problemas.

Digo isso com muito sentimento porque vivi o tempo todo no rio. Nasci barranqueiro, e a minha vida é intimamente ligada ao caudal. Conheci esse rio navegável e nele viajei centenas de vezes. Sou mineiro de adoção, vinha da Bahia estudar em Minas, porque naquela época Januária se constituía em um pólo educacional forte, e todo o sertão de Pernambuco, Bahia, etc. vinha para Januária estudar. E eu vinha de vapor. Fiz centenas de viagens na Companhia Baiana de Navegação, no vapor Benjamin Guimarães, aquele apito que só nós sabíamos ouvir, um apito de fazer chorar.

Viajei na Navegação Mineira, na Comércio e Indústria e hoje, para tristeza nossa, sequer temos no rio as barcas tradicionais folclóricas, com aquelas carrancas que norteavam a sua navegação. O intercâmbio comercial acabou, assim como o sócio econômico, e já não temos nada. Mal e mal, temos canoas, barquetes, etc., que hoje singram o rio.

Conheci um rio de água potável, onde tomávamos banho e podíamos até beber água. Hoje, sabemos que o São Francisco é o esgoto continuado de Belo Horizonte, através do rio das Velhas. Conheci um rio que tinha vida, quando a metalurgia não fazia dele o escândalo que ocorre hoje, contaminando suas águas e acabamos com os seus peixes. Era um rio piscoso. Seus surubis e dourados eram famosos. Havia lagoas marginais que repovoavam o rio. O rio Pandeiros, único pântano mineiro, era um santuário onde havia a desova e a piracema. Tudo isso acabou.

Então, o tempo urge. Tenho pouco tempo para falar e preciso me retirar às 11 horas, porque tenho um compromisso em Brasília ao meio-dia, mas acho que temos de tomar uma providência. Minas precisa reagir e a hora é agora. Ouvi a palavra do professor que está nos escutando, senti a sua indignação com tudo o que está havendo. Ele comanda o Projeto Manuelzão com tanto carinho e apreço. Vi também o carinho do sub-relator Rafael Guerra, ao falar do colega médico que ele teve. Senti o carinho, o respeito e o apreço que ele tem por aquilo que defendeu.

Então, acho que Minas precisa reagir. Nosso Governador foi a Brasília e, diante do grupo da transposição, composto de mais de 50 Deputados, disse que Minas é favorável. Sim, Minas é favorável. O sentimento mineiro é, antes de tudo, solidário. É claro que ninguém é contra um projeto para levar água para o Nordeste. Acho que esse problema nem é governamental. Não se trata de um problema político. É até ético. Mas, se Minas não tomar uma posição séria, definitiva e corajosa, deixando essa posição favorável, e demagógica que está tendo, vamos ter problemas. Vamos ter problemas porque sabemos que Três Marias, todos os anos, gera menos energia por falta de água. Ela diminui a capacidade de geração todos os anos. Inventam o horário de verão, horário não sei de quê, porque falta água.

Sabemos também que o Projeto Jaíba, que fica no coração da minha região, que é o maior projeto de irrigação da América Latina, poderá estar sentenciado à morte se não tivermos água suficiente para alimentá-lo. Esse projeto vem, há mais de 20 anos, devorando - temos ali um ex-Diretor da RURALMINAS que sabe disso - somas altíssimas do Governo federal, do Governo do Estado e de organismos internacionais. Esse projeto não pode ser diminuído logo agora, quando parte para a sua terceira fase, logo agora, quando o assentamento ocorre, quando as coisas estão fluindo e os resultados positivos estão chegando, não é Fantini? Você, que deu uma vida, que é um sacerdote do Jaíba, sabe do que estou falando. Esse projeto não pode sofrer uma solução de continuidade.

O nosso sonho californiano de ver as nossas margens gerando, produzindo para o País, também não pode ser contido. Quem pensa que o simples passado do rio gera desenvolvimento e riqueza está enganado. Somos a região mais atrasada do País, talvez uma das piores do globo. O simples passado não tem o condão milagroso de criar a riqueza. Quem pensa que o passado do rio supre tudo, está errado.

A 6 km das margens, morremos de sede. Isso ocorre em minha cidade, Januária, e em todo o Norte de Minas. O gado não anda essa distância, e ninguém vai buscá-lo. Então, não vai haver esse condão milagroso nem milagreiro com a simples transposição. Queremos produzir mais, e é bom e necessário que se produza, mas um hectare irrigado na Bahia e em Minas vai custar 100 vezes menos do que na Paraíba, no Rio Grande do Norte. Digo isso sem nenhum desprezo ao pessoal de lá. Sou favorável à transposição. Acho que se trata de um sentimento ético, solidário, moral. Transportar um rio que estamos vendo morrer a cada dia fica difícil.

Quem não conhece a situação dos nossos afluentes? Quem não conhece a situação do rio Verde Grande? Quem diz que ele está morrendo, está mentindo. O rio Verde Grande morreu, acabou. O Wanderley, o José Braga, o Gil Pereira sabem que estou falando com propriedade. Se nós, mineiros, não tivermos a coragem de resistir agora, se não sairmos da posição cômoda e demagógica de quem quer fazer política hoje ou amanhã, dizendo sou favorável, sou favorável, não vamos resolver nada. Somos favoráveis, sim. Acho que esse projeto é dividido em três fases bem distintas, ou seja, da transposição, que todos colocam em primeiro lugar, mas eu em último, da revitalização, que para mim é a principal, e nesse sentido há uma carta chamada Compromisso pela Vida, assinada pelo Presidente da República e pelos Governadores, na qual é esboçado, com muita clareza, que a revitalização precede e deve preceder qualquer situação, e, por último, a transposição do Tocantins, todas com custos definidos, formando um Jumbo de quase R\$6.000.000.000,00 para, - quem sabe? - constituir essa obra faraônica de Fernando Henrique II.

Acho que chegou a nossa hora. Nós, do grupo de trabalho da Câmara Federal, vamos fazer o nosso relatório em conjunto. O Deputado Rafael Guerra é o sub-relator. Quem quiser poderá se juntar a nós. Vamos fazer esse trabalho, colocando o ponto de vista de Minas, dando as nossas diretrizes, as nossas assertivas, as nossas afirmações, os nossos desejos. Não nos importa que a sinalização executiva esteja dada, que digam que a obra terá de ser feita, que é a obra do século, do milênio. Em síntese, penso que não podemos ficar fora do contexto. O rio nasce aqui, os grandes afluentes estão aqui, 75% das águas sairão daqui. Quem tem mais razões de ter apreensões no futuro, somos nós. Na hora em que a lâmina chegar ao Rio Grande do Norte, à Paraíba, ao Piauí, vamos ter de garanti-la.

Vou falar - e novamente me desculpem os nossos colegas do Nordeste - com sentimento de pau-de-arara, que sou, que, na hora de começar a coisa, somos muito incisivos - um copinho de água para matar a sede, etc. -, mas, quando houver esse copinho de água, vão querer navios navegando. Não sei como ficaremos.

No meu entendimento, a questão é lógica. O rio, a água, é um bem comum, de todos. Estou longe de pensar que o rio mineiro é todo nosso. Mas é nosso também. Somos contra. Não podemos ser aliados do processo nem desconhecidos no contexto de um relatório sobre a transposição do São Francisco. Acho que pecou - e gravemente - o meu querido amigo e correligionário do PFL, Marcondes Gadelha, ao omitir as palavras "Minas" e "revitalização do rio".

Hoje há várias posições no Congresso, e a minha posição é esta. Vi a posição interesseira da Bahia, querendo saber o que iria levar com isso, e a posição fantástica de Pernambuco que é favorável contra. Nunca vi na minha vida essa posição. Mas acho que devemos ser favoráveis por consciência, por sentimento e por tudo. No entanto, devemos, antes, querer garantir medidas saneadoras que antecedam à transposição. Sem a revitalização, Minas estará fora do contexto. Sem irmos às nascentes, aos nossos afluentes e fazermos as barragens reguladoras do rio e o tratamento do esgoto de Belo Horizonte, será um caos.

A única Capital brasileira do vale do São Francisco é Belo Horizonte. Pouca gente se dá conta dessa situação. Belo Horizonte é o vale do São Francisco. Nenhuma capital nordestina pertence ao vale do São Francisco; Belo Horizonte pertence - e é a única. Mas joga o seu esgoto inteirinho no rio das Velhas para poluir e contaminar o rio São Francisco.

A minha posição é muito clara. Queremos o rio vivo, recuperado, sem assoreamento nem poluição. Não queremos história nem folclore nem conversa fiada sobre o rio São Francisco. Quem é de lá e acompanhou todos os planos, mudanças de nomes dos organismos federais que cuidaram dele, quando o rio tinha 1% da renda da Nação, no tempo de Manoel Novaes e da Comissão do Vale, já não quer isso. Basta! Temos lá um guia, um livro da exploração do rio São Francisco.

O Imperador Dom Pedro II mandou um engenheiro de altíssimo gabarito fazer o levantamento. E ele o fez légua por légua. É claro que a exploração não é determinante de transposição. O engenheiro fez a identificação de todos os problemas do rio. Pasmem os senhores - outro dia, eu disse na Câmara: há 150 anos, o engenheiro Alfred dizia que o porto de Januária iria deixar de existir: "Ali não se atracarão mais navios, porque será assoreado, se não fizermos um trabalho de enrocamento de pedra a tantos metros, segundo princípios da Engenharia". E deu o custo.

A minha discussão é política. Não tenho dados técnicos, como quanto vai sair de água, etc. A minha visão é política, global. Ser ou não ser. Fazer ou não fazer. Naquela época, o engenheiro Alfred, se não me engano, estimava o custo da obra em trinta mil réis. Parece até dinheiro de Judas. Mas a obra não foi feita. São passados 150 anos, mas a decisão política de fazê-la não houve.

Não adianta D. Pedro II haver gritado que vendia as jóias da Coroa para salvar o Nordeste da seca. As jóias da Coroa não foram vendidas, a exploração do rio foi feita, as soluções foram apontadas. Chega de folclore, chega de conversa fiada. Sentimos que o processo está aberto, a discussão é nacional. O colega abriu sua pasta, e eu, de soslaio, dei uma olhada e vi: CNBB não sei o quê do rio São Francisco; Ministério Público não sei o quê do rio São Francisco. Portanto, a sociedade brasileira está toda envolvida.

Faço um apelo a esta Casa e a nós, mineiros. Estamos diante de uma nova batalha. Se cruzarmos os braços, vamos ser desconhecidos no processo, isto é, a transposição será feita lá, sem que sejamos considerados cá. Então, adeus às nossas esperanças, aos nossos sonhos, às nossas Três Marias, ao Jaíba, ao Projeto Pirapora, à navegação do rio, à recomposição das matas ciliares. Minas tem de se levantar e, de pé, dizer ao Brasil: transposição sim, mas com respeito, com garantia de que revitalizaremos o rio, sairemos desse processo de conversa fiada, demagógico, protelatório, enganador das populações que, pobremente, vivem lá, até hoje, para um processo real, que defina um projeto sério, tão esperado pelo País.

Esta é a minha opinião, e estou à disposição para quaisquer perguntas. Não sou técnico, não sou engenheiro, não conheço dados técnicos e não quero conhecê-los. Quero conhecer o problema político, o problema de vida, quero especializar-me no problema cidadão do rio São Francisco. Muito obrigado.

#### Palavras do Deputado Ramilson Ramos

Exmos. Srs. Deputado Gil Pereira, coordenador dos trabalhos de hoje, por meio de quem abraço a Casa Legislativa de Minas Gerais, parabenizando-a pela realização deste fórum, que precisa se multiplicar por todo o Brasil; acredito que Minas Gerais dá um passo significativo para não se omitir em um problema tão grave; Deputado Federal Cleuber Carneiro; Deputado Augusto Bezerra, representante da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe; Dra. Cassilda Teixeira, Presidente do Comitê de Qualidade da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; Dr. Jackson Sávio, Diretor Técnico da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos; ex-Deputados Estaduais Roberto Amaral, Diretor da SUDENE-MG, e Paulo Romano, Consultor da OEA; Srs. Deputados, Sras. Deputadas; vou retomar uma frase de V. Exa., Deputado Gil Pereira, que, elegantemente, disse que não pretende cerrar fileiras contra um projeto de tamanha gravidade. Tenho certeza de que V. Exa. vai cerrar fileiras para que salvemos o São Francisco e evitemos esse abuso de poder do Governo Federal.

Quero retomar uma frase do Dr. Cleuber Carneiro; ele disse que Pernambuco é favorável e contra ao mesmo tempo. Sei que vou fazer um pronunciamento favorável e contra ao mesmo tempo.

Srs. Deputados, preferi escrever para que as minhas idéias possam ser mais bem compreendidas.

Como parlamentar e cidadão, preocupa-nos a anunciada transposição do rio São Francisco sem convencimento técnico nem mesmo entre os agentes do Governo Federal, que, isolados, definem o projeto.

Nesse sentido, este Governo impõe mais um abuso de poder e agride a soberania nacional, quando põe em risco o futuro de um rio que hoje é um vetor de desenvolvimento sustentado de uma região, de um país.

A água é, sem dúvida, o insumo de maior importância sócio-econômica para o novo milênio. Hoje, pelo menos 1.300.000.000 de pessoas estão privadas de seu suprimento adequado e mais de 5 milhões morrem anualmente de enfermidades transmitidas pela água. Foge-se da seca mais do que se foge da guerra. É lamentável que o total de migrações tenha chegado, em 1998, ao recorde de 25 milhões de pessoas. Os conflitos de usos estão cada vez mais ampliados, ao ponto de o Presidente francês Jacques Chirac revelar que há, no momento, pelo menos, 70 conflitos internacionais declarados por escassez de água.

Quero fazer um breve comentário. Concretamente, estamos entrando no primeiro grande conflito de água no Brasil.

Um estudo do Fundo Mundial da Natureza (World Wide Fund, o prestigiado WWF), alerta que o consumo de água praticamente dobra a cada 25 anos, e, se o modo de gastá-la, de usá-la não for alterado, em 2008, cerca de 60% da humanidade não disporá mais de água suficiente ou a terá em más condições de uso.

Nesse contexto, o Nordeste, com apenas 3% dos recursos hídricos do País, e o rio São Francisco, com cerca de 70% desse volume, passa a exigir dos Governos Estaduais e Federal a decisão política de implantação de um modelo institucional para a gestão integrada da bacia, um programa prioritário de preservação do rio, além de um plano diretor, para execução imediata.

Cabe evidenciar, também, que deve preceder o próprio debate da transposição, primeiro, a preservação do rio São Francisco; segundo, a integração de bacias para realimentar o rio São Francisco na perspectiva da transposição; terceiro, o estabelecimento das condições compensatórias para a outorga de água por parte de cada um dos Estados outorgantes, depositários fiéis desse recurso natural, assim reconhecidos não somente pelo povo que aqui vive, como também pela Constituição Federal. A outorga e as condições devem ser definidas pelo comitê da bacia e fundamentadas em bases técnicas substanciadas no seu plano diretor. O Poder Executivo Federal poderá, inclusive, delegar a esses Estados tal competência, conforme o art. 14, § 1º, da Lei nº 9.433, de 8/1/97.

A utilização das águas do São Francisco tem implicações sérias em médio prazo e, principalmente, em longo prazo, ambientais e sócio-econômicas, e exige que lhe seja dado um tratamento global, que oriente o manejo da bacia como um todo, de modo que sua preservação seja assegurada. A subordinação ao princípio de uso múltiplo de qualquer rio implica hoje a necessidade de implantação de gerenciamento do uso integrado da água.

Atualmente, apenas a operação coordenada dos reservatórios das bacias que suprem o sistema CHESF para a produção de energia - sem dúvida, uma operação complexa e difícil, mesmo sendo realizada por uma estatal com certa flexibilização política - acarreta ainda sérios conflitos de interesses nos diversos usos. Caso esses reservatórios venham a ser operados pela iniciativa privada, cuja prioridade seria a geração de energia elétrica, os demais usos, como abastecimento humano, animal e industrial, navegação, pesca, irrigação - abro parênteses para falar não só do Jaíba, mas também do Salitre, do Baixo Jerecê e do Pontal -, além do controle de cheias e da própria transposição das águas, como quer o Governo, teriam, sem dúvida, seus conflitos bastante ampliados. Assim sendo, a privatização da CHESF é, sem dúvida, a privatização das águas do São Francisco.

Um grande amortecedor desses conflitos poderia ser a lei que institui a política nacional de recursos hídricos e cria um sistema nacional de recursos hídricos. No entanto, é preocupante o poder definido na lei do Governo Federal, sem a participação dos Estados e da sociedade nas decisões. A aprovação, por exemplo, do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que disciplina a outorga de água para energia pelo Conselho, cuja composição tem a participação dos Estados e da sociedade, e que seria transformado em lei (Capítulo 35, inciso VIII), foi vetado pelo Presidente.

Por outro lado, a questão ainda mais preocupante - e, nesse ponto, Minas tem papel fundamental, evidentemente sem o afastamento dos demais Estados da bacia -, que mostra claramente a irresponsabilidade do Governo Federal, é o estado de degradação em que se encontra o rio e a necessidade de implantação imediata de um programa de preservação. De acordo com o engenheiro Jeremy Hall, do Departamento de Estudos e Pesquisas Físico-Hidrologicas da NASA, com base no estudo de 143 bacias em diversos países, divulgado recentemente pela imprensa, em 2060, o São Francisco poderá se transformar em simples riacho. Baseado em fotografias enviadas por satélites, os engenheiros compararam a situação do São Francisco com o fenômeno Dust Bowl, que, na década de 30, devastou uma enorme área do semi-árido dos Estados Unidos, provocando a desertificação de cerca de 300.000ha nos Estados de Oklahoma, Novo México, Colorado e Kansas. O especialista da NASA avisa que, se não forem tomadas medidas rígidas de proteção ecológica e reflorestamento nas margens de toda a bacia, poderá acontecer uma catástrofe no rio São Francisco.

A previsão assustadora é baseada no acompanhamento do aumento dos níveis de evaporação das chuvas que caem anualmente na bacia do São Francisco, além do problema de degradação ambiental que atinge o rio e seus afluentes.

Para ilustrar, senhoras e senhores, o descaso e o descompromisso deste Governo, lembro que, em 19/5/95, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o então Ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, todos os Governadores do Nordeste e os de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal assinaram, na SUDENE, em Recife, o documento intitulado "Compromisso pela Vida do São Francisco".

No referido documento, afirmavam o seguinte:

"O rio está doente. Sua vida está sob a ameaça da ação predatória do homem.

Se, por um lado, o crescimento urbano polui as águas, de outro a devastação das matas ciliares, a prática das queimadas, o garimpo desorganizado, o fenômeno da erosão formam um conjunto de ameaças que, se não forem removidas prontamente, comprometem a contribuição generosa - palavra elegante, mas o que o rio faz mesmo é salvar vidas - que o rio São Francisco deve e pode continuar a dar em benefício do homem brasileiro, em especial do nordestino.

A agonia do São Francisco é uma agressão à consciência nacional".

Convém lembrar que para mudar esse cenário, esse mesmo documento firmou os seguintes compromissos. (- Lê:)

"1 - Definir um modelo institucional para a gestão integrada da bacia do São Francisco, que envolva a participação dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, usuários e representantes da sociedade civil," negado pela Lei de Recursos Hídricos.

"2 - Elaborar, em conjunto, um diagnóstico dos problemas que afetam o rio e seus afluentes," que ficou no meio do caminho.

"Preparar, em conjunto, um plano diretor para a bacia e seus afluentes, dentro da perspectiva de integração com bacias de outras regiões," não saiu do papel.

"3 - Dar continuidade aos estudos relativos ao projeto de transposição das águas do rio São Francisco, de acordo com critérios de sustentabilidade e uso múltiplo do seu potencial hídrico.", também foi negada essa posição de garantia.

Além do cumprimento dos compromissos assumidos e negados, o Governo Federal deveria estar discutindo opções com a sociedade como o Projeto Semi-Árido da CODEVASF, que propõe um planejamento abrangente de ações multissetoriais para a região, como também o Programa de Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste (elaborado pela SUDENE em 1994 e até hoje no papel). O programa beneficiaria, com água para consumo humano, animal e pequena produção, 86,80% dos municípios do Nordeste, 96,70% da sua superfície territorial e 74,14% de sua população.

Poderia estar ampliando os estudos e a discussão sobre a transposição de, pelo menos, 300m<sup>3</sup>/s da bacia do Tocantins para o São Francisco, com liberação das águas do rio para o próprio projeto; ou, de maneira mais econômica, a transposição de cerca de 200m<sup>3</sup>/s do rio Grande, derivados da barragem de Furnas; ou a ampliação da vazão do São Francisco em até 655m<sup>3</sup>/s, através de três barragens a serem construídas em seus afluentes: Paracatu, Uruçuaia e das Velhas (conforme relatório da Comissão Interministerial de Estudos para Controle de Enchentes do Rio São Francisco, datado de 1980), ou, de outra forma, a transferência de energia do Sistema Norte para a Região Nordeste, com conseqüente liberação das águas do São Francisco para outros usos.

A transposição precisa ser discutida em bases técnicas confiáveis, com amplo debate com a sociedade e, caso seja efetivada, que o seja por via de um grande pacto político entre todos os Estados e a União, respeitando o direito puro e certo do povo ribeirinho que aqui vive e aqui trabalha.

Esse não é um projeto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que possa ser concluído apressadamente para resolver a falência político-eleitoral de um Governo que compromete, a cada dia, o futuro dos nossos filhos. Vamos reagir fortemente a esse ato de irresponsabilidade.

A partir deste encontro, Srs. Deputados, senhores técnicos, senhoras e senhores, conclamo todos a denunciar o projeto demagógico e eleitoreiro do Governo Federal, especialmente de um empresário que virou Senador, hoje, Ministro de uma Pasta e de um único projeto, que é danoso à história e à vida de milhões de brasileiros.

A luta pela preservação do rio São Francisco é a luta do próximo século. Vamos todos a ela! O rio é nosso, e ninguém "tasca"!

Viva o São Francisco!

#### Palavras do Deputado Augusto Bezerra

Exmo. Sr. Presidente, Deputado José Braga, 1º - Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Federal Cleuber Carneiro, membro do grupo de trabalho destinado a tratar da transposição do rio São Francisco e da revitalização; Exmo. Sr. Deputado Ramilson Ramos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco; Ilma. Sra. Cassilda Teixeira de Carvalho, Presidente do Comitê da Qualidade da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES-; Ilmo. Dr. Jackson Sávio de Vasconcelos Costa, Diretor Técnico da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos; Exmo. Sr. Roberto Amaral, ex-Deputado Estadual e Diretor da SUDENE; Exmo. Sr. Deputado Federal Paulo Romano, Consultor da OEASRH; demais Deputados; povo mineiro; senhores e senhoras presentes; fico feliz com a presença de Minas Gerais, que, como já foi dito, estava fora do debate, o que jamais poderia ocorrer.

Começo as minhas palavras dizendo que sou nordestino, um homem do semi-árido, do baixo São Francisco, que recebe - quem conhece o rio São Francisco sabe disso - 503 municípios ribeirinhos, que jogam esgoto e metais pesados no rio. E nós recebemos tudo isso lá embaixo. Então, Sergipe e Alagoas representam, no baixo São Francisco, talvez a situação pior em que se encontra o rio.

Sou professor há 29 anos e sou Deputado Estadual. Tenho orgulho de a nossa Assembléia Legislativa ter iniciado esse debate. Fomos a Brasília acompanhado dos nossos Deputados Federais - o Deputado Cleuber Carneiro, aliás, conhece o Deputado Marcelo, de Sergipe. Tivemos uma audiência com o Presidente Michel Temer e propusemos a ele a formação de uma comissão para tratar do rio São Francisco. O que não sabíamos é que ela seria formada com o Presidente da Comissão do Rio Grande do Norte e o relator da Comissão da Paraíba. Isso nos preocupa muito, porque é uma coisa dirigida.

Fomos com o Governador do meu Estado, com todos os Deputados, com a Igreja, com a OAB e com o CREA fazer uma visita de cortesia ao Ministro Fernando Bezerra, para saber o que tinha de concreto quanto a esse projeto. Encontramos um homem prepotente. Não vou mais adjetivá-lo, porque o meu colega de Pernambuco já falou sobre as pretensões dele. Conte na minha terra tudo o que houve. Esse homem pensou que estava lidando com pessoas sem formação e processou-me. A Procuradoria-Geral de Justiça me processou. O Sr. Ministro Fernando Luiz Gonzaga Bezerra, que tem o meu sobrenome, mas não é meu parente, protocolou notícia-crime contra Augusto Bezerra, Deputado Estadual de Sergipe.

Esta semana tive o prazer de ver a União pedindo o arquivamento desse processo contra mim, porque não tinha nenhum sentido. O que falei foi uma verdade. Ele é um Ministro de uma obra só, quer se eleger Governador do Rio Grande do Norte e levar a água, a qualquer custo, em um canal de 2.000km de cimento, sabendo que essa água não vai chegar a lugar nenhum. A água não é para beber, é uma água, como disseram os Deputados Federais, para irrigação. Então não vêem a questão de custo e benefício. É mais fácil plantar, é mais fácil produzir maçã e uva onde passa o rio, em Pernambuco, em Alagoas, que não tem um pé de coentro irrigado, em Sergipe, ou levar 2.000km de canal de água para plantação de uva e de maçã no Rio Grande do Norte? São mentiras que revoltam.

Trouxe, para ilustrar, vários documentos para que possamos, realmente, sair daqui com algumas sugestões, para não ficarmos só nos debates. Há grandes mentiras nesse projeto. O primeiro documento já foi comentado. Foi assinado por Fernando Henrique Cardoso e treze Governadores, inclusive o do meu Estado, Sergipe, e o Governador de Minas Gerais na época, Dr. Eduardo Azeredo. O Presidente diz: o rio está doente. Então não se pode, como disse Gabeira, tirar sangue de um enfermo, de uma pessoa anêmica. Primeiro o rio tem que ser revitalizado para, depois, se pensar em transposição.

Outra grande mentira foi o Xingó. O rio vem, ao longo do tempo, perdendo a força. Aquelas lagoas onde havia reprodução de peixes, aquelas várzeas que se enchiam para produção de arroz, vêm acabando. O homem sabe que o rio São Francisco perdeu 25 espécies de peixes. Então estou procurando o máximo, mas a emoção é muito grande, pois venho de lá, venho do baixo São Francisco. De Piranhas em diante, depois de Xingó, o rio está morto. Em Piranhas, atravessa-se o rio São Francisco com uma mala na mão e não se molha a mala. Bota-se a mala na cabeça e se atravessa o rio São Francisco. Hoje o rio está literalmente degradado devido a essa geração só de energia, com a preocupação de só gerar energia.

Então foram segurando água, Sobradinho, e vem tudo: Três Marias, Taparica, Paulo Afonso, Xingó. Quando foi assinada a construção de Xingó, mais um documento. Então não confiamos nesse Governo, que assinou um documento dizendo que iria manter no rio São Francisco uma vazão de 2.060m/s. Hoje essa vazão, no máximo, está chegando a 1.000m/s.

Então, quem mora na foz - e convide os senhores e a Presidência desta Casa a levar uma comissão para conhecer a foz do rio São Francisco - fica em situação terrível. Como não há vazão, como não há força, o oceano invadiu o rio, destruiu um povoado chamado Cabeço, em Sergipe, o primeiro povoado depois da foz do rio. Ele foi totalmente destruído, só se enxerga a torre da igreja, que ainda não está submersa. E a cunha salina vem avançando, hoje, em Piaçabuçu, em Alagoas, já chega às torneiras água salgada. Em Aracaju, captamos água para beber do rio São Francisco, em Propriá. Se essa cunha salina chegar, vamos receber, em toda a capital do nosso Estado, água salgada.

A situação é muito mais séria do que se pensa. Ele assinou mas não cumpriu o documento sobre a vazão. Disse que iria fazer uma barragem reguladora, porque não adianta mais discurso sobre revitalizar o rio, vamos cuidar das matas ciliares, vai ser daqui a sete anos. Não, revitalize primeiro para, depois, fazer a transposição. Ninguém confia mais. A verdade é essa. Eles não estão cumprindo o combinado. Existia uma barragem "pão-de-açúcar". Se essa barragem tivesse sido construída, hoje o rio estaria salvo.

Fizeram agora essa viagem, patrocinada pelo Banco Mundial e pelo Ministério da Integração do Sr. Fernando Bezerra, foram conhecer o Colorado, que é um rio de degelo. É um rio em que, durante 100 dias, todo o gelo derrete e vira água, há as enchentes normais, não tem nada a ver. Ainda vou dizer: para quem conhece o Colorado, Sergipe e Alagoas serão o México do Colorado. O México, hoje, está sentindo na pele tudo de errado que foi feito no Colorado, a salificação, a desertificação.

Temos um relatório escrito por Antônio A. R. Lores, engenheiro agrônomo e mestre em Gerenciamento Ambiental pela Universidade de Oxford. Ele diz que todos os erros de engenharia foram cometidos no Colorado. Foram dizimadas populações de salmão, foram dizimadas tribos de índios, e já acontece a desertificação. Só que, no baixo São Francisco, não serão dizimadas tribos de índio, mas tribos de pobres, tribos de pessoas que vivem da esmola do Governo Federal, de frentes de trabalho, que constituem verdadeiro desrespeito ao ser humano. É como se fosse dito a eles para não saírem de casa, porque fica mais barato para o Governo pagar R\$40,00 por mês. Essa cesta básica tem de acabar. O que se tem que fazer é dar condições ao rio e vara de pescar ao homem, para ele aprender a pescar. Cesta básica é esmola, e disso o povo não precisa.

Sou químico, trabalhei nisso e sei o que está acontecendo no baixo São Francisco. Fizemos uma denúncia ao Greenpeace. Escrevo toda semana para a "Folha de S. Paulo", para o "Jornal do Brasil", para a "Veja" e para a "Isto é". Não sai uma linha.

Ontem, vi no jornal mais um artigo do Fernando Bezerra, mostrando o projeto, mas sem o RIMA. Cadê o RIMA desse projeto? O RIMA quer que se façam comitês em todos os municípios por onde passa o rio, para que se discuta se o projeto é bom ou ruim. Mas não. Queriam sobrevoar a foz do São Francisco para terem uma posição. Nem descer ao semi-árido, onde está a pobreza eles querem. Pedi ao Marcelo Deda para dizer-lhes que não fizessem isso.

O rio está morrendo. A culpa hoje não é da transposição, é da CHESF. Ela não cumpriu o que prometeu. Foi mais uma mentira. E mais ainda: quando percebeu que o impacto seria muito grande, Fernando Bezerra colocou um homem de pasta, chamado Dr. Rômulo, um vendedor de ilusões, para ir de Estado em Estado pregar que a transposição é boa e indispensável. Isso, sem nenhum conhecimento técnico.

Concordo em que o Marcondes Gadelha tenha o raciocínio mais vivo do Congresso, mas, para mim, vivacidade e desonestidade chegam perto.

O relatório não fala em revitalização. Amanhã, quando formos cobrar, vão dizer que essa palavra não consta no relatório. Não se fala em Minas Gerais. Minas está omissa. Tem-se de colocar a posição de Minas e da Bahia.

E, - pasmem os senhores! - querem vender a CHESF. Ninguém pode me desmentir, porque tenho gravada a fala do Presidente da República. Quando venho a um auditório seletivo como este, trago documentos. O Presidente disse: "Vamos privatizar a CHESF, mas vamos deixar separada a água de Sobradinho e de Itaparica". Sabem o que isso? É medo de Antônio Carlos Magalhães. Enquanto isso, a Usina de Xingó, de Sergipe, não vai ter água nem para mover suas turbinas. Nunca vi alguém vender o corpo, cortando os pedaços. A CHESF é uma coisa só. Estão vendendo as pernas e deixando os braços. Os braços, evidentemente, ficam para o Governo, ou seja, nas águas de Sobradinho e de Itaparica ninguém mexe. As águas do Xingó, estas sim, podem ser manipuladas.

Vou aproveitar o recesso parlamentar para viajar. Vou ver, nesse bendito projeto que saiu colorido em jornal de grande circulação no Nordeste, de quem são as terras em que a água vai passar.

A maior propaganda enganosa que já foi publicada numa página inteira de jornal foi patrocinada pela SUDENE. Mostrava o retrato de um pobre sofredor, com a manchete: "Ainda tem gente que não sabe o que é transposição. Daqui a algum tempo, essas pessoas não vão saber o que é seca". Ora, meus amigos, será que a transposição vai acabar com a seca? A seca é um fenômeno natural com que temos de aprender a conviver. Será que um canal de cimento que vai bancar a candidatura de Fernando Bezerra a Governador do Rio Grande do Norte resolverá o problema da seca?

O Deputado Cleuber Carneiro deu o exemplo de Minas Gerais. Em Sergipe, temos o exemplo de Ralinho, em Poço Redondo, que passa a metros de uma cidade, e o povo morre de sede. Levar água não significa que a seca vai acabar para sempre. Isso é propaganda enganosa, é falta de respeito ao povo pobre do Nordeste.

Fica a nossa repulsa, e tudo está comprovado através de documentos.

Sr. Presidente, Sr. Deputado membro da Comissão, é importante sairmos do discurso, uma vez que Sergipe e Alagoas - estou dizendo isso, porque fui ao Colorado por minha conta, não fui convidado do Banco Mundial, um Banco que não financiou a obra, mas levou 40 pessoas - serão o México desse processo, vão salificar-se, e o povo vai morrer de sede e fome nessa região do semi-árido.

Falo em nome dos 24 Deputados da Assembléia Legislativa de Sergipe. Nesse documento todos estão de acordo. A Bahia está solicitando recompensa. Recompensa cheia e desonestidade. Por que vou querer recompensa, se não fiz mal a ninguém? Quero que respeitem o São Francisco. Ele não precisa de recompensa, precisa de respeito e tratamento.

É importante que esta Assembléia, juntamente com Pernambuco, Alagoas, Sergipe e a Bahia, tivesse uma audiência com o Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, porque não admitirei que essa obra saia sem o RIMA, nem que essa empresa contratada para fazer os estudos seja contratada pelo próprio Ministro Fernando Bezerra. Tem de ser uma empresa de uma universidade, uma empresa que não tenha nenhum compromisso. Todos nós sabemos o que significa compromisso para fazer essas obras.

Solicitei ao Governador do meu Estado uma audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso para mostrar a situação. Se precisar ser pago, Sergipe entrará em contato com Alagoas, com a Bahia, com Pernambuco e Minas Gerais, para publicarmos a nossa posição no "Jornal do Brasil", na "Folha de S. Paulo" e no "Estado de São Paulo". Se pagarmos, pode ser que essa matéria seja publicada.

Nunca vi um "lobby" tão grande, nunca vi tanta falta de respeito. Protocolamos um documento contra a CHESF e ganhamos, porém a CHESF até hoje não cumpriu nada. Tomamos todas as providências jurídicas. Não ficamos no campo do discurso. Estamos indignados.

A grande mentira é a seguinte: três anos para fazer a transposição, e sete para fazer a revitalização. Nunca farão a revitalização, farão somente a transposição, e o País não agüenta

outra Transamazônica, não agüenta outra Ferrovia do Aço, o País não agüenta outro Mário Andreazza. Quero que todos os Estados se juntem. Se o Governo quiser levar água para o Nordeste setentrional, primeiro, deve salvar o rio São Francisco, porque ele tem um documento assinado. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Jackson Sávio de Vasconcelos Costa

Exmos. Srs. Deputado José Braga, 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa Estadual; Deputado Federal Cleuber Carneiro, membro do grupo de trabalho destinado a tratar da transposição do São Francisco e revitalização de seus afluentes; Deputado Ramilson Ramos, representante da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco; Deputado Augusto Bezerra, representante da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe; Cassilda Teixeira de Carvalho, Presidente do Comitê de Qualidade da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; Deputado Estadual Roberto Amaral e Diretor da SUDENE de Minas Gerais; Deputado Federal Paulo Romano, Consultor da OEA-SRH, bom-dia a todos. Como Diretor Técnico da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, órgão ligado à Secretaria de Recursos Hídricos do Governo do Estado do Ceará, é motivo de satisfação participar deste debate, embora confesse não ter nada preparado, por estar substituindo o nosso Presidente, que está numa missão no exterior. Na verdade, as afirmações feitas sobre a revitalização do São Francisco como premissa básica para ações de transposição fazem-me lembrar algo que se passou no Estado do Ceará há dez anos, quando Fortaleza, com 2.200.000 habitantes, estava na iminência de um colapso de abastecimento de água. Numa decisão tempestiva do Governo do Estado - ainda bem -, foi feita uma transposição de 120km, num prazo extremamente curto, 90 dias. Utilizando-se leitos de rios secos, conseguiu-se transportar água por uma distância de 600km até à Capital. Isso evitou o colapso da cidade.

É pensamento unânime que a transposição é uma necessidade para o Nordeste. E o Ceará, no caso, é um Estado extremamente sacrificado: 93,2% do seu território é semi-árido e tem uma evaporação de 2.000mm por ano. Até dizemos, brincando, que a chuva ocorre da terra para a atmosfera, porque em algumas regiões do Estado chove em torno de 450mm por ano. Na região de índice pluviométrico maior, ele é da ordem de 1.200mm por ano, e existe uma evaporação de 2mm por ano. Na verdade, o déficit hídrico é alarmante. O que salva é que o nosso regime de chuva é concentrado em quatro meses. Como o solo é cristalino, nesses quatro meses, os poucos aluviões que existem conseguem reter a água em algumas falhas e se consegue ter uma vegetação que mantém a água por mais dois ou três meses. É um problema crônico. A questão da água no Estado do Ceará é um problema para o abastecimento humano, não para projetos de irrigação, acredito, até porque os nossos solos propícios ou utilizáveis para agricultura são muito escassos. Estamos num embasamento cristalino em que os solos têm profundidade de 40cm ou 50cm, em média. É uma coisa difícil.

Pelas afirmações feitas, todas extremamente brilhantes e inquestionáveis, entendemos que não pode haver transposição sem todas essas ações de revitalização, sem ações que garantam a sustentabilidade desse projeto, visando ao controle das ações antrópicas e naturais que possam advir dessa transposição. O rio São Francisco hoje está bastante exaurido, sabemos disso. Conheço a região mencionada pelo colega de Sergipe, e a realidade é que é uma situação calamitosa.

O descaso não é só com a bacia do São Francisco, há uma despreocupação nacional com a preservação dos seus cursos hídricos. Não há uma política de preservação de matas ciliares, de afluentes e coisas desse tipo. Tudo isso é motivo de preocupação.

O que queria expor no debate é a necessidade, junto a essas ações de revitalização, da garantia de haver estruturas de monitoramento nessa obra, de forma a garantir uma correção de rumos durante a fase de operação do projeto. Digo isso porque a FUNCEME tem uma história já muito antiga de acompanhamento de ações ambientais. Não sei se V. Exas. sabem, mas a FUNCEME é uma fundação que trabalha visando ao suprimento de informações sobre geografia física do Estado. Na verdade, preocupamo-nos lá em monitorar recursos meteorológicos, recursos ambientais, de maneira geral, e recursos hídricos.

Separámos os recursos ambientais, porque achamos que, pelas condições peculiares de nosso Estado, é indispensável a manutenção mínima do equilíbrio ecológico, para evitar uma degradação maior, principalmente devido a um acúmulo de ações antrópicas levadas a efeito pela pobreza de uma população que chega a 3.200.000 pessoas, e que, na verdade, gera 4% a 5% do PIB, ou seja, metade da população vive com 4% ou 5% do PIB. Então, essa garantia de condições mínimas de sustentabilidade da população passa por uma boa preservação, ou por ações que evitem uma maior degradação ambiental. Por isso, é extremamente relevante que, no projeto, existam essas estruturas de monitoramento, de forma que possamos acompanhar as ações antrópicas e os efeitos que elas terão, bem como estabelecer um ciclo de gestão dessas águas transpostas. Muitas vezes, projetos bem feitos pecam pela ausência dessas estruturas de controle ou de manutenção.

Estou sendo breve e deixando o tempo para outros falarem, mas fico à disposição para qualquer questionamento. Entretanto, quero deixar uma mensagem sobre a importância do acompanhamento dessas obras e dos impactos que ela vai gerar. É muito importante também estabelecer esses mecanismos que regulem a operação de gestão dessas vazões, estabelecendo controles ambientais rígidos, normas rígidas de controle de matas ciliares, controles de ações de erosão e de salinidade que estabeleçam garantias mínimas de qualidade dessas águas, mesmo porque precisamos saber o que vai acontecer além dessas margens, desses canais de transposição. Qual vai ser o uso político dessas terras que ficam às margens, o uso econômico dessas terras? Se não houver uma ação, essa água não chegará à ponta e se perderá ao longo do canal.

Digo isso porque vemos vários projetos de irrigação no Estado em que o pequeno agricultor ou o vazanteiro coloca um sifão à noite, porque não existe fiscalização, e rouba a água do projeto. Temos milhares de quilômetros de um canal passando por uma região onde, a 100m do leito do rio, existe gente morrendo de sede.

Portanto, existe um conjunto de ações que precisam ter uma atenção a mais. De acordo com as colocações do órgão que represento, era o que eu gostaria de dizer. Quero frisar, mais uma vez, a minha concordância com quase tudo o que foi dito, por meio das afirmações brilhantes feitas por meus antecessores. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Cassilda Teixeira de Carvalho

Bom-dia, Deputado José Braga, 1º Vice-Presidente desta Assembléia, por meio de quem cumprimento todos os participantes da Mesa; amigos que vieram de outros Estados; engenheiro Mauro da Costa Val, Diretor da ABES, por meio de quem cumprimento todas as pessoas da platéia; sanitaristas; ambientalistas; técnicos e autoridades presentes; a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES - está aqui representando uma série de outras entidades não governamentais do Estado de Minas que se reuniram no esforço de contribuir com a Assembléia e outros órgãos para a realização deste debate. Ser a última a falar em um evento como este, por um lado, é um problema, porque praticamente tudo já foi dito. Por outro lado, há a vantagem de se poder sintetizar algumas colocações que foram feitas, que consideramos fundamentais.

Foi dito que 12% da água doce do mundo está no Brasil, o que é verdade. Em termos absolutos, o Brasil é o país que detém a maior quantidade de água doce. Sessenta e oito por cento dessa água encontra-se na bacia Amazônica, e apenas 3%, no Nordeste. Desses 3%, 70% pertencem à bacia do rio São Francisco. Ontem, à tarde, ficou claro o posicionamento da Mesa a favor da necessidade da imediata transposição das águas do rio São Francisco.

Não há dúvida sobre a potencialidade e a necessidade da água para o Nordeste setentrional. Acho que a solidariedade dos mineiros e de outros Estados em relação ao Norte foi e sempre vai ser um ponto de concordância. A grande questão é como fazer isso, como levar água ao Nordeste, a melhor forma de ela chegar lá. Chegando lá, como será utilizada? Não temos dúvida de que a transposição é uma questão também das terras e das margens por onde vão passar essas águas. Nosso Deputado de Pernambuco já se prontificou. Isso já deveria estar incluído no relatório, ou seja, quem serão os primeiros beneficiados, quem terá acesso, em primeiro lugar, a esses 2000km de canal que serão construídos.

Se olharmos um pouquinho para trás, para não falar de 150 anos, como já foi dito, vemos que o projeto do Ministro Mário Andreazza, que pretendia levar 300m<sup>3</sup>, foi arquivado por falta de condições técnicas. Logo depois, temos a proposta que debatemos em Brasília, em 1994, do Ministro Aloísio Alves, de levar 280m a 160m de altura. Depois, com Sena na Secretaria, esse projeto foi modificado para 170m. Olhando essa história, vemos agora a retomada desse projeto, como já foi dito pelo Ministro Bezerra. Esse projeto vem muito mais consistente, vem apoiado num tripé, segundo ele, ou seja, a transposição do São Francisco, a transposição do Tocantins, como benefício para o Oeste baiano, e a revitalização do São Francisco.

Esse relatório foi concluído na sexta-feira, à tarde. Ele é do Deputado Marcondes Gadelha. Há algumas coisas que são peças primas, principalmente por estarmos no início de um novo milênio. Na página 36, na conclusão sobre os impactos ambientais, temos duas frases e me permito lê-las: "com base na concepção atual do projeto, numa análise superficial, podem-se adiantar as seguintes conclusões": ele vem concluindo e, após pontuar algumas questões, diz o seguinte: "assim sendo, fica evidente que nenhum impacto ambiental de monta ocorrerá na bacia do São Francisco, em decorrência da transposição aventada". Como é que pode? O EIA-RIMA não foi concluído. O estudo prévio de impactos, que é garantido pela legislação, também não foi concluído. Esse relatório está assinado pelo Deputado. E há mais: no final, ele conclui o seguinte: "concluímos pelo imediato início das obras da transposição do São Francisco". Ele também escreve e assina o seguinte: "utilizando o Exército brasileiro", para não serem necessárias licitações públicas internacionais, para que tudo possa ser feito por meio de convênios.

Quando lemos esse relatório fora do contexto, parece-me ver uma coisa de 30 anos atrás. Não conheço o Deputado, tenho boas referências sobre ele, mas esse Brasil já não existe. Quando se convoca o Exército para fazer um projeto definido em certo gabinete, dizendo ser emergência imediata, esse Brasil já não existe; graças a Deus, ele acabou. Ontem, fomos surpreendidos pelo coordenador do projeto há cinco anos, Dr. João Urbano Caninho, que nos trouxe o plano de revitalização da bacia do São Francisco. Ele nos permitiu tirar um xerox. Dei uma olhada nesse plano, que é detalhado e consistente, mas, quando chegamos ao final, no cronograma e na aplicação de recursos, para terem uma idéia, a constituição dos comitês do São Francisco e do comitê de bacia estão previstos para ser iniciados em julho de 2000 e terminados em julho de 2005.

Como podemos ter um plano diretor com todo o arcabouço institucional de constituição de comitês de criação de agências concluído em 2005 e a transposição começando agora? Precisamos - e temos - e a legislação nos garante. O Prof. Paulo Afonso, grande jurista conhecido na área ambiental aqui esteve ontem - e acho que nós, das organizações não governamentais, temos certa tranquilidade em dizer que o contexto social hoje é outro.

Temos uma boa legislação ambiental. Temos a Lei nº 9.433 e uma série de leis que nos garantem, primeiro, o estudo de impacto ambiental; no caso, estudo prévio de impacto ambiental concluído; segundo, a legislação nos dá tempo e prazo para discutir; terceiro, a legislação nos garante que exijamos audiências públicas no Alto e no Médio São Francisco. Vamos participar desse processo.

Fico triste em ver que o processo esteja sendo tocado dessa forma, o grande processo do novo milênio ser iniciado com ferramentas do milênio anterior. Não é nem do século anterior. Ontem, na parte da tarde, na Casa, segundo conclusões do coordenador do projeto, João Urbano Caninho, temos dois rios São Francisco. Não é apenas o São Francisco que vocês conhecem. Temos esse que vocês conhecem - a montante de Sobradinho. O outro São Francisco é a jusante do Sobradinho. De um, não há problema nenhum tirar 60 ou 90 - e, na verdade, é tirar 127 litros por segundo, porque se trata do projeto mais seguro do mundo. A argumentação desse relatório é baseada em três premissas para dizer que é o projeto ambiental mais seguro do mundo. Primeiro, as secas são distintas. Quando chove aqui, está seco lá - e vice-versa. Segundo, que esse projeto não será contínuo, ou seja, a água só será recalçada quando faltar açudes no Nordeste. Vai abastecer os açudes do Nordeste. Foi-nos dito que não será feita irrigação ou uso direto dele. Terceiro, foi dito que Sobradinho é um grande tratamento de água.

Foi dito ainda: "Não se preocupem, apesar de vocês estarem lançando 300.000 litros por segundo de esgoto de Belo Horizonte no São Francisco e todas as cidades ribeirinhas e apesar de estarem falando que o São Francisco está morrendo". E sabemos disso. "Não se preocupem, está escrito que Sobradinho garante 130 dias de tempo. Nós, que trabalhamos na área, sabemos que 45 dias são suficientes para fazer a autodepuração. Sobradinho trata essa água que vocês vêm trazendo. Não se preocupem que vamos tirar depois de Sobradinho".

Aí é que me preocupei mais. Dividir o rio São Francisco em dois, montante e jusante de Sobradinho; entregar contrapartidas para o Oeste baiano, como disse o Deputado de Pernambuco. A transposição do Tocantins vai beneficiar a área com a água, mas também com energia, se olharmos o anteprojeto da transposição do Tocantins.

Como ficam as nascentes? Foi dito que o rio é apenas uma calha. Desculpe-me o nobre coordenador do projeto, Sr. João Urbano Caninho, mas Sobradinho não existe se secarem as nascentes. Sobradinho acaba se os afluentes e a cabeceira acabarem. Sobradinho tem 130 dias de vida se secarmos daqui para cima. Não adianta dividir o rio em dois. Ninguém no mundo pode dividir o rio em dois. O rio é apenas um. Sobradinho tem tudo a ver com São Roque, onde atravessamos o rio sem molhar a calça, dependendo da altura da bainha.

O Deputado disse que, na foz, é possível atravessar com a mala na cabeça. Sou de Montes Claros, e hoje, Deputado, não é possível atravessar o rio Grande, porque já secou e virou lama. Não dá para atravessar de jeito nenhum. Esse é o resultado de um trabalho ou de um estudo que se pretende fazer de trás para diante. Precisamos transpor. É uma obra importante. Como vamos justificar essa transposição?

Em nome das entidades, eu parabeno a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais por haver promovido esse debate. Entendo, como já foi dito pelo Deputado Cleuber Carneiro, que estamos no início de um processo, do qual vamos participar. Nós, das entidades ambientalistas, fizemos algumas considerações, que chamamos de "Carta de Minas", cuja leitura farei rapidamente. (- Lê:)

"Considerando que:

- 70% da gênese das águas do rio São Francisco está em território de Minas;
- um dos principais argumentos para a criação do Parque da Canastra foi a redução em 75% da vazão do rio nas suas cabeceiras, comparada à vazão da época do Império;
- não se conhece a viabilidade ambiental do projeto, porque o EIA-RIMA não foi divulgado;
- vários tributários apresentam uma redução drástica de sua vazão, inclusive estão secando;
- a necessidade de se implementar uma gestão compartilhada da bacia."

O rio São Francisco é de integração nacional, portanto esse projeto também deve ser de integração nacional, não pode ser projeto de um Senador ou de um Ministro, todos os Estados devem discuti-lo. Temos a nossa entidade espalhada por todos os Estados. Temos discutido com a associação do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, mostrando que Minas não quer ficar com a água para si, porque entende que o rio é de integração nacional. No entanto, esse projeto também tem de ser de integração nacional.

"- o caráter simplista, porém já conclusivo do relatório do grupo de trabalho da Câmara Federal, presidido pelo Deputado Marcondes Gadelha, propondo requerimento ao Presidente da República, solicitando o imediato início das obras, com a utilização do Exército brasileiro;

- a situação sanitário-ambiental da bacia;

Nós, signatários deste documento, requeremos, com vistas à conciliação dos interesses dos Estados componentes da bacia, a inclusão de Minas Gerais, notadamente de representantes da sociedade civil organizada, no processo de avaliação e tomada de decisão. Isso é o EIA-RIMA, ou seja, essa legislação ambiental, que não é um monte de papéis, é um processo de avaliação e de tomada de decisão. Nós, que estamos fazendo essa reivindicação, assinada por uma dezena de entidades - que passarei às mãos do Presidente da Mesa, Deputado José Braga -, estamos atentos e utilizaremos todos os recursos jurídicos necessários para participar. Minas irá participar, as organizações não governamentais do nosso Estado irão participar desse processo. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Paulo Romano

Muito obrigado, Deputado José Braga, Presidente desta reunião e 1º Vice-Presidente desta Assembléia; caro amigo e Deputado Federal Cleuber Carneiro; Srs. Deputados de outros Estados; senhores e senhoras; creio que a contribuição que, neste momento, posso dar para ajudar a construir uma agenda de debates -embora estejamos com propostas que são chamadas de projetos para execução - é a conceituação do que se está trazendo aqui. Se entidades, Assembléias Legislativas, lideradas pela de Minas Gerais, trazem a possibilidade de discussão do assunto, se alguém traz um projeto, e a Assembléia Legislativa de Minas Gerais e as de outros Estados consideram que ainda não é um projeto, há que se refletir sobre os precedentes a serem discutidos. Mesmo que fosse projeto, poderiam considerar a complexidade de um projeto dessa natureza, não apenas referente à transposição das águas do rio São Francisco, mas também de qualquer projeto de transposição dessa envergadura, como jamais foi feito no Brasil, e, talvez, poucas vezes se tenha feito no mundo.

Essa é uma questão política, meu caro Cleuber, que você pode ajudar a desdobrar. Na minha opinião, não basta haver viabilidade técnica, é preciso que haja convicção por parte da sociedade que está absorvendo uma decisão dessa natureza. A viabilidade técnica é encontrada com componentes a favor, mas também pode haver inviabilidade técnica. Até agora, não está havendo a necessária contraposição. Acho que esse processo está se iniciando. Por isso, é importante que haja serenidade, seriedade - como se tem nas coisas de Minas - e

profundidade na discussão.

Outra coisa que considero fundamental, vamos ter de repetir isso muitas vezes, são as mudanças de paradigmas. É uma questão conceitual profunda. Está-se discutindo a questão de uso de água, quando deveríamos discutir a utilidade das águas de uma grande bacia que se chama São Francisco. Está-se falando da utilização das águas que já estão lá, no rio. O rio é uma consequência, não existe por si só. Aliás, todos falhamos em conceito quando ficamos apenas na emblemática nascente na serra da Canastra. As nascentes são milhares e estão sendo esquecidas e degradadas, a começar por Belo Horizonte, lamentavelmente. Então, a agenda é muito mais complexa.

Quando me refiro à questão da revitalização, quero dizer que ela nasceu forte no título do grupo de trabalho, do relatório, mas atrofiada na proposta. Um programa de revitalização é muito mais complexo, muito mais amplo do que o que se propõe. Sem querer entrar em detalhe técnico, quero deixar claro que mata ciliar é o último reduto de resistência da base ecológica. Estamos falando do rio São Francisco de 20 anos para cá, na sua base de nascente, um ecossistema do cerrado, que recebeu um monumental impacto de atividade econômica como a agricultura, a mineração. Então, não há que se falar que o São Francisco está estabilizado. Está em forte processo de degradação. No cerrado, são 25t por hectares/ano de perda por erosão laminar. Não é mata ciliar que vai resolver isso. É necessário que haja toda uma mudança no processo de utilização agrícola e assim por diante.

Precisamos sair dessa cultura de acomodação a fim de evitar frustrações para nós mesmos e, quem sabe, para os futuros beneficiários; temos de nos aprofundar nessa questão. Não há solução simples para um problema tão complexo.

Para terminar, falando de Minas Gerais, infelizmente, ainda estamos longe de dar o verdadeiro contexto ao debate do São Francisco "versus" Minas Gerais. Podemos dizer que Minas Gerais se confunde, literalmente, com o São Francisco em, pelo menos, metade de sua realidade cultural, econômica, populacional, geográfica. Não há como deixar aprofundar a geração de um novo pacto sobre o rio São Francisco sem pensar que o que foi retirado do rio, não importa onde, está se repactuando e será água que não voltará para cá. Não podemos dizer que é uma água que não se perde. É uma água de que Minas Gerais está disposta para o seu futuro desenvolvimento. Muito obrigado.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para que possamos agilizar os debates, solicitamos aos participantes que desejarem fazer uso do microfone que se inscrevam previamente e se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, estando dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para sua intervenção. A Presidência solicita aos oradores que, para o bom andamento dos trabalhos, sejam sucintos em suas respostas, fixando o tempo de 5 minutos para cada uma.

#### Debates

O Sr. Haroldo Roberto Kangussu - Bom-dia a todos. Mais uma vez, ocupo este microfone para registrar a presença do Norte de Minas e do Comitê da Bacia do Rio Gurutuba - de cuja comissão de implantação sou Presidente. Não vou fazer uma pergunta, mas um comentário, tendo em vista que quase todas as considerações já foram feitas. Gostaria de reafirmar que, como foi dito, o rio São Francisco não é apenas o rio São Francisco - compõe-se de milhares de tributários, sendo o rio Gurutuba um deles.

Gostaria também de, reafirmando as palavras do Deputado Cleuber Carneiro, dizer que este debate não é uma questão de engenharia, que já está bem resolvida - pelos estudos e pela tecnologia de que dispõe atualmente, o homem é perfeitamente capaz de realizar um projeto dessa envergadura. A questão é política, realmente, e todas as suas nuances devem ser levadas em consideração.

Este é o comentário que gostaria de fazer. Nessa questão política, temos de olhar, primeiramente, para a criação dos comitês das bacias, que é algo novo na política nacional e deve ser reafirmado e reforçado. Muito obrigado.

O Deputado Federal Cleuber Carneiro - Agradeço a participação do Presidente do Comitê da Bacia do Gurutuba, que é testemunha viva, neste Plenário, do que ali sofremos e de quanto valem as providências e as determinações do Governo com relação ao assunto de que tratamos. A barragem do Gurutuba mudou a cara da região de Janaúba e Jaíba, onde hoje temos um acúmulo de água suficiente para uma irrigação próspera e que faz da cidade, da microrregião um oásis, talvez único, de prosperidade no seco Norte de Minas - a região de Janaúba, Jaíba e Porteirinha. E está aqui o Roberto Amaral, que dirigia a Superintendência da CODEVASF, à época da construção, que também é testemunha disso. Comprova-se assim: a banana de Janaúba e de Jaíba, hoje, vai para a mesa do mundo. Então, se não fizermos as barragens necessárias dos afluentes do São Francisco para regular a água e dar condição de trabalho ao povo, se não tivermos essa preocupação de construir barragens reguladoras, que possam trazer felicidade para essas regiões, de nada adianta o sonho da transposição. Assim, foi ótimo o seu testemunho.

Como ao meio-dia tenho de estar no aeroporto, solicito ao Presidente que, se houver alguma pergunta dirigida a mim, que me dê a honra de respondê-la; queria fazê-lo antes, desculpem-me os colegas, mas tenho compromisso às 14 horas, em Brasília.

O Sr. Ricardo Lima - Bom-dia. Deputado Cleuber, em sua campanha para Deputado Federal, obteve o apoio do Município de Nova Lima. Na ocasião, éramos Secretário de Meio Ambiente da cidade e discutíamos as questões relativas ao rio das Velhas. Uma delas é que ele transpõe para o Município de Belo Horizonte cerca de 6m<sup>3</sup>/s e há aquele problema que rapidamente discutimos em Nova Lima, na ocasião: as cidades de Raposos, Sabará e, principalmente, Santa Luzia sofrem com um problema muito sério advindo dessa transposição, e também de serem jogados os esgotos de Belo Horizonte no rio das Velhas a jusante dessa captação, sem tratamento.

Na ocasião, discutimos essa questão com o senhor, que faz parte da comissão que estuda a revitalização dos cursos de água. Está ao lado do senhor, o representante de Sergipe. Podemos, evidentemente, considerar num âmbito maior os problemas que Sergipe terá com a transposição.

Não estamos dizendo que somos contra nem a favor da transposição, essa coisa precisa ser estudada melhor. Um dos compromissos assumidos é de termos o zoneamento econômico e ecológico, porque sempre somos surpreendidos por grandes obras no País: Itaipu, CSN e outras. Qual seria seu posicionamento não só em relação à bacia do rio das Velhas, porque confiamos em seu trabalho, como também o posicionamento político que teríamos de nosso representante, nessa Comissão, para que esses problemas possam ser levados à tona e discutidos?

O Deputado Federal Cleuber Carneiro - Agradeço a intervenção do Ricardo. Lembro-me perfeitamente de nossas conversas e andanças em Nova Lima. Eu falo muito, Ricardo, que me "mineiralizei" em Nova Lima, quando vocês lá me apoiaram. A mineiridade é uma coisa, mas acho que me "mineiralizei", pois um homem da planície do São Francisco ser votado nas minas de Nova Lima foi algo especial para mim.

Acho, Ricardo, que o compromisso é esse, não vamos correr do pau, não vamos nos agachar. O problema do rio das Velhas que você tanto lamenta e eu também, é o mais grave em termos de degradação de nosso rio São Francisco, o que mais nos enoja. É um negócio que não tem limite. Toda vez que vou daqui para Montes Claros e Janaúba olho e vejo que o rio morreu, aquilo é água morta, é um caldo morto, não tem vida nenhuma.

Nosso compromisso é estar aqui, daqui a pouco em Brasília, amanhã, na reunião da transposição para dizer, como já disse a Marcondes Gadelha, que o relatório dele é inadmissível. Primeiro, porque os sub-relatores não foram ouvidos. O sub-relator mineiro, que eu tanto sonhei ser, mas não pude, pois Marcondes, do PFL já era relator, e o sub-relator não poderia ser também do PFL? Mas está nas ótimas mãos do ex-Secretário da Saúde, Rafael Guerra, e não foi entregue ainda. Estamos buscando ainda, na consciência de Minas Gerais, as razões para nossa posição.

Esse seu testemunho engrossa e aumenta a nossa veemência para dizer: chega, basta; Minas não vai ceder. O tripé do Ministro Fernando Bezerra está completamente invertido. Primeiro, a revitalização do rio; depois, a transposição do rio São Francisco. Não aceitamos a inversão. Quem assistiu - o Prof. Apolo assistiu, porque foi um dos conferencistas de nossa região no dia em que viemos de Três Marias - viu a minha posição. De tudo, podemos transigir num ponto: em vez de priorizar absolutamente, como deveria ser, a

revitalização, cedemos para que ela seja feita concomitantemente com a transposição do rio ou com as obras do Tocantins, etc. Não admitimos, de maneira alguma, que a revitalização passe para segundo lugar. Essa é a consideração que faço.

Nova Lima me anima. Você pode dizer ao Vitor Penido, meu companheiro, meu amigo, meu colega, uma das vozes mais firmes de Minas, que a voz de Nova Lima vai se fazer presente no Congresso e está se fazendo presente onde quer que esteja, sentindo o drama, as aflições e as angústias que sentimos a partir do rio das Velhas.

O Sr. Ademar Ramos Moraes - Bom-dia a todos. O Deputado Cléuber Carneiro é da nossa região, do Norte de Minas. Há vários projetos no País, inclusive o Jaíba, do qual sou colono, que estão em péssima situação. Não quero culpar o ex-Deputado Roberto Amaral, pois quando começou, Projeto Jaíba tinha um caráter diferente do de hoje.

A CODEVASF só sabe fazer críticas em jornais e revistas, mostrando ao mundo a maravilha do Projeto Jaíba, criticando o pequeno produtor, dizendo que ele não desenvolve, só sabe se endividar e não produz. Quem está produzindo no Projeto Jaíba, acanhadamente, é o pequeno produtor. Eles não dão condições boas para o pequeno produtor trabalhar, exploram demais, colocam uma burocracia terrível em cima de nós. Peço ao Deputado que faça uma visita ao Projeto Jaíba, que converse com o pequeno produtor, que está sofrendo, empobrecendo-se, endividando-se, passando até fome e abandonando seu lote. Eles estão deixando os seus lotes. Aquilo lá é uma maravilha, é uma riqueza. O pequeno produtor gastou muito nesse projeto e, agora, o está abandonando.

O rio Verde está se acabando e virando lama. Pergunto: se o Governo tem bilhões para gastar com a transposição do São Francisco para o Nordeste - não sou contra isso, porque penso que somos irmãos e precisamos ajudar uns aos outros -, por que não cuida dos afluentes primeiramente? Quem abastece o São Francisco, se não forem os afluentes?

Tenho em mãos um documento para entregar ao Deputado sobre o Projeto Jaíba. Estamos pedindo socorro para o Projeto Jaíba ao Deputado José Braga também. Muito obrigado.

O Deputado Federal Cleuber Carneiro - Presidente, vou receber esse documento com muita atenção, com muito carinho, comprometido com ele, porque sou de lá também. Sei que, se fôssemos falar, estaria premido pelo tempo, já são 11h20min. Mas se fôssemos falar sobre o Projeto Jaíba... Aqui há duas autoridades maiores: o Dr. Fantini, que foi diretor da RURALMINAS, durante toda a implantação, durante todo esse tempo; e o Dr. Roberto Mauro Amaral, que foi diretor da CODEVASF. Essas duas empresas, em "pool", trabalharam e fizeram o Jaíba.

A minha visão é a seguinte: Jaíba é um sonho do tamanho do mundo para nós da região. Jaíba é a expectativa e a sinalização de que vamos ultrapassar a nossa agonia na região norte-mineira. Eu me entusiasmo todas as vezes que vou lá. É certo que há problemas, deficiências e tal, mas, quando vejo aqueles canais cheios de água, quando vejo todos aqueles lotes irrigados, quando vejo o trabalho do Dr. (?), que chamo de apóstolo do Jaíba, um homem que saiu de Belo Horizonte, de Brasília e vive e encarna ali essa situação, me reanimou. Vejo todos os lotes trabalhados, destocados, sarados, gradeados, irrigados, assistência técnica, assistência financeira, tudo. Mas, de repente, vem uma frustração, pois sabemos, como você diz e eu também sei, que não temos dinheiro sequer para pagar a taxa de água; todas estão atrasadas. Então, estão fechando as torneiras. Quando vejo a rotatividade do pessoal que compra o lote, que vende, que revende, que vai embora, começo a ter alucinações: será que não estamos loucos de importar irrigantes em vez de fixarmos o nosso sertanejo, o nosso barranqueiro lá? Para que trazermos gente de fora para vender, para sair? Então, essas angústias me perseguem, vocês podem estar certos. Sei que temos que fazer. A reforma agrária tem que ser feita. Acho que a sinalização de Jaíba é um negócio... Realmente, este País não terá como expandi-la para todo o canto. Antes que entreguemos as bandeiras da reforma agrária, as bandeiras da seriedade, a bandeira social, a bandeira de justiça a outras mãos, isso tem que ser feito por nós, trabalhadores que estão lá, como você, Deputado da região, como eu, etc.

Então, vou lhe dizer uma coisa: quero ir lá. Estou convidado para ir lá. Você reúna todo o sindicato, todos os irrigantes. Tenho um bom acesso aos órgãos, principalmente à CODEVASF, em Brasília. Tenho um bom acesso a tudo isso. Acho que poderei, com muita autoridade, com a autoridade de representante da região que vocês me delegam, ser o intermediário entre vocês, que estão nessa situação de apreensão, de insatisfação, e os órgãos do Governo. Não tenho como me estender, mas já me sinto convidado por você. Marque dia, hora e local, agora em julho, que vou lá ouvir de perto. Vou passar um dia inteiro visitando os canteiros, os lotes. Pode marcar que estarei lá.

Sobre essa apreensão em relação ao rio Verde, ela é um negócio terrível. Imagine que esse Deputado viu que, no orçamento da União, não havia nada sobre rio Verde, sobre revitalização. Coloquei no PPA, no plano plurianual, para que, nos próximos orçamentos, nesses três a quatro anos, haja dinheiro para o rio Verde. Estão lá: barragem de pedras em Lausilândia e, especialmente, revitalização do rio Verde. Não me esqueci disso, porque conheço a situação. Desculpo-me, marco com você uma ida lá específica e acho que a resistência tem que ser feita a partir do local onde se está pisando em lama dentro do rio, onde não há água. Tem que começar de um rio que não está morrendo, de um rio que já morreu, de um rio Verde Grande que hoje não é grande, que não é pequeno, porque já desapareceu.

Fica meu compromisso com você.

Agradeço a todos pela presença e lamento não poder permanecer até o final da reunião. Por estarmos na última semana que antecede ao recesso, temos compromissos inadiáveis em Brasília. Despeço-me também dos colegas de Mesa.

E lembrem-se, amigos: há sintonia de idéias entre nós. Estamos aqui numa guerra. Minas vai declarar guerra a partir dos trabalhos de ontem e hoje nesta Casa. Envergonha-nos ouvir falar de transposição das águas do São Francisco e não ouvir falar em Minas. Não se fala de Minas no relatório. Não se fala em revitalização do rio. Dizem apenas que o Velho Chico está morrendo. Ora, chega de vivermos de folclore e de enganações.

Minas tem que marcar posição, solidária com o Nordeste, acreditando na técnica e na engenharia, mas, antes de tudo, deixando pulsar o coração. Precisamos temperar essa situação toda com o sentimento mineiro. Queremos ver, antes de tudo, o sentimento cidadão aflorado. Muito obrigado.

O Deputado Ramilson Ramos - Compreendo o Dr. Haroldo, mas peço-lhe permissão para discordar da opinião de que a questão técnica "versus" questão política é o que se deve colocar agora, por acreditar que a questão técnica está caminhando. Penso que muito mais grave que a questão política é a forma técnica com que o Governo Federal está querendo empreender a transposição do rio São Francisco. Se esse Governo fosse tecnicamente responsável e tivesse preocupação com o rio, faria, antes de tudo, a sua revitalização. Não proporia tecnicamente sangria nenhuma do rio São Francisco, sem preceder a sua revitalização.

O Dr. Aloísio Fantini - Os pilares do poder são a sabedoria e a vontade. É interessante que se coloquem, neste momento, no bom estilo mineiro, palavras que levem à reflexão e nos conduzam ao bom entendimento do projeto, de forma que nossos anseios se realizem em base predeterminada.

Farei alguns comentários a propósito da experiência que desenvolvemos, há praticamente 30 anos, no São Francisco, começando pelo Jaíba. Nada mais quero fazer senão prestar pequeno esclarecimento, sem alimentar discussão sobre o projeto, o que é sempre apaixonante.

O Jaíba é um projeto de 100 andares cujo alicerce, ou seja, a dimensão daquelas obras, está comprometido com o último andar que se vai estabelecer. As pessoas fazem um julgamento sobre o projeto Jaíba ignorando esse fato. Canal de chamada, casa de bombas e dimensionamento de canais estão, em verdade, comprometidos com o último dos 100.000ha que o projeto vai irrigar.

É um desafio extraordinário do ponto de vista técnico, econômico, social, e sabemos disso. O Brasil não tem experiência dessa magnitude, mas foi concebido, foi idealizado num momento em que as condições conjunturais, que são difíceis de retratar, eram plenamente favoráveis a esse vôo, a essa iniciativa desse porte e dessa natureza.

É bom que se entenda também que a viabilidade agrícola do Norte de Minas é absolutamente condenada, sem que um projeto da dimensão do Jaíba e outros tantos, não do tamanho dele, viabilize a atividade agrícola e faça essa abertura social e econômica necessárias a uma região que tem limitações climáticas muito grandes.

Fala-se que Minas contribui com mais de 70% do volume do São Francisco. Isso é verdade, mas deve ser considerada no enfoque da conservação da água e do solo. Minas, pela sua geografia, por suas peculiaridades físicas e por sua força hídrica pode e deve, perfeitamente, ofertar ao vale do São Francisco muito mais água do que já oferta. Nenhum Estado a

partir da divisa com a Bahia tem esse potencial.

Darei um exemplo muito simples. A execução do projeto Jequitai, que pode viabilizar mais de 30.000ha de irrigação, permite que a vazão do rio, que varia de dois, quatro, cinco, dependendo da condição climática, a mais de 100m<sup>3</sup>, seja regularizada para mais de 40m<sup>3</sup> por segundo. É um investimento de US\$250.000.000,00, capaz, portanto, de proporcionar ao vale uma oferta extraordinariamente grande.

Temos a bacia do rio Verde Grande, a qual é pequena, mais ou menos do tamanho de Alagoas. Tudo em Minas é muito grande. O Verde Grande é palco de conflitos sobre água, os problemas existentes em bacias são grandes. Não é preciso detalhar. O vale São Francisco é a área mais crítica do Estado. Sabemos que há estudos, lembro-me vagamente de sete ou oito barragens, cuja implantação não demandaria mais de R\$15.000.000,00, que dariam uma contribuição extraordinária na formação da água, na sua disponibilização e na regularização do rio. Essa é outra iniciativa que se pode considerar.

Se olharmos a primeira faixa do São Francisco, da nascente, na primeira divisão feita do ponto de vista do planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos, encontraremos 10 ou 12 rios incluindo o Bambuí, muitos dos quais em situação crítica que mereceriam, em termos dessa sub-bacia, um tratamento de fortalecimento dessa oferta de água. É interessante considerar essa observação do Dr. Paulo Romano de que é preciso sair da calha dos rios. Essa é uma visão muito urbana - sou urbanóide, nasci em Juiz de Fora e me enveredei pelo sertão, sou engenheiro agrônomo por vocação -, a visão de calha é contraproducente. Não dá a essa mobilização que queremos fazer à força.

Vamos pensar no território, são milhares de pequenas bacias, são milhares de fontes de abastecimento que precisam ser cuidadas individualmente. Isso pressupõe uma mobilização social muito forte, um trabalho muito bem feito. Temos pessoas experientes nessa área, e precisamos ter uma visão maior. O produtor rural deve ser incluído nesse processo, porque é ele quem administra esse grande território e forma essa bacia que representa, como disse o Dr. Paulo, 50% da área do Estado.

Em relação ao plano diretor, Minas Gerais, com o apoio da Secretaria de Recursos Hídricos, começou, em 1993, através do plano diretor do vale do Jequitinhonha, todo esse trabalho que sempre foi prestigiado pela Secretaria de Recursos Hídricos, que financiou não só esse plano, mas também tantos outros menores: Paraíba do Sul, rio Doce e parte do rio Grande.

O plano diretor do São Francisco, composto do rio Verde, do Paracatu e dos demais afluentes, deve se completar agora em junho e fornece um diagnóstico extraordinariamente importante, para que se possa, a partir dele - e evidentemente com outros documentos importantes -, estabelecer uma estratégia de tratamento desse projeto de transposição que nos leve ao resultado que todos desejamos. Não tenho condições de negar ao Nordeste qualquer contribuição, desde que ela não comprometa o nosso futuro. Jaíba, Gorutuba e Jequitai vão demandar mais de 100m<sup>3</sup>/s, que podem faltar se não se tomarem cautelas e não formos conseqüentes no tratamento dessa questão. Muito obrigado.

O Sr. Apolo Lisboa - Bom dia. Escolhi o Paulo Romano pelo grande trabalho que realizou na questão da mobilização social, quando estava na Secretaria de Recursos Hídricos.

Queria só fazer um comentário. Fala-se muito que o dinheiro é fundamental para qualquer projeto. Sou do Projeto Manuelzão, e partimos do princípio de que dinheiro é secundário. A maior riqueza que temos no País é a participação da população. Há pessoas competentes no meio do povo, com ou sem curso superior, querendo trabalhar, querendo mudar o País, e não conseguem apoio, não são respeitadas.

Tem de haver uma reforma na estrutura do Estado. Quando se fala em parceria, isso significa compartilhar informações, atividades e recursos. Se quem dirige o País acreditar mais na população brasileira, nos agricultores, nos técnicos, podemos fazer uma grande transformação no País e reduzir o custo de qualquer coisa. Vejo custos para a transposição, custos de revitalização, custos de saneamento. Isso é um absurdo, nunca vai haver. Vocês vão me desculpar, mas o pessoal está metendo a mão. O povo vê isso, isso é um escândalo! Temos de mudar o País, ter outra maneira de atuar. Não é possível desse jeito.

Estamos diante do grande projeto da transposição, que me faz lembrar outros grandes projetos fracassados no Brasil. Parece que de tempos em tempos o Brasil entra em delírio. Na estrada de ferro Madeira-Mamoré morreram milhares de pessoas de malária e febre amarela. Há ainda a Transamazônica, a Ferrovia do Aço e o projeto nuclear brasileiro. Quantos bilhões de dólares gastamos nisso e quais os resultados?

Estamos, agora, diante de uma grave decisão em relação à transposição. Os comitês de bacia estão se organizando. Temos de ouvi-los e mobilizar a população da região da bacia do São Francisco. O dilema que está aí é falso, com toda essa pressa. Parece que tem a ver até com o calendário eleitoral, com interesse de empreiteira, porque o problema das injustiças e da miséria do Brasil não se resolve com água. Temos pessoas passando fome e vivendo na miséria, na beira de rios e lagoas. Essa questão está muito mal colocada.

Faço parte de uma organização da sociedade civil, apesar de associada à Universidade Federal, e assinamos um documento para ser entregue ao Presidente da reunião. E continuamos insistindo que o problema fundamental é a questão de compartilhar poder. A sociedade quer construir o Brasil, mas a estrutura do Estado, a representação política, tem de baixar a bola e conversar com a população. Temos de vencer, em nível internacional, um sistema de globalização. A mobilização do povo permite ao Brasil vencer esse desafio, e não há forma de recuarmos. É um momento importante para discutir não só a transposição e a revitalização, mas também métodos e mentalidade.

No fundo, a grande questão do meio ambiente é a mudança de mentalidade. Ela irá afetar todos os outros setores. Gostaria que o Paulo Romano comentasse essas minhas considerações, se julgar necessário.

O Sr. Paulo Romano - Para quem não o conhece, quero dizer que o Prof. Apolo tem o mérito de, há anos e anos, sem nenhum apoio institucional da UFMG, tratar da mobilização em torno da questão da bacia do rio das Velhas. Minas tem outro exemplo muito edificante, que é o Movimento Cidadania pelas Águas, que, com todas as dificuldades que enfrenta, também persiste, dando um exemplo muito grande. Esse movimento já conta com 140 núcleos pelo País inteiro, tratando da questão básica - há 4 anos, pudemos apoiar a sua arrancada -, que é exatamente captar a energia da cidadania, o que, realmente, é uma coisa básica. Gostaria de deixar claro, concordando com a posição do Prof. Apolo, que, quando falamos em revitalização, queremos exatamente fugir do lugar-comum de achar que a solução do problema das águas se resolve com obras. Só isso não é suficiente.

Em segundo lugar, acho que não é apenas a acumulação de água - falamos em conservação de águas - nas vertentes de qualidade e quantidade, que até se interpenetram. É por isso que o território mineiro, onde nascem as águas e onde o seu ciclo tem sido quebrado pela intensa produtividade agrícola ou pela degradada atividade pecuária, no caso das pastagens, tem tido um dos maiores impactos. Temos visto que existe uma tendência a simplificar a questão, apenas para fazer acumulação de água para encontrar um número maior na vazão. Não discuto a importância da existência de barragens nas cabeceiras. Obviamente, elas são importantes e têm um potencial enorme. Já existem estudos prontos e outros que se farão viáveis.

Mas entendo que a nossa questão básica, volto a repetir, é de conceito. Temos que mudar os conceitos, temos que nos preparar e que preparar novos paradigmas em relação à água como parte da nossa vida, e não apenas considerá-la um elemento físico ou econômico, como tem sido feito. Esse é o grande problema que, no fundo, estamos discutindo com os representantes dos outros Estados e entre nós, mineiros. Vamos tentar colocar qualquer projeto no lugar certo, seja ele de transposição ou qualquer outro, esteja ele no contexto de um grande programa de gestão da bacia do São Francisco ou de qualquer outro rio.

Acho muito pertinente a cobrança que foi feita, de um documento vivo, partindo do Presidente e de um grupo político que está no poder. Ele será um compromisso pela vida do São Francisco e servirá de base para qualquer projeto. Isso está escrito de maneira muito clara. Isso pressupõe, volto a dizer, a participação na linha da gestão democrática e participativa. Mais do que isso, é a abertura para a sociedade, é o início do processo. Não temos nem devemos ter a ilusão de que só no plano institucional serão elaborados projetos que não gerem dúvidas ou arrependimentos depois.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço e louvo essa iniciativa de mobilização popular que servirá de base para o bom funcionamento dos comitês de bacia, das comissões e de tantas organizações que existem por aí. Acho que a participação do público não precisa se dar somente dentro das organizações formais. Elas existem e são importantes, mas são vertentes. É preciso que haja uma energia na sua retaguarda.

O Sr. Ricardo Lima - Antes de fazer a pergunta ao representante de Sergipe, gostaria de dar um depoimento sobre o esforço do Dr. Paulo Romano, quando eu era Secretário de

Planejamento e Meio Ambiente de Paracatu. Seu trabalho pelas águas do PRODECER foi muito bom, apesar de estarmos como representantes do Diogo Soares Rodrigues, que era da Oposição. Nem por isso ele deixou de cumprir o seu trabalho. Quero elogiar seu trabalho na Secretaria de Recursos Hídricos, sempre apoiando as iniciativas do rio das Velhas. Não poderia deixar de fazer essas colocações.

Há muito, e o Dr. Paulo Romano sabe disso, lutamos pelo zoneamento econômico e ecológico deste País. O zoneamento econômico nos diz qual a potencialidade, como queremos desenvolver este País. Estamos cheios de surpresa e a reboque dos Estados Unidos, do FMI, enfim, do grande capital internacional. Precisamos saber para onde queremos ir no zoneamento econômico e ecológico. Precisamos saber como o zoneamento econômico vai pressionar os recursos naturais. Então, essa é a nossa grande luta, principalmente na APA Sul, em Nova Lima, Paracatu, Pedro Leopoldo e, agora, no Triângulo Mineiro. Não precisamos saber o que vai acontecer em Sergipe. Basta olharmos Belo Horizonte e Santa Luzia, que está aqui do lado. E, então, o que perguntamos? Como a Cassilda disse, temos o rio São Francisco e a montante o rio São Francisco de sua região. A questão da cunha de salinização das águas é clara. É evidente que isso vai ocorrer, como também a qualidade do rio vai ser alterada devido a diversos tipos de lançamentos. Perguntamos ontem qual seria a alternativa de desenvolvimento para a região. Será que a alternativa seria transportar as águas do São Francisco? Foram estudadas outras opções. O pessoal da região de Sergipe discutiu se a transposição era o melhor, a única solução. Estamos discutindo uma única alternativa. O País inteiro não discutiu outra maneira de alavancar o desenvolvimento econômico do Ceará, da região setentrional. É só isso? Gostaríamos de saber se o senhor vai juntar suas forças com todos, pois ninguém é contra a transposição, mas gostaríamos que fosse comprovada a eficiência desse projeto enquanto alavanca de desenvolvimento econômico e enquanto menor pressão sobre os recursos naturais.

O Deputado Augusto Bezerra - Agradeço a oportunidade e, mais uma vez, quero dizer que, no meu pronunciamento, ficou bem claro que a posição de Sergipe é contrária à transposição, não por essa questão de não dar um copo de água. Isso não existe. Isso foi mais uma briga que se tentou plantar entre o Nordeste setentrional e o baixo São Francisco, que é composto por Sergipe, Alagoas e Bahia. Dizem que temos as águas, mas não queremos dá-las.

Quería aproveitar e saudar o Prof. Apolo pela sua colocação brilhante. No meu pronunciamento, fiz questão de repeti-la. Parece-me que pensamos a mesma coisa, ou seja, que o Brasil, de tempos em tempos, começa a delirar. Vimos a Transamazônia anteriormente. Agora temos a transposição. Prof. Apolo, o Ministro chegou a dizer publicamente à Igreja, ao Governo do meu Estado e a todos os Deputados que, se não sair essa obra, ele entregará o Ministério, porque não precisa disso. E eu lhe disse: "Então, você deveria entregá-lo, porque é um fruticultor, um industrial conhecido do Rio Grande do Norte, mas está querendo levar essa água a qualquer custo, sem o relatório do impacto".

Conhecemos a vocação do nosso Estado e de Sergipe. É turismo e agricultura irrigada. Estamos no baixo São Francisco.

Temos um projeto que talvez os mineiros e o pessoal do Sul do País não conheçam. É o platô de Neópolis que manda frutos como o coco - conhecido como coco-da-baía, mas que é plantado e colhido em Sergipe - para todo o Rio de Janeiro e São Paulo. Hoje a agricultura é irrigada, mas de forma natural. Como disse, é mais fácil tirar água onde o rio passa normalmente do que passar um canal de cimento de 2.000km para levar essa água, que será perdida. Cerca de 20% dessa água será perdida por evaporação. Será roubada no caminho porque praticamente em todas terras em que passará estão pessoas vivendo com seu gado morrendo. E não vai resolver.

Quando falam na quantidade pequena de 60m<sup>3</sup>, sabemos que, abrindo a torneira, vão levar 300 e 500. O rio é que vai sofrer. Quem conhece a realidade do Colorado sabe que Sergipe e Alagoas serão o México do Colorado. Estamos na pior parte, no baixo São Francisco, na foz do rio, onde sofremos o impacto de 503 municípios que jogam seus dejetos e metais pesados.

É importante e fundamental a presença de Minas porque os afluentes do São Francisco estão basicamente no seu território. Há que se cuidar dos afluentes. Existem pequenos projetos para isso. Não se pode pensar em gastar US\$4.100.000.000,00 nesse projeto. O dinheiro dessa obra interessa aos grandes empreiteiros e corre atrás do calendário eleitoral. O que nos deixa preocupados é o relatório que saiu, do Deputado Marcondes Gadelha, que diz não ter ainda os dados, mas que dá para fazer a obra. Não existe isso. Quanto tempo mais o País vai viver de achar? Acho isso e acho aquilo. Não se deve achar. Há necessidade de convocação de comitês para se discutir. Como V. Exa. disse, temos de ver quais as melhores saídas. Já não podemos continuar com um País em que um Deputado que já foi Ministro, Delfim Netto, diz ser melhor gastar todo o dinheiro em São Paulo do que mandar algum dinheiro para o Nordeste. Acabou-se a idéia de o Nordeste viver de esmola. Precisamos de respeito. Muito obrigado.

A Deputada Elbe Brandão - Sr. Presidente, membros da Mesa, senhores e senhoras, Sr. Apolo, quando vejo pessoas como o senhor utilizar esse espaço, que é permanente, de discussão na Casa, reflito em dois pontos. Primeiro, trata-se de uma guerra em que não haverá vencidos nem vencedores. Todos perderemos ou todos ganharemos. O segundo ponto - e aqui me lembro do Herbert de Souza, o Betinho, que é do meu Norte de Minas -, companheiro do Sergipe, esse mineiro dizia: "Ele, em muitos momentos, funcionava igual a um beija-flor no incêndio de uma floresta. Sabia que aquela gotinha que estava ali depositando não iria resolver o problema, mas estava fazendo a sua parte".

Preciso deixar muito claro - e aqui estão presentes os Drs. Sebastião Figueiredo e Fantini, o nosso colega Roberto Amaral e o Deputado Aldimar Rodrigues, que dá o testemunho de que na bacia do Gorutuba - nós, como comunidade, representação política, já temos isso formatado e discutido em nossa região -, são 22 entidades que participam. Recebemos por via de subvenção social, tínhamos dinheiro para a limpeza de uma parte do rio Gorutuba. Resolve o problema? Não. Mas ajuda. Já temos na região uma série de viveiros produzindo mudas para que possamos recuperar as matas ciliares. Resolve o problema na totalidade? Não. Mas já é parte.

O que é correto e justo? Mesmo sendo do PSDB, estou contra o Exmo. Sr. Fernando Henrique Cardoso, membro do meu partido. S. Exa. não é o PSDB e não pode falar em nome do nosso partido em Minas Gerais. A região que mais sofre hoje com a questão do São Francisco é a minha - o Norte de Minas Gerais. Sr. Apolo, estamos cansados de ver elefantes-brancos. Temos o nosso Jaíba lá, que ainda não está implementado em sua totalidade. Todo dia estamos vendo os produtores saindo de lá porque o custo da luz é muita alto e porque há falta de respeito com o produto agrícola.

Como aluna do Dr. Paulo Romano, aprendi a amar as águas, o São Francisco e a minha região. O senhor, que foi grande companheiro do meu pai, sabe disso, um homem que sonhou em ver o Norte de Minas como uma Califórnia brasileira. Temos todas as condições para tal. Já não adiantam enormes volumes de dinheiro. Conforme disse o Dr. Sebastião Figueiredo - presente neste Plenário -, com R\$210.000,00 seríamos capazes de construir sete ou oito barragens, fazendo com que o rio Gorutuba se tornasse perene. Apesar de projetos e discussões - ele quase me matou, porque o levei ao local e quase ficou atolado na poeira e na água, mas teria de ver a forma de vida do gorutubano -, o dinheiro não saiu. Esses recursos resolveriam parcialmente o problema da bacia do rio Verde Grande.

Agora, estão falando em bilhões e trilhões de dólares. Não estamos tendo a coragem de entender que o Brasil precisa tomar rumos próprios. Para tanto, precisamos fazer uma reflexão profunda. Estou disposta a marchar junto com Minas, com a mulher rural, com o produtor rural. Existem problemas profundos na questão da reforma agrária. Com muito pouco seriam resolvidos, talvez com uma décima ou vigésima parte dos recursos destinados à transposição do São Francisco. Devemos entender que o Norte de Minas também é Nordeste, porque está na área da SUDENE. Portanto, devemos juntar os nossos esforços. Vamos resolver um problema de cada vez. Para que criarmos um mundo de problemas? Por que inúmeras obras inacabadas? Por que não respeitar, em primeiro lugar, o nosso País, e em segundo, aquelas pessoas que nós, enquanto representantes, formadores das políticas públicas estaduais, queremos transformar em cidadãos? Por onde passa essa reflexão?

Vejo o Prefeito de Olhos d'Água, que fez um trabalho brilhante, está saindo da Prefeitura com 92% de aceitação, realizando a maioria das obras com recursos da própria Prefeitura, porque soube ouvir a comunidade, soube partilhar e respeitar o dinheiro público. O Deputado José Braga, que tem o São Francisco no coração, há de concordar com as minhas palavras. Não é inoperância nossa, Dr. Apolo, enquanto políticos, e sinto-me orgulhosa de ser política, e política do sertão. Nós, enquanto representante da região do Gorutuba, estamos fazendo a nossa parte, envolvendo 14 municípios nas discussões. Infelizmente, os R\$200.000,00, R\$300.000,00 ou R\$400.000,00, que poderiam solucionar grande parte do nosso enorme problema, não aparecem. Existem recursos, sim. É necessário informarmos como o Governo Federal pode nos ajudar. Existem os recursos destinados à mata atlântica. Existem municípios localizados na bacia do Gorutuba que são remanescentes da mata atlântica e que, portanto, poderiam fazer parte da parceria de viabilização de tais recursos. Apesar de enviarmos projetos, o dinheiro não é liberado.

Precisamos refletir sobre como ficará o orçamento do Estado de Minas Gerais no que diz respeito ao problema da água. O que está sendo investido na busca, pelas universidades federais e estaduais, daquilo que diz respeito aos professores? Estou Deputada, mas sou professora universitária. O que está sendo investido em tecnologia, o que está sendo investido nos profissionais, a fim de discutirmos a viabilização da relação entre custo e benefício do dinheiro aplicado em nosso Estado?

Será que isso continuará a acontecer, Deputado Roberto Amaral? Tenho a certeza de que V. Exa. também faz uma reflexão sobre tais problemas.

Quanta luta, quanto trabalho, quanto sonhamos com a solução desse problema? E por tão pouco, não tenho noção do valor, por uma decisão política, poderíamos ter o nosso

problema resolvido.

Dentro da minha pequenez, da minha falta de horizonte para a percepção da economia, do meio ambiente, acho que deveríamos buscar ajuda no Nordeste, a fim de chegarmos a uma solução de respeito dos Governos Federal e Estadual para com esse problema, que, no todo da bacia do São Francisco, é pequeno, mas para nós é enorme. Se começarmos a ver o investimento de um recurso pequeno com resultado positivo, aí vamos trabalhar numa trilha na qual os problemas precisam ser resolvidos e não ficar colocando o problema por amostragem, gastando o dinheiro público sem que haja um retorno efetivo. Por que não optar por acabar de implantar o Jaíba? Por que não optar pela modificação da política de agricultura no País? Estamos vendo agricultores que trocaram terreno por bicicleta, que estão devendo, e tantos outros que estão entregando as suas terras, o seu trator, a sua vida, porque não conseguem trabalhar.

Ouvi todas as discussões desta manhã e sou contra essa transposição do São Francisco da forma como está colocada. V. Exa. pode contar com esta Casa, que nunca se furtou a participar das causas de Minas e do Brasil. Não posso falar por todos, mas posso falar por mim, como gorutubana, como sertaneja. Busco, mais do que nunca, fazer com que a minha alma de sertaneja fale mais alto diante de qualquer empreiteira. Não conheço ninguém, tenho pouco acesso a elas, mas tenho acesso ao povo que sofre, estamos vendo isso diariamente.

O Sr. Antônio Dias Neto - Bom dia a todos. Deputado Roberto Amaral, hoje Diretor da SUDENE, conhecedor do Norte de Minas, que trabalhou durante muitos anos na CODEVASF, não se faz transfusão de sangue de pessoa doente para outra. Quando vamos realizar uma transfusão, fazemos um "check-up" do doador para ver se tem condições de doar sangue para a pessoa necessitada. Esse "check-up" já foi feito no Velho Chico, e constatou-se a sua doença. Mas ela não foi curada. Como, então, vamos fazer essa transposição? Ora, temos de fazer reviver o São Francisco para depois pensar em transposição.

Meus companheiros, componentes da Mesa, o São Francisco já está mais do que olhado, está cansado de visitas. Precisamos, autoridades presentes, organizadores deste debate, fazer reviver esse Velho Chico, que está morrendo, que está para se acabar, para depois pensarmos em transposição. Claro que não somos contra levar água para o Nordeste, mas como vamos tirar água de um rio que está se acabando?

Acredito que essas autoridades deveriam pensar primeiro em levantar e fazer reviver o São Francisco, com seus afluentes e seus pequenos córregos, para depois pensar em transposição.

Dirigi-me ao Roberto Amaral, porque sei de seu conhecimento e tenho certeza de que sabe da pobreza do Norte de Minas. Como foi dito por alguns Deputados, no Norte de Minas, à beira do São Francisco - a 60km ou 80km -, há gente passando sede. Aliás, como Presidente da AMAMS, que hoje representa quase 70 municípios, estou querendo fazer uma visita a V. Exa, para mostrar-lhe que o Norte de Minas já está começando a ter problema com a falta de água. Passei isso ao senhor justamente para que, como alguém do Executivo, analisasse, juntamente com os Deputados do Norte de Minas, a quem parabeno pela presença, pois o Norte de Minas foi muito bem representado hoje. Então, que olhem para o Norte de Minas e que não façam bobagem. Muito obrigado.

O Sr. Roberto Amaral - Quero agradecer a oportunidade que, por ter sido expositor, foi-me dada pelo Prefeito de Olhos d'Água, ao fazer esse questionamento - aliás, muito mais uma colocação. O nome de seu município já diz tudo: é um olho de água. Como bem disse a Deputada Elbe Brandão, ele tem uma administração espetacular e, agora, está sob sua responsabilidade conduzir a Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene - AMANS.

Então, aproveitando essa oportunidade, quero dizer que nosso conhecimento, hoje, está à disposição da SUDENE e que já estamos trabalhando para isso. A SUDENE já elaborou o Programa de Desenvolvimento do Nordeste, que inclui isso. E quero fazer referência a dois técnicos da SUDENE de Recife que aqui estão.

Mas quero trazer também uma informação. Esta Casa, em sua 12ª Legislatura, no período de 1991 a 1994, constituiu uma comissão de parlamentares de vários Estados para estudar a situação do vale do São Francisco, a CIPE - São Francisco, da qual fazia parte o Deputado José Braga, que preside esta reunião. Ou seja, desde aquela ocasião, esta Casa tem contribuições a dar, não só com o trabalho da CIPE, cujo Presidente era o então Presidente desta Assembléia, mas também de todos os Deputados que compõem o vale do São Francisco. E ainda contamos com uma assessoria espetacular da consultoria técnica desta Casa. Então, desde aquela ocasião, esta Casa é detentora dessas informações - aliás, à época, tivemos pronunciamentos e decisões tomadas pelo Governo do Estado. Com certeza, isso servirá de contribuição para o trabalho dessa comissão e para o trabalho que agora está sendo encetado para a participação de Minas na discussão sobre o rio São Francisco.

O Sr. Presidente - Pergunta da Sra. Iêda Ester de Mendonça, do Sanatório São Francisco de Assis, de Bambuí, dirigida à Sra. Cassilda Teixeira de Carvalho: "A conscientização, a mobilização e a divulgação não seriam o caminho para que tomássemos pé do problema? A educação ambiental ainda é deficitária nas escolas, na televisão, nos jornais, nas revistas, etc."

A Sra. Cassilda Teixeira de Carvalho - Sem dúvida, Iêda, as ações de educação ambiental custam muito pouco e têm um resultado muito grande. No entanto, dependem da mobilização social. Se olharmos com cuidado, veremos que as ações que dizemos ser fundamentais para a revitalização do São Francisco são uma parte muito pequena do projeto de revitalização.

A recomposição das matas ciliares e de lagoas adjacentes e toda a parte de educação ambiental são, do ponto de vista financeiro, investimentos muito pequenos. Sendo assim, nos perguntamos porque isso já não foi feito. Não há dúvida nenhuma de discussão, debate e envolvimento da comunidade.

A Lei Nacional de Recursos Hídricos, nº 9.433, é uma enorme ferramenta nesse sentido, quando deixa clara a necessidade de criação dos comitês, das agências, e indica o comitê como definidor do recurso arrecadado e utilizado na bacia.

Na minha opinião, estamos no início dessa caminhada, mas, com certeza, é por aí que temos de andar. Por isso é que neste momento açodado, como já foi dito, de transposição do São Francisco, partindo logo para obras de engenharia, utilizando o exército, sem necessidade da licitação pública, sem esperar os relatórios de impacto, etc., por isso é que nossa posição é contrária ao imediato início das obras. Não somos contrários à transposição em si, mas, sem dúvida nenhuma, iniciada sem o devido arranjo institucional viabilizado para revitalização do São Francisco, que é barato, não custa caro, mas depende da participação de quem mora na bacia e quer participar. Falta entendermos que o momento é agora, em julho, como está no cronograma da revitalização apresentado para nós, para iniciarmos a constituição de cada um dos subcomitês da bacia, com mobilização, recurso e viabilidade institucional para partirmos para a revitalização.

É um processo longo, não quer dizer que esperaremos toda a mata ciliar estar constituída para fazermos a transposição, não é disso que estamos falando. Mas temos de iniciar a revitalização, antes de qualquer projeto de transposição.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Deputado José Braga; meus companheiros Deputados do Nordeste, que nos honram com sua presença; ex-Deputado Roberto Amaral, Superintendente da SUDENE; Deputada Elbe Brandão; Secretário Nacional de Recursos Hídricos; Dr. Paulo Romano, demais autoridades presentes; meus senhores e minhas senhoras; queremos falar da importância desta reunião, em que discutimos o rio São Francisco.

Sr. Presidente, senhores presentes neste Plenário, queremos dizer que, para fazermos a transposição do rio São Francisco, precisamos regularizar nossos rios e construir os barramentos. Mas nos deparamos com o descaso do Governo Federal com nossos rios. Precisamos seguir o exemplo do rio Gorutuba. Ali foi construída a Barragem do Bico da Pedra, com 786.000.000m<sup>3</sup> de água, e resolvemos parte do problema social da nossa cidade. Construímos a Barragem de Gameleira, também pela CODEVASF, e vamos resolver grande parte do problema. Temos também Monte Azul, onde resolvemos o problema com a barragem para abastecimento de água em nossa cidade.

Precisamos conscientizar o Governo Federal da necessidade de se investir em nossos rios. O rio São Francisco é importantíssimo para Minas Gerais. Temos aqui nossos companheiros do Jaíba, são produtores rurais, pequenos irrigantes, e o rio São Francisco é importante para aquele projeto. Temos um dos maiores projetos da América Latina.

Muito bem falou nosso Presidente, Sr. Geraldo, que precisamos baixar os custos das águas do rio São Francisco. Sabemos do trabalho importante da CODEVASF, mas precisamos discutir mais com ela, conscientizar o Governo Federal, porque a CODEVASF é Governo Federal, para baixarmos o preço da água. Quero aqui defender a importância desse rio e dizer que precisamos investir neles.

No Norte de Minas, região que tenho orgulho de representar aqui nesta Casa, chove muito pouco, em torno de 700mm a 900mm. Mas, se captarmos as águas, se construirmos barragens, vamos resolver grande parte do problema social do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri.

Levando o homem ao campo com a construção das barragens, vamos resolver em parte o problema do desemprego em Minas Gerais.

Mais uma vez, quero cumprimentá-los pela belíssima reunião, que é muito importante. Vamos lutar junto aos nossos Deputados Federais, para mostrar que o Governo Federal precisa destinar recursos para os nossos rios. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Fernando Antônio Leite - Boa-tarde. Represento uma entidade que tem um posicionamento compartilhado com a posição da representante da ABES, a Cassilda, que se resume em revitalizar o rio, para, depois, fazer a transposição.

Antes de fundamentar a minha pergunta, vou-me remeter à nascente do São Francisco, porque tenho o privilégio de ter nascido em São Roque de Minas. Quando se fundou o Parque da Canastra, um dos grandes argumentos foi a solidariedade aos irmãos nordestinos. Havia um dado da CODEVASF que mostrava que a vazão das nascentes estava diminuindo drasticamente. De lá para cá, a situação tem piorado muito. Um grupo de Deputados esteve lá. Quero fazer uma reflexão em cima da nossa culpa, como cidadãos, pela nossa atuação predatória em relação ao rio.

São Roque, hoje, experimenta um "pool" de crescimento do ecoturismo. Tem feito todo um esforço com investimentos ousados em divulgação, etc., e nada, absolutamente nada, voltado para a preservação dos recursos naturais. Esse esforço predatório que temos está ao longo de todo o rio. Essa nossa sensibilidade ao clientelismo e ao imediatismo é muito grande. Temos lá os ruralistas que insistem, anualmente, em colocar fogo, assim como em Brasília há os "migueletos", que articulam na Casa Civil projetos nefastos. Em nossa comunidade lá na nascente do rio, também nos articulamos. Há anos e anos, estamos adotando essa técnica de queimada, que impermeabiliza o solo e interfere no ciclo das águas. Mesmo assim, estamos lá batendo firme.

Notadamente, os senhores do Nordeste são reconhecidos, no Executivo e no Legislativo, pela competência da promoção, do gerenciamento, do fomento à indústria da miséria. Em grande parte, isso é devido ao clientelismo e ao imediatismo. A minha pergunta é: até que ponto o nosso clientelismo e imediatismo interferem para nos levar a uma oposição como a do Deputado Marcondes Gadelha?

O Deputado Ramilson Ramos - Dr. Fernando, quero congratular-me com o senhor e veementemente afirmar que não faço parte dessa geração de políticos que fomentaram a indústria da miséria. Faço parte da geração de políticos comprometidos, e a minha participação neste fórum é uma demonstração e uma tentativa de contribuir com a luta empreendida pela Assembléia Legislativa de Minas e pelo povo ribeirinho.

Quero ainda rechaçar, com uma veemência maior, o ato desastroso - refiro-me a essa transposição - que o Governo quer praticar contra a cidadania de um povo ribeirinho. Ele, sim, tem um grande argumento para a indústria dos miseráveis.

O Deputado Augusto Bezerra - Sr. Fernando, quero também me congratular com o senhor.

É verdade o que o senhor disse. É verdade que devemos muito ao São Francisco, porque, durante toda a sua história, só fizemos retirar dele água para beber, para irrigação, para energia e pesca, e nada foi dado ao rio. O senhor disse isso. Essa revitalização deve começar na serra da Canastra, desde a nascente do rio.

Devemos cuidar, realmente, do rio São Francisco, preservar, porque ele foi explorado ao longo de toda a história. Realmente, no Nordeste, no Baixo São Francisco, onde residimos, em Sergipe, em Alagoas, essa indústria é fomentada pelo Governo Federal. É ele que determina; quem acompanha a "Hora do Brasil" sabe, vai cesta básica para tais e tais municípios, vai frente de trabalho. Isso tem que acabar. Então, a nossa linha é lutar e pedir o apoio desta Casa, que é muito forte, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Conseguimos apoio da Bahia, de Alagoas e de Sergipe e saímos unidos em um projeto para não se gastar essa fábula de dinheiro, como foi dito, em um projeto sobre o qual ninguém tem certeza, como disse a colega que faz parte desses movimentos não governamentais. Tenho um relatório em mãos e pedi uma cópia, inclusive, desse "achismo", acho que dá para se fazer, acho...

Quer dizer, então, o Marcondes Gadelha é, além de um filhote da ditadura, um filhote de tudo de ruim que existe no Nordeste. Esse tipo de político que vem de coronéis tem de acabar. Então, chegou a hora de se discutir isso e de se levar o que for melhor para a população e, logicamente, para os Estados e para o País. Muito obrigado.

O Sr. Edésio Teixeira de Carvalho - Boa-tarde. Ouvi, durante todo o tempo, os apresentadores falarem que conhecem o rio da cabeceira à foz. Então, eles conhecem uma parte da terra da cabeceira à foz de um rio. Não existe rio vivo em terra morta, isso é pouco, mas eu sei. Não existe rio morto em terra viva, isso é pouco, mas eu sei. A sociedade atual, a civilização atual parece não se dar conta disso. Vive falando da água sem falar da terra, quando o rio é apenas o chorume da terra, é o chorume da civilização atual. O rio é isso, embora seja muito valioso, ele é o chorume. Portanto, temos que falar em áreas.

Peço muita desculpa aos senhores do Nordeste que falaram. Tenho imensa simpatia por Pernambuco e por Sergipe, que conheço bem. Também o terei por Ceará, mas o conheço menos. Gostaria, então, que o Dr. Paulo Romano comentasse isso e também a seguinte proposta: hoje se falou muito que a sociedade precisa de realizar ações pessoais em defesa do rio São Francisco. Da minha visão geológica, acho que, agradecendo muito a esta Casa a oportunidade dessa intervenção, ela comete um crime ambiental, perfeitamente capitulável na lei dos crimes ambientais. Gostaria de saber se existe algum programa de coleta de águas pluviais, de infiltração de águas pluviais e de impermeabilização desse verdadeiro carnaval de áreas impermeabilizadas que estão nessa praça, à nossa frente. Agradeço a atenção de todos e estimaria uma resposta do Dr. Paulo Romano.

O Sr. Paulo Romano - Edésio, comecei a minha observação na linha do que o senhor fala. Temos uma questão conceitual a ser aprofundada. Disse que o rio é consequência, o rio não existe por si. O senhor usa uma outra expressão: o rio é o chorume da terra. É por aí. Não é fácil, obviamente, esperarmos apenas que cada cidadão se mobilize por si, até por questão de informação. Por outro lado, eu, que sempre participei de governos, sou crítico em relação à auto-suficiência de governos e de instituições que acreditam que têm programas e que, tendo-os, resolvem o problema. Faz o discurso e resolve.

A mudança de comportamento, relativamente ao ambiente, tem que ser feita com perseverança, paciência e, principalmente, com a introdução de novos conceitos. Queiramos ou não, nosso cotidiano é predador. A sociedade brasileira, lamentavelmente, é predadora. Vivendo da cultura da abundância e da idéia de que somos ricos em mananciais de água, não temos o menor cuidado com nossos rios.

Estamos cansados de ouvir dizer que "Minas é a caixa de água do Brasil", a essa afirmativa sempre interponho: "A caixa de água está cheia? A água está limpa?". Todos sabemos que nem uma coisa nem outra. A verdade é que nos acomodamos a ver o córrego e o rio secarem. Pensamos que água nunca vai nos faltar.

É preciso que aconteçam problemas sérios, impactantes - e o projeto da transposição é impactante - para ensejar a discussão. O relatório preliminar, quando fala em revitalização, é forte no título, mas atrofiado e miope no conteúdo, porque não considera as pastagens degradadas, a má conservação das estradas e o assoreamento dos córregos.

Mesmo que não exija ação por parte do cidadão, deve-se ensiná-lo a sinalizar a agentes públicos e econômicos a necessidade de alterar comportamentos.

A contribuição do senhor que fez a pergunta tem um valor fundamental, que vou resumir numa palavra, na mesma que emocionou a Deputada Elbe Brandão: indignação. Precisamos

nos indignar, como cidadãos, quando entendemos que as coisas estão ocorrendo de forma errada. E quando nos indignamos em relação a alguma coisa, mudamos também.

O Sr. Eduardo Nascimento - A título de informação, há 15 dias, na Jaíba, a caixa de 26kg de banana-prata de primeira qualidade estava sendo vendida a R\$3,00. Para um projeto que já consumiu R\$400.000.000,00, isso é de insustentabilidade assombrosa.

Passemos ao questionamento. O grande fomentador da guerra fiscal no País é o Governo Federal. Quem acabou com a noção de federação foi o Governo Federal. E, agora, o Governo e parte expressiva das elites predadoras nordestinas armaram um alçapão em torno da expressão "solidariedade com o Nordeste".

Solidariedade é algo que todo ser humano precisa e deve prestar. De São Roque até o final do São Francisco existem as populações ribeirinhas, os pobres do campo e os pobres da cidade que precisam de solidariedade.

Não se pode permitir que o Governo e as elites transformem essa questão nesse primarismo do populismo brasileiro. Solidariedade e políticas públicas. Há essa conversa de compensação, mas isso não existe neste País. A luta da esquerda, a luta dos democratas é por políticas públicas sérias.

Você participou ontem, a pergunta é a seguinte: Com essa verba que existe prevista para a revitalização, qual a avaliação dessa verba anunciada ontem? A revitalização, tomada como pressuposto, depende do trabalho nos afluentes.

Segundo, a pergunta já foi feita ontem e hoje. Você tem conhecimento de alguma opção alternativa, algum projeto alternativo? Hoje de manhã foi dita uma coisa de enorme sabedoria sobre a qual nós, do sindicato, temos trabalhado há três anos. Trata-se de convivência. Convivência com o semi-árido, convivência no Amazonas, convivência em qualquer lugar. O respeito ao meio ambiente parte desse princípio.

A Sra. Cassilda Teixeira de Carvalho - Sabemos das suas décadas de luta ao lado dos trabalhadores rurais.

Sua pergunta discute dois pontos fundamentais. Na minha avaliação esse circo está armado. A aprovação da ANA, nessa pressa que ocorreu nos últimos 15 dias, tem a ver com esse contexto maior. Na minha opinião, o Governo Federal está com todo o desenho para o início imediato para a transposição do São Francisco muito bem articulado.

Conforme você diz essa guerra está armada. Minas tem muita água, parte da Bahia. Alguns Estados que estão à beira do rio não querem dar água para o Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nesse ponto o discurso está bem desenhado.

Só ontem à tarde, recebemos o projeto sobre revitalização que propõe R\$1.370.000.000,00 de reais para a revitalização. Ele não é específico. Assusta-nos o seu calendário de desembolso. De julho, quando ele se propõe a iniciar, até julho de 2002, serão desembolsados menos de 20% disso. O grande desembolso ocorrerá de 2002 a 2010, ou seja, pós-transposição.

Se compararmos o calendário proposto para a revitalização com o calendário proposto para a transposição do São Francisco e do Tocantins fica claro que a revitalização está sendo feita para calar aqueles que estão pedindo revitalização. Inicialmente, ela estava sendo proposta para atender Sergipe e Pernambuco, a cunha salina.

A primeira proposta de revitalização não fala nas cabeceiras. A segunda proposta que nos chegou já fala em atender as cabeceiras, no plano diretor, na recuperação de seus afluentes, no valor de R\$1.370.000.000,00.

Não há estudo de alternativa no relatório do Deputado Marcondes Gadelha, nem na revitalização. Não tenho conhecimento de nenhum estudo de opções de atendimento. Quando se estuda, fica claro que se decidiu fazer a transposição, decidiu-se tirar as arestas do projeto anterior, decidiu-se atender ao Senador Antônio Carlos Magalhães. O Oeste baiano está muito bem atendido, não só em volume de água, mas também em geração de energia, na transposição do Tocantins.

Armou-se esse desenho para o imediato apoio. Não tenho dúvida de que esse projeto, da forma como está, já está com o apoio desenhado no Senado e na Câmara. É por isso que temos de correr para nos mobilizar e, antes de tudo, usar a ferramenta - o Deputado me perguntou se acredito nela - da legislação ambiental, acredito. Ao longo desses anos temos visto Juizes, tanto federais quanto estaduais, impedir, embargar, dar liminar, segurando qualquer obra que não tenha passado por todo o processo de licenciamento ambiental, temos de ficar de olho nisso.

A Sra. Dardânia Fonseca Lisboa - Quero cumprimentar as autoridades da mesa e os senhores presentes. Queria fazer uma ponderação para o Sr. Roberto Amaral, a quem conheço de longa data. Tenho pelo senhor uma profunda admiração, por todo o trabalho que realizou nesta Casa, nas suas ações legislativas e nos postos em que realizou a ação executiva, sempre com muita honradez. Por essa razão, sinto-me à vontade para me dirigir à sua pessoa.

Faço o meu aparte na qualidade de brasileira e professora. Sou pedagoga, especializada em dar aula de História e Geografia, dentre outras matérias. Fico preocupada em não saber se existe um estudo profundo sobre a parte geológica. Gostei do aparte que foi feito, porque nós, no Brasil, somos um bloco de terra e de águas unido a outros blocos de terra.

Durante longos 18 anos, por ser mulher, pesquisei com muita luta e dificuldade a razão por que o nosso contorno leste era muito parecido com o contorno oeste da África. Depois de todo esse tempo, pude detectar que parte do Brasil é um bloco de terra deslocado há milhares de anos atrás da parte oeste da África. Esse deslocamento de terra, vindo através das águas, provocou um impacto ambiental no mundo. O que temos hoje na história é a comprovação desse impacto. Esse impacto foi tão profundo que hoje a nossa serra da Canastra e parte das serras que compõem a cordilheira dos Andes fazem parte desse impacto ambiental. Sabemos que, na época, esse impacto se juntou a uma ilha, que se chamava ilha da Lemúria.

Pergunto às pessoas e aos políticos que estão imbuídos desse grandioso projeto que viria resolver parte do problema de desemprego em nosso País, mas dentro de posições à altura da inteligência das pessoas que estão nas áreas ribeirinhas. São pessoas realmente sem cultura, mas são fortes, firmes e amam o solo em que vivem. Isso poderia não ser muito importante para os políticos do País. Não estou defendendo aqui política de partido algum, apenas me preocupo com o impacto ambiental que poderia advir de uma transposição de rio.

Sabemos qual o peso da água que será transportada? Sabemos se essa terra na qual essa água irá se postar seria morta, como disse nosso geólogo aqui presente? A minha preocupação se prende a isso, uma vez que sabemos que, de parte desse impacto geológico de milhares de anos atrás, temos hoje uma comprovação nítida, por exemplo, na cidade de São Francisco, no Oeste dos Estados Unidos, que está fadada a submergir por uma fenda que existe embaixo do seu solo.

Assim, acho que seria o caso de levar esse assunto para a área internacional, em que existem autoridades que conhecem mais profundamente essa minha preocupação. Não sou especialista em biologia, nem conheço o impacto que isso causaria, mas gosto de saber das coisas e sempre assisto às reuniões políticas. Mas quero deixar aqui a minha preocupação, que passo aos senhores. Considero-os responsáveis por suas ações, pelo bem-estar de toda a população, não apenas do País, como a de todos os países da América Latina, que poderiam sofrer o impacto de terremotos e outros que não sabemos. Não sei responder a essas questões, mas gostaria de saber se alguém dentro do programa trata desse assunto. Se não existir, gostaria de solicitar que fosse feito um profundo estudo a esse respeito, levando em consideração o meu aparte. Muito obrigada.

O Sr. Roberto Amaral - Quero cumprimentar minha amiga professora. Agradeço suas palavras iniciais, que são fruto de nossa amizade. Acho que suas palavras vêm engrandecer este debate. Cumprimento-a por sua posição e chamo a atenção da Casa para o assunto. É muito importante ouvir as pessoas, principalmente pessoas como ela, que disse algo de maior procedência possível e extremamente técnico. Temos de conviver com essa situação e precisamos levantar todos os problemas para chegar ao melhor resultado, que atenda não apenas a Minas Gerais ou a Sergipe - que, como disse o Deputado, poderá transformar-se em um México, comparando-o com o Colorado -, mas também traga a harmonia necessária ao País, para que tenhamos sempre uma população tranqüila e para que tenhamos dias melhores, com a utilização de todos os nossos recursos naturais.

O Sr. Mauro da Costa Val - A minha pergunta é para o Dr. Paulo Romano, mas eu gostaria que tanto o Deputado José Braga quanto os outros que possam influenciar decisões políticas do Governo Estadual prestassem bastante atenção. A possibilidade que nós temos de avaliar e alterar o projeto da transposição deve-se muito aos princípios e aos fundamentos básicos estabelecidos pela Lei nº 9.433, da qual o senhor foi um dos principais articuladores. Em nível estadual, tivemos um grandioso avanço na gestão compartilhada das águas de uns tempos para cá. Devemos muito aos engenheiros sanitaristas Sebastião Virgílio de Almeida Figueiredo, que está aqui, e João Bosco Senra, os dois últimos Diretores do IGAM. Neste momento, estamos correndo um sério risco de retrocesso, por uma decisão política. Esse retrocesso poderá significar a volta de um "modus operandi" no IGAM, o qual condenamos e ajudamos a mudar, que continha até mesmo corrupção em seu processo de outorga.

Pergunto ao Dr. Paulo Romano: qual é a importância que vê nesse espírito, nessa dinâmica do IGAM, no processo de recursos hídricos do Estado?

O Sr. Paulo Romano - A importância é grande. Temos de considerar que, quando estamos falando sobre a bacia ou sobre as águas do São Francisco, estamos falando principalmente de águas que, pela Constituição, são de domínio do Estado. Como tal, essas águas têm o IGAM como órgão coordenador. Então, acho que, para Minas Gerais, seja para a bacia do São Francisco, seja para qualquer outra, a saúde institucional, política, técnica e operacional do IGAM é absolutamente fundamental. A descentralização não é meramente uma questão de outorga de poder do Governo Federal. Isso está baseado no princípio federativo da Constituição. Se não desenvolvermos um bom trabalho de gestão no plano estadual e no plano federal não conseguiremos recuperar perdas ocasionadas por omissão ou por ineficácia. Então, acho que não se trata apenas do IGAM, mas de toda a área estadual.

O Sr. Mauro da Costa Val - Muito obrigado, Dr. Paulo Romano. Atendendo a um pedido da Associação dos Biólogos, quero, em seu nome, acrescentar uma pergunta.

Precisamos reforçar a necessidade de estudos de viabilidade locacional e tecnológica, ficando sempre atentos à possibilidade de o nível estadual ser soterrado por um licenciamento da transposição, no âmbito nacional, a toque de caixa. Corremos esse risco.

O Sr. Valdemar Rodrigues - Fazemos parte do Instituto Desert, uma organização não governamental que há 15 anos luta contra o maior problema ambiental brasileiro, ou seja, a desertificação do Nordeste, que alcança uma área de 900.000Km<sup>2</sup> e 15 milhões de brasileiros. Estamos hoje, em parceria com a SUDENE, implementando, em todos os Estados que alcançam o semi-árido, as políticas estaduais de combate à desertificação. Coincidentemente, estamos hoje em Minas para estabelecer contatos com alguns órgãos estaduais, particularmente a SUDENOR, no intuito de iniciarmos esse trabalho em Minas, que sempre esteve fora dessa discussão.

Minha pergunta é a seguinte: sabemos que a desertificação, que alcança todas as terras secas do mundo, teve como causas principais o mau uso dos recursos hídricos e o incremento da disponibilidade, fazendo com que tenhamos, na Ásia, quase 50, 70% de terras improdutivas. No Brasil, pelos dados do DNOCS, cerca de 35% dos perímetros irrigados estão hoje estereis e improdutivos devido ao mau uso dos recursos hídricos. Temos um instrumento jurídico internacional, do qual o Brasil é signatário: a Convenção Mundial de Luta contra a Desertificação, que já foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. É um instrumento jurídico e tem como proposta, justamente, a defesa da qualidade ambiental para as pessoas que vivem nas regiões secas do mundo, em especial nas do Brasil. Qual é a consideração que os senhores estão dando a esse instrumento jurídico na luta pela transposição ou não das águas do rio São Francisco?

O Deputado Augusto Bezerra - Na verdade, foi muito significativo o seu pronunciamento. Realmente, precisamos do gerenciamento e aproveitamento dos recursos hídricos. Não vamos nos alongar. Desde ontem, tem sido lembrado aqui que 97% das águas do mundo são salgadas e apenas 3% servem ao ser humano. Desses 3%, ainda temos a água encontrada em forma de gelo. Sobre o mínimo. Se não houver uma captação, um gerenciamento, um tratamento, tudo isso que se fala vai se tornar uma falácia, vai acabar se perdendo. A grande crise já existe no Oriente Médio, onde pessoas trocam barris de petróleo por barris de água. Se houver uma terceira guerra mundial, não tenham nenhuma dúvida de que será por água. Essa é uma preocupação legítima. Antes de se apressar em fazer transposição, deve-se aprender como cuidar dessa água. Quero deixar claro que a transposição do Colorado levou 40 anos no Senado dos Estados Unidos. Ela foi feita em 18 anos. Aqui, querem começar em julho. Essas coisas nos assustam.

Não há preocupação com essa captação, com esse bom uso e essa educação ambiental de... O nosso País vive uma grande crise. No Nordeste - e me desculpem por descer a dados menores -, lava-se automóvel com água potável e dá-se descarga sanitária com água, que não é reciclável. Não entendo onde está essa crise e essa falta de água para se querer uma obra faraônica de 2.000km de canais. Fico muito satisfeito com a sua colocação. Tenha certeza de que essa é uma das preocupações que vou levar ao nosso representante em Brasília, Deputado Federal Marcelo, para ver se ainda dá para fazer alguma coisa. Aqui temos o relatório final, sem ter sido assinado pelos sub-relatores, por ninguém. Aqui, o Marcondes Gadelha expressa e antecipa tudo para que essa obra seja feita. Mas saio da Casa satisfeito com o nível desta discussão, Sr. Presidente, que no momento representa o Presidente da Casa. Vamos precisar muito de Minas Gerais, que, nos momentos mais difíceis, tem dado sempre ao Brasil a ajuda de que realmente precisa.

O Deputado Ramilson Ramos - Apenas para colaborar um pouco na colocação do Dr. Valdemar, quero dizer que a convenção mundial contra a desertificação, de Recife, realizada no final do ano passado, mostrou mais uma vez a falta de compromisso do Governo Federal. Diante de uma necessidade de 1.300.000.000,00 para enfrentamento do problema da desertificação, o Ministro Sarney Filho anunciou US\$12.000.000,00. O primeiro real da verba para esse compromisso ainda não apareceu. Não conheço, no Estado de Pernambuco, e não tenho notícia de compromisso de nenhum Estado - peço desculpas aos companheiros de Minas Gerais, posso até estar enganado - para o enfrentamento da desertificação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e senhores palestrantes, quero concluir a minha participação neste ciclo, novamente parabenizando a Assembléia Legislativa de Minas Gerais por este ciclo de debates. Deixo aqui três teses que havia colocado no meu pronunciamento. A primeira é a solidariedade e o compromisso com o povo nordestino, privado do uso da água. Portanto, apoiemos que qualquer transposição com respeito, compromisso e responsabilidade seja executada, inclusive como função do rio. A segunda: o que deve preceder a essa discussão? A revitalização, a preservação e a realimentação do rio. A terceira tese é a política de reação veemente ao ato do Governo Federal que nos impôs, a nós, nordestinos, o primeiro conflito nacional ferindo, por sinal, o princípio federativo da Nação sem nenhuma preocupação com o resultado desse conflito.

Estabeleceu-se um conflito de Estados que estão na bacia do São Francisco contra os Estados que querem ser - e são candidatos - usuários da água. O Governo Federal é irresponsável. Temos de ser veementes na reação a esse ato insano do Governo. Sempre que for convidado pelos senhores e por qualquer fórum do Nordeste ou do País, vou participar das discussões. Muito obrigado.

O Sr. Nísio Armani - Peço desculpas a todos, mas, como mineiro, quero dizer da minha profunda alegria em ver a Assembléia Legislativa patrocinando esse início de formação da agenda da sociedade. Em certo sentido, não vejo o Executivo mineiro mobilizado fortemente para a discussão e até para a formulação.

Por exemplo, no que se refere à proposta de revitalização, não conhecemos uma contribuição do Governo de Minas. Em segundo lugar, ao falarmos de IGAM, de gestão de águas, precisamos quebrar o vício de pensar simplesmente em distribuição de usos ou aumento de ofertas. É muito mais complexo. Precisamos pensar em reutilização. Em qualquer plano - é importante ficar isto bem caracterizado - de transposição de águas ou grande projeto de uso de águas, devemos verificar se os beneficiários já adotam princípios de gestão em que aqueles preceitos de gestão participativa, economicidade e "reuso" são utilizados, ou a água será levada para atender a outras regiões, mantendo a ineficiência dos processos de distribuição. São indagações que precisamos fazer permanentemente quanto à gestão de águas. Muito obrigado.

Um participante - Fui o primeiro a inscrever-me, no entanto, não sei por quê, a minha pergunta não fez parte da pauta. Como um patriota, um cidadão brasileiro cômico de tudo que faz, militante da pesquisa científica e da tecnologia avançada, detentor de tecnologias inovadoras, limpas e ambientalmente corretas, implementáveis em qualquer parte do mundo, entrego, oficialmente, à Mesa, um CD-Rom, que é parte de um seminário de que participei como palestrante. Aqui estão inseridos seis megaprojetos, abrangendo as questões referentes à engenharia no controle de erosão, que podem ser aplicados em qualquer lugar do mundo. Detenho muitas tecnologias que vêm ao encontro das necessidades de preservação de água, redução de consumo para irrigação, etc. Coloco a minha inteligência à disposição do País, caso os senhores queiram levar isso em conta.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece e, a pedido de uma participante do Plenário, fará a seguinte leitura:

"Privatização da CHESF é vetada por comissão. Governo é pego de surpresa na Câmara. Projeto aprovado impõe pré-condições à venda de todo o setor elétrico.

A Comissão de Economia da Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto que proíbe a privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF - e estabelece restrições para a venda das demais empresas públicas geradoras de energia. A matéria vai agora para a Comissão de Constituição e Justiça. O Governo foi pego de surpresa. Os líderes governistas não orientaram suas bancadas para votar contra e o projeto acabou sendo aprovado por 16 votos a 2.

O projeto original - do Deputado Jorge Costa, do PMDB do Pará - proíbia a privatização de todas as empresas geradoras. O relator, Deputado Clementino Coelho, do PPS de Pernambuco, flexibilizou a proposta, mantendo a proibição de venda apenas para a CHESF. Para as demais empresas, porém, o texto aprovado estabelece pré-condições para a venda. Exige, por exemplo, que, ao vender uma das empresas, o Governo não garanta ao comprador a vazão de água para garantir a geração de energia. Isso significa que o Estado não poderá, em hipótese alguma, segundo o projeto, indenizar os compradores por uma eventual estiagem.

As empresas privadas querem comprar as hidrelétricas, mas com o Estado garantindo e assumindo o risco da falta de água. Isso não pode ser permitido, como explicou o relator do projeto.

O projeto determina ainda que metade dos recursos apurados com eventuais privatizações tem que ser aplicado em projetos de desenvolvimento nas respectivas bacias dos rios."

A Presidência aproveita a oportunidade para fazer um apelo. (- Lê:)

"Em dezembro de 1991, os Deputados dos cinco Estados que compõem a bacia do rio São Francisco, isto é, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Minas Gerais, assinaram um protocolo de intenções para a criação de uma Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco, conhecida como CIPE São Francisco.

De 1992 a 1997, a CIPE realizou diversas audiências públicas nas Capitais dos Estados envolvidos e em cidades situadas na calha do rio. Nessas reuniões, fez-se um levantamento dos grandes problemas da bacia, e seus resultados estão publicados em boletins editados pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Especificamente sobre a transposição das águas para outras bacias do Nordeste, a CIPE ouviu o então Ministro Aluizio Alves e diversas autoridades do Governo Federal. Naquela ocasião, pretendia-se incluir a transposição em programas de obras emergenciais; a CIPE São Francisco conseguiu convencer o Governo Federal a retirar esse caráter emergencial da obra por entender ser necessário um amplo debate sobre a questão.

Infelizmente, o Executivo Federal não promoveu esse debate. Durante esse ciclo, ficou evidente a necessidade da discussão do problema com a sociedade, especialmente quanto aos aspectos ambientais da obra.

Aproveitamos a presença dos Deputados Ranilson Ramos, de Pernambuco, e Augusto Bezerra, de Sergipe, para que somem forças conosco a fim de levarmos às Presidências o desejo de reativar a CIPE São Francisco."

O Deputado Augusto Bezerra - Também estou trazendo declaração do Presidente da nossa Casa, de Sergipe, Deputado Reinaldo Moura, que, na época, com o Deputado Nicodemos Falcão, fez parte da CIPE São Francisco: ela só funcionou a contento quando Minas Gerais esteve à frente dos trabalhos. Vou levar o desejo desta Assembléia de juntar os cinco Estados que compõem a bacia do São Francisco e partir para ações concretas. Fico muito feliz com a posição desta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Esta Casa, por iniciativa do Deputado Edson Rezende, está organizando a Frente Parlamentar em Defesa do São Francisco.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e das autoridades e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

### COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 21/7/2000, as seguintes comunicações:

Da Deputada Maria Olívia, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Antônio José de Carvalho, ocorrido em 17/7/2000, em Varginha. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Sebastião Navarro Vieira (2), dando ciência à Casa do falecimento da Sra. Maria Borsatto Guidi, ocorrido em 16/7/2000, em Botelhos, e do Sr. João de Abreu, ocorrido em 16/7/2000, em Botelhos. (- Ciente. Oficie-se.)

## CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

### CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 21/7/2000, a seguinte correspondência:

### OFÍCIOS

Do Sr. Ziane Costa, Presidente da Assembléia Legislativa de Alagoas, do Cel. Ruy Sampaio Silva, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, e do Sr. Antenor Chinato Ribeiro, Secretário da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, agradecendo o convite para a teleconferência sobre o tema: "Segurança Pública: o Papel do Estado e da Sociedade".

Do Sr. Gérson de Britto Mello Boson, Reitor da UEMG, encaminhando, em atendimento a requerimento da CPI das Licitações, informações relativas a contratações daquela autarquia a partir de 1995. (- À CPI das Licitações.)

Do Sr. Sérgio Bruno Zech Coelho, Secretário de Esportes (4), informando da celebração de convênio de cooperação financeira da Secretaria de Esportes com o Abre-Campo Futebol Clube, do Município de Abre-Campo, o Município de Pirapetinga, o Dom Bosco Futebol Clube, do Município de Oliveira, e o Município de Araponga. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Frederico Penido Alvarenga, Secretário de Administração, encaminhando relação dos contratos realizados pelo Governo do Estado de Minas Gerais sem o procedimento licitatório, nos últimos cinco anos. (- À CPI das Licitações.)

Do Sr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Secretário da Cultura, propondo os nomes dos Srs. Murilo Badaró e Oscar Dias Correia para a função de orador oficial, respectivamente, nas reuniões especiais de comemoração do centenário de nascimento de Gustavo Capanema e Milton Campos.

Do Sr. José Augusto Trópia Reis, Secretário da Fazenda, encaminhando os Demonstrativos Contábeis das Administrações Direta e Indireta e dos Fundos referentes a maio de 2000. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Mauricio Guedes de Mello, Secretário de Transportes, em atenção aos Requerimentos nºs 1.131 e 1.132/2000, do Deputado Amílcar Martins, encaminhando relatório com esclarecimentos sobre a atuação do DER-MG por ocasião das enchentes que assolaram o Sul do Estado no início do ano.

Da Sra. Olga Maria Gamero, Presidente da Câmara Municipal de Guaxupé, solicitando que esta Casa interceda junto à Secretaria do Planejamento para que o representante de Guaxupé possa trabalhar no orçamento participativo.

Do Cel. PM José Antoninho de Oliveira, Chefe do Estado-Maior da PMMG, encaminhando informações relativas ao Requerimento nº 710/99, do Deputado João Leite, acerca de fatos ocorridos em 15/9/99, no Estádio Independência, nesta Capital. (- Anexe-se ao Requerimento nº 710/99.)

Do Sr. Valseni José Pereira Braga, Superintendente do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, agradecendo o convite para participar do Movimento pela Segurança e Vida.

Do Sr. José Francisco de Salles Lopes, Presidente da BELOTUR, agradecendo o convite para participar da reunião especial em homenagem ao Centro Universitário Newton Paiva.

Do Sr. Jasson Simões, Ch. Se. de Policiamento e Fiscalização/4, do Ministério da Justiça, informando, em resposta ao Requerimento nº 1.465/2000, da Comissão de Transporte, que a balança de pesagem de veículos na BR-040 é operada pelo DNER e que foi proposta a esse órgão a coleta de dados estatísticos; se necessário, a Polícia Federal dará cobertura à operação. (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.465/2000.)

Do Eng. José Elcio S. Monteze, Chefe do 6º DRF - DNER, encaminhando informações relativas ao Requerimento nº 1.331/2000, do Deputado Edson Rezende, em que reivindica providências no tocante à BR-040, no trecho Belo Horizonte-Juiz de Fora. (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.331/2000.)

Do Sr. José Roberto Gonçalves de Rezende, Ouvidor da Polícia, encaminhando cópia do relatório de prestação de contas desse órgão relativo ao período de 1º/1/2000 a 31/3/2000. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Gilberto José Rezende dos Santos, Coordenador do CACS - FUNDEF - MG, enviando cópia do relatório sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério relativo ao exercício financeiro de 1999. (- À CPI do FUNDEF.)

Do Sr. José Roberto Afonso, Chefe da Secretaria para Assuntos Fiscais do BNDES, encaminhando cópia do texto do PLDO do Executivo e fornecendo o endereço do "site" do Banco Federativo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Murilo de Campos Valadares, Superintendente da SUDECAP, encaminhando, a pedido, cópia do Projeto Geotécnico Original da Via 240, elaborado pela empresa ENGESOLO. (- À Comissão de Transporte.)

Do Sr. Marco Antônio Clementino, Presidente da MGS, encaminhando, em resposta ao Requerimento nº 1.278/2000, do Deputado Antônio Andrade, a relação de empregados da empresa, por órgão contratante. (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.278/2000.)

Do Sr. Edson Argemiro de Carvalho Santos, sugerindo seja elaborado um projeto de lei obrigando os programas televisivos a apresentar legendas. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.005/2000.)

#### TELEGRAMAS

Do Sr. Stefan Bogdan Salej, Presidente da FIEMG, agradecendo convite para participar da reunião para debater o Projeto de Lei nº 894/2000. (- À Comissão de Turismo.)

Da CTBC - Telecom, acusando o recebimento de correspondência desta Casa.

#### CARTÕES

Da Sra. Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis, Secretária da Justiça, agradecendo convite para a reunião em comemoração do 225º aniversário da PMMG e do 1º aniversário do desmembramento do Corpo de Bombeiros.

Do Sr. Murílio de Avellar Hingel, Secretário da Educação agradecendo convite para a teleconferência "Segurança Pública: O Papel do Estado e da Sociedade".

Da Sra. Idalina Mello Cançado, Diretora II, da 12ª SRE, dando os parabéns à Casa pela realização do Debate Público "Educação em Valores Humanos". (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Marcos Pereira Cardoso, Diretor de Finanças do DEOP-MG, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem ao Centro Universitário Newton Paiva - Unicentro.

### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elevadores Atlas Schindler S.A. Objeto: prestação de serviços técnicos especializados de reparos, manutenção e conservação em 12 elevadores. Dotação orçamentária: 1011011220012127.3132. Vigência: um ano a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, art. 25, I, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Convite nº 48/2000 - Objeto: fornecimento e instalação de laminado melamínico texturizado e de piso em laminado melamínico. Em 21/7/2000, o Sr. Presidente e o Sr. 1º-Secretário decidiram revogar, por conveniência administrativa, o procedimento licitatório em referência.